

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DANIELA MELO RODRIGUES

TRABALHADORES NA CIDADE...
CAMINHOS ENTRECruzADOS E CONDIÇÕES ADVERSAS EM
MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1990-2018)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DANIELA MELO RODRIGUES

TRABALHADORES NA CIDADE...
CAMINHOS ENTRECruzADOS E CONDIÇÕES ADVERSAS EM
MARECHAL CÂNDIDO RONDON (1990-2018)

Texto apresentado à banca avaliadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Sheille Soares de Freitas

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rodrigues, Daniela Melo

Trabalhadores na cidade... : Caminhos entrecruzados e condições adversas em Marechal Cândido Rondon (1990-2018) / Daniela Melo Rodrigues; orientador(a), Sheille Soares de Freitas, 2020.

130 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Trabalhadores. 2. História. 3. Modos viver. 4. Marechal Cândido Rondon. I. Freitas, Sheille Soares de . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



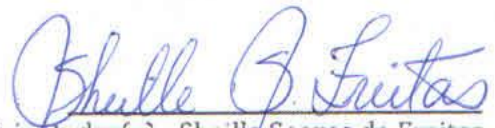
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

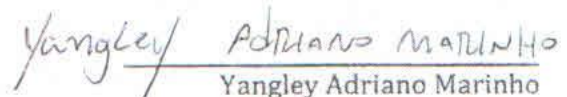
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIELA MELO RODRIGUES, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 13 dia(s) do mês de março de 2020 às 14h00min, no(a) Sala 48, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Daniela Melo Rodrigues, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Sheille Soares de Freitas, Yanglely Adriano Marinho, Vagner José Moreira, Carlos Meneses de Sousa Santos. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Sheille Soares de Freitas, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Trabalhadores na cidade... caminhos entrecruzados e condições adversas em Marechal Cândido Rondon (1990-2018)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Yanglely Adriano Marinho, Vagner José Moreira, Carlos Meneses de Sousa Santos. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).



Orientador(a) - Sheille Soares de Freitas



Yanglely Adriano Marinho



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

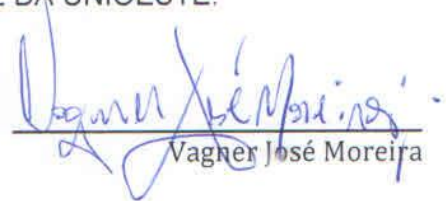
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

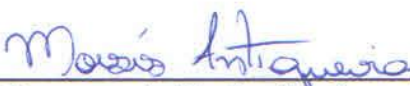
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIELA MELO RODRIGUES, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.


Wagner José Moreira


Carlos Meneses de Sousa Santos


Daniela Melo Rodrigues
Aluno(a)


Moisés Antiqueira
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Moisés Antiqueira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

À minha mãe Rosangela e a todos os trabalhadores que inspiraram a realização desta produção.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita, ainda que realizado apenas pelo autor, conta com uma série de pessoas que se fazem presentes. À sua maneira, cada uma delas auxilia, faz provocações, perguntas e (por que não?) conselhos de ordem sentimental. Afinal, as redes de convívio são fundamentais para nós seres humanos, pois até mesmo aquelas dotadas de confrontações carregam ensinamentos. Desse modo, este espaço é destinado a todos que durante os dois últimos anos estiveram ao meu lado, nos bons e maus momentos. Saibam também que podem sempre contar comigo!

Além das trabalhadoras e trabalhadores a quem dedico esta Dissertação, a fiz também para minha mãe, Rosângela C. Melo, que foi minha inspiração sempre que pensava em como abordar os sujeitos desta pesquisa. Mãe, te agradeço de todo o meu coração pelo cuidado e amor diário que recebo, você é uma mulher inspiradora e que sempre me ensina com sua experiência a olhar o lado bom de todas as situações.

As mulheres que me instigam com sua força e caráter continuam nesses agradecimentos. À minha mãe acadêmica Sheille Soares de Freitas, deixo meu muito obrigada ao acolhimento nesses seis anos (Graduação e Mestrado). Você me mostrou como é possível vencer os problemas que aparecem de maneira única. As nossas conversas, debates e desabafos foram fulcrais desde o início. No universo acadêmico, pude ver, com você, que a empatia é sempre uma saída, ainda que nem todos concordem com ela. Muito obrigada!

Nesse sentindo, não posso deixar de agradecer imensamente ao meu amigo Caio Gomes. Seus dizeres e escritos sobre a Grécia Antiga sempre me fazem aprender mais! Nossos estudos, ainda que distantes, não nos impediam de ver a maravilha que é a historiografia e também de palpitar a narrativa um do outro. Obrigada por todas as correções, os apontamentos sarcásticos sobre meus erros e as conversas paralelas, tudo foi muito importante para a construção desta escrita.

Conforme havia escrito, a ordem sentimental também compõe um trabalho. Assim, à Vanile Cassimiro deixo todo meu carinho! Você e seu amor foram meus parceiros nesse caminho. Obrigada por aparecer em meu percurso. Agradeço também ao meu amigo Luis Carminati, exemplo de força e bondade, por todos os conselhos! Mesmo morando em Minas Gerais (aliás, obrigada pela hospedagem e passeios), você é amigo para todas as horas.

Os amigos queridos que jamais esquecerei continuam nesses agradecimentos! Ao grande Gilmar Senturião, com “S”, meu obrigada por essa amizade tão incrível! Com muito afeto escrevo também sobre Monique Maia e João V. R. Conterno. Nossas conversas e tererês tiram meus melhores sorrisos! Obrigada também a Alana T. Quadros pelos momentos juntas e ao Vitor D. G. de Souza, menino guerreiro que sempre foi muito querido comigo.

Ao pensar em parcerias dentro do universo acadêmico, agradeço imensamente todos os integrantes do Grupo de Estudos em História Social, Memórias e Linguagens, no qual compartilhamos nossas narrativas e auxiliamos sempre um ao outro. Nesse grupo, pude contar, inclusive, com as ponderações de Carlos Meneses de Sousa Santos, um dos integrantes da Banca. Obrigada também Carlos pelas incontáveis vezes que leu minhas produções com tamanha atenção e cuidado!

Ao Yanglely Adriano Marinho sou grata pela disposição e empenho nas viagens até o Oeste paranaense, assim como nas valiosas considerações sobre o trabalho. Nesse sentido, agradeço também à presença de Vagner José Moreira na Banca e aos apontamentos produzidos. Do mesmo modo sou grata à Linha de Pesquisa em Trabalho e Movimentos Sociais.

Por fim, agradeço à CAPES pelo incentivo à pesquisa que é tão necessário em nosso Brasil. A bolsa de estudos foi fundamental para a realização e conclusão desta Dissertação. Acredito que o estímulo e reconhecimento das pesquisas científicas brasileiras deva ser mais valorado, a fim de que o conhecimento seja visto como chave de acesso na compreensão da realidade. Desse modo, agradeço a todos aqui nomeados e, por ventura, aos que não o foram, mas que também compõem esse trabalho, meu muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Na presente Dissertação, a fim de investigar a presença e modos de viver estabelecidos em Marechal Cândido Rondon-PR, entre os anos de 1990 e 2018, utilizo a análise das condições adversas enfrentadas pelos trabalhadores na cidade como uma chave de acesso. Nesse sentido, debato as imagens produzidas sobre esses trabalhadores e, também, a partir deles, observando como esses aspectos permeiam a experiência dos mesmos e, principalmente, destacam seus enfrentamentos ordinários. Os problemas frente à moradia, às redes de convívio, aos valores construídos nas aproximações e distanciamentos formulados por eles mesmos e outros grupos sociais que compõem parte deste debate. As fontes utilizadas perpassam por entrevistas, matérias do jornal O Presente, cadastros do Centro de Referência e Assistência Social de Marechal Cândido Rondon – CRAS, etc. Essa documentação foi fulcral para esta pesquisa. Dessa maneira, discutir o *ser trabalhador* demandou tratar o difícil acesso ao atendimento médico e hospitalar, as relações de trabalho desgastantes, assim como o desemprego, os problemas sobre o como e onde morar, dentre outros fatores que envolvem a condição de classe desses sujeitos. Tudo isso compôs a investigação acerca da experiência desses trabalhadores no Oeste do Paraná nas últimas décadas.

Palavras-chave: Trabalhadores; condições adversas; modos viver; Marechal Cândido Rondon-PR.

ABSTRACT

The current dissertation has as key of access the adverse conditions faced by workers, in order to investigate their presence and ways of living set in Marechal Cândido Rondon – PR, between the years of 1990 and 2018. In this regard, I intend to debate the images produced about these workers and also, starting from them, observing how these aspects permeate their experiences and, mostly, how they highlight their ordinary struggle. The problems facing housing, conviviality networks, values built in the formulated approaches and detachment are part of this debate. The sources used include interviews, articles from the newspaper O Presente, entries from the Reference and Social Assistance Center of Marechal Cândido Rondon – CRAS, etc. This documentation was central to this research. Thus, discussing the *to be work* demanded to deal with the difficult access to medical and hospital care, the exhausting work relationships, as well as unemployment, problems about how and where to live, among other factors that involve the class condition of these subjects. All of this made up the investigation about the experience of these workers in Western Paraná in latest decades.

Key-words: Workers; adverse conditions; ways of living; Marechal Cândido Rondon-PR.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO I	24
TRABALHADORES: ONDE E COMO MORAR NA CIDADE?	24
CAPÍTULO II.....	57
TRABALHADORES NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E VALORES SOCIAIS	57
CAPÍTULO III	92
SOCIABILIDADES E RELAÇÕES DE PODER: TRABALHADORES E AS PONDERAÇÕES SOBRE O FUTURO	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
FONTES	123
Cadastros do Centro de Referência e Assistência Social-CRAS	123
Entrevistas	123
Meios de Comunicação	124
<i>Acervo Jornal O Presente</i>	124
<i>Matérias On-line</i>	125
Projetos, planos, índices, leis, pesquisas governamentais, etc.....	126
REFERÊNCIAS	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dificuldade que me vem à mente para pensar os trabalhadores é contínua, preocupante e, também, necessária. Diante disso, tornou-se o foco desta Dissertação a problemática que se refere aos modos de viver desses sujeitos frente às condições adversas com que se deparam (e se depararam) em Marechal Cândido Rondon-PR entre 1990 e 2018. Entretanto, ao lidar com essa problemática, por muitas vezes, a dificuldade sobre como abordá-la apareceu, assim como as diferentes possibilidades de investigação que ela apresenta.

Os anseios da pesquisa perpassaram o como e onde moram, os problemas com escolarização, o atendimento médico e hospitalar defasado, enfrentamentos em relação ao trabalho e desemprego, dentre outros fatores. Nesse sentido, os diferentes caminhos narrativos que permeiam as reflexões sobre os trabalhadores que lidam com tais adversidades, retira o conforto daqueles que buscam compreender e discutir essas experiências.

O desconforto que me refiro é aquele de acreditar, em alguns momentos, que esses sujeitos não se aproximam de nós, que não estão entrelaçados conosco nessa trama social ou, ainda, que não possuímos condições compartilhadas com os mesmos. Em 2014, ao andar nas ruas da cidade, assim que cheguei para cursar a Graduação, carregava interpretações distintas das que possuo hoje, que foram se formulando após a leitura e o trato das fontes. Os incômodos produzidos, com perguntas intermináveis sobre esses trabalhadores e sua experiência social, apresentaram-se continuamente como uma provocação investigativa.

Assim, pensando sobre essas questões, retomo a posição de Thompson (1981), quando sentiu a necessidade de produzir um “intervalo”, destacado em sua obra, para analisar a atividade dos historiadores e a ciência histórica em si. Nesse sentido, aponto a visão do autor sobre a

[...] necessidade de um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas (THOMPSON, 1981, p.48).

Esse trecho, em minha visão, abarca a densidade das questões que enfrentamos ao lidar com o processo histórico e os sujeitos que o produziram. Durante a produção desta Dissertação, as perguntas se alteravam, ainda que possuísse uma problemática definida. Isso porque as palavras de Thompson (1981) sobre a “lógica histórica”, atreladas ao movimento da história, foram sentidas na prática ao longo da escrita e análise das fontes. As “manifestações contraditórias” estavam presentes nas evidências e também a cada contato que tive com esses trabalhadores.

As mulheres e homens que são aqui investigados contribuíram para cada palavra e análise realizada. Eles e elas, inclusive, fizeram-me alterar uma pauta, junto com os atentos colegas que leram meu texto ainda em produção. No momento em que iniciei esta pesquisa, ainda envolta em minha Monografia, na qual investigava o porquê e como os trabalhadores chegavam em Marechal Cândido Rondon (RODRIGUES, 2017), pensava em abordar, na Dissertação, questões que envolviam o estabelecimento desses sujeitos que chegam à cidade.

Essas preocupações estavam deveras atreladas à minha experiência, uma vez que vim para a cidade e buscava compreender esse processo de chegada e avaliação da permanência. Assim, posteriormente, o anseio foi analisar o momento em que já estavam na cidade. Porém, para além desses percalços, a análise que mais me comovia se dava ao investigar trabalhadores se confrontando com determinadas condições adversas (enunciadas anteriormente).

Desse modo, a pauta era refletir sobre como as enfrentavam e produziam sua presença após chegarem na cidade. Todavia, não conseguia deixar de lado fontes acerca de sujeitos que eram de Marechal Cândido Rondon, ou então aqueles que eu não tinha como saber de onde eram. Desse modo, as evidências mostraram sua “transição”, qual seja: minha pauta inicial estava obscurecendo trabalhadores que me pareciam representativos na investigação dos modos de viver e dessa experiência na cidade.

A mudança, fez abrir caminhos para os sujeitos que estavam apagados na frase “investigarei os que chegam em Marechal Cândido Rondon”; não foi uma alteração tranquila, mas ao mesmo tempo foi libertadora. Todavia, os leitores notarão que aqueles que chegam/chegaram na cidade não foram excluídos. A presença desses trabalhadores é tratada ao longo de todos os capítulos, assim como dos nascidos em Marechal Cândido Rondon, visto que durante a abertura dos caminhos de pesquisa pude (com um enredo de

perguntas formuladas) tratar das aproximações e distanciamentos em relação a esses sujeitos e as condições adversas.

Ao debater sobre os enfrentamentos daqueles que lidaram com a condição de pobreza em algum momento de sua trajetória, vi a necessidade de ampliar o leque de trabalhadores que comporiam a discussão. As experiências compartilhadas, juntamente com suas especificidades, auxiliaram nas reflexões aqui encabeçadas. Afinal, pude perceber que não apenas os que eram “de fora” enfrentavam certas adversidades. Com isso, o debate então foi aberto.

Assim, as evidências selecionadas compõem parte fundamental nesta escrita, pois foram e são elas que permitem discutir os campos de possibilidade, limites e confrontações em relação aos modos de viver desses trabalhadores. Juntamente a isso, destaco que as fontes abriram meu olhar para a experiência de muitos que enfrentam a carência e a vulnerabilidade, o que, muitas vezes, não queria ou não conseguia enxergar na cidade. As entrevistas com esses sujeitos, a análise de cadastros do Centro de Referência e Assistência Social-CRAS de Marechal Cândido Rondon e as matérias do jornal *O Presente* (o qual circula na cidade e região) compuseram as fontes elegidas.

O anseio em realizar essa produção está atrelado à motivação de refletir acerca de como esses trabalhadores possuíram (e possuem) um papel fulcral na constituição da sociedade em que traçam seus percursos. Desse modo, observando como esses sujeitos compõem os territórios da cidade a partir de sua atuação, destaco Marechal Cândido Rondon, localizada no Oeste paranaense, com aproximadamente 50 mil habitantes (IPARDES, 2018).

Para que o leitor possa compreender um de meus anseios, utilizarei uma passagem do conto de Machado de Assis (2004), “O Espelho”, que trata da história de amigos que buscavam resolver os mistérios da “alma humana”. Machado provocou em mim, com esse conto, a reflexão acerca dos sentimentos e valores que constituem o ser humano. Segundo Jacobino, personagem que conta a história para os amigos, “Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro” (ASSIS, 2004, p. 401), elas ainda podem ser trocadas, de acordo com o tempo ou momento (principalmente a exterior), como a senhora, destacada no conto, que muda de alma “cinco, ou seis vezes por ano”.

Jacobino foi ousado e até mesmo autoritário em sua “teoria da alma humana”, já que não autorizava os amigos a contestá-lo. Essas almas foram traduzidas durante minha leitura como a produção de imagens. Assim, retomando a pesquisa para essa Dissertação,

questiono: quais interpretações e imagens os trabalhadores abordados possuem da cidade? Como, no decorrer das últimas três décadas, esses sujeitos disputam com as avaliações produzidas em relação à sua condição de trabalhador? Como certas relações estabelecidas por esses trabalhadores abrem possibilidade para analisarmos as tensões experimentadas nessa sociedade, em relação aos modos de morar, trabalhar, escolarizar-se e ter acesso a tratamento médico e hospitalar?

Essas perguntas foram essenciais para busca de nortes que abarcassem a dinâmica social que os envolve, visto que com essas interrogações muitos flancos puderam ser abertos, inclusive permitindo repensar a problemática. Foi a partir da experiência desses trabalhadores que me propus a analisar as imagens conflitantes, suas identificações e dissidências, sociabilidades, juntamente com o que chamo de distintas vociferações/confrontações que perpassam sua presença na cidade.

O Senhor Pedro é um dos trabalhadores que proporcionaram as análises que compartilho com você, leitor, no decorrer das páginas. A foto do trabalhador “chapa”, de 65 anos, apareceu em uma das matérias do jornal O Presente, em meados de 2005.



IMAGEM 01 – Senhor Pedro

Fonte: (PERIGO... 2005, p. 05)

O jornal circula na cidade e região desde o ano de 1991. Obtive acesso a ele no acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL/UNIOESTE. Nesse arquivo há exemplares referentes aos períodos entre 1994 e os dias atuais. Desse conjunto, selecionei 443 matérias para compor meu acervo pessoal, referentes aos anos de 1994 a 2012, por considerar que eram pertinentes a essa pesquisa. Dentre elas, estava a produzida com o Senhor Pedro em 2005.

A partir da imagem apresentada no jornal, é possível avaliar o enquadramento proposto sobre o olhar do trabalhador, algo sugestivo para pensar seu sentimento frente à perda de sua casa após um incêndio, no qual todos os móveis e utensílios foram destruídos. Segundo o(a) jornalista:

A casa era toda de madeira e, segundo o morador, não tinha rede elétrica, nem água e nem botijão de gás, apenas um fogão à lenha, onde eram preparadas as refeições. Conforme Pedro, no momento em que o fogo começou ele não estava no local, mas sim no ponto onde trabalha como chapa (PERIGO... 2005, p. 05).

Ainda que atualmente luz e água sejam, aparentemente, coisas corriqueiras nas residências, para muitos esses elementos ainda são sinônimos de dificuldade e restrição. Ao trabalhar como “chapa” aos 65 anos, o trabalhador enfrenta uma renda instável, que depende dos dias que consegue alguma atividade. Conforme a matéria, em um desses dias em que saiu para o ponto de chapa, à espera de uma contratação, perdeu sua casa, localizada no bairro São Francisco¹.

O trabalhador foi entrevistado no mesmo momento em que perdeu a casa. Então, ao analisar sua expressão me questiono: como ele avaliou a necessidade e constrangimento em expor sua condição? De que forma o trabalhador interpretou o acontecido frente à sua presença na cidade? Como enfrentou sua condição sendo tratada em matéria no jornal?

A entrevista pode ter sido aceita de maneira arbitrária, pela falta de ação no momento em que sua casa foi consumida pelas chamas. Porém, pode ser uma ação ponderada pelo trabalhador, pensando nos limites e desigualdades que marcavam suas

¹ Ao chegar em Marechal Cândido Rondon, via BR 467, é possível visualizar um grande portal (construído em 1994) em estilo supostamente “germânico” e que confere as boas-vindas aos que chegam à cidade. Todavia, o bairro São Francisco antecede esse portal. A criação do São Francisco ocorreu por decreto (nº 25), em 2000. Ou seja, os moradores conseguiram nesse bairro casas com custos mais baixos, visto que se encontram fora do “limite urbano” previamente projetado pela Prefeitura. Esses trabalhadores, inclusive, precisam atualmente enfrentar o movimento da rodovia (que intersecciona a BR-467 e a BR-163), para conseguirem acessar o Centro Comercial da cidade e os demais bairros.

possibilidades de reaver sua moradia, procurando, assim, acionar práticas de identificação, quando não de “benevolência”, insinuadas em certas relações de poder. Essas inferências sobre a fonte ficam limitadas justamente ao significado da palavra. Contudo, ainda auxiliam a refletir sobre os trabalhadores, as pressões que enfrentam, as relações desiguais em que tomam parte e suas ações frente a esse universo de tensão.

As matérias do jornal O Presente permitiram analisar o modo como os trabalhadores são acionados e ganham visibilidade no periódico. Dificilmente as matérias possuem assinatura dos jornalistas que a produziram, mas o editorial é informado também pelos patrocinadores que aparecem, frequentemente, em propagandas ou edições especiais (compostas por anúncios de indústrias, corporações, atividades comerciais e rurais, entre outros).

Com essa avaliação, à medida em que olhava as matérias do jornal, as reflexões de Maciel (2004) eram uma constante em minhas reflexões.

[...] ainda é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa (MACIEL, 2004, p.15).

É nesse sentido que acredito ser pertinente retomar a matéria em que o Senhor Pedro aparece. Em um primeiro momento, é possível supor que ela poderia tratar da condição que parte da população da cidade enfrenta em relação à moradia ou, então, sobre a comoção frente ao incêndio que prejudicou um morador de Marechal Cândido Rondon e as possíveis ações frente a esse (já que várias residências correm o mesmo risco que a desse trabalhador, por ser comum entre os aluguéis mais baixos e autoconstruções mais baratas a constituição de residências de madeira ou mistas – produzidas com madeira e alvenaria).

Ao ler o título da matéria “Perigo. Tempo seco provoca incêndios em Marechal Rondon”, essas proposições destacadas acima já não fazem sentido com o destaque que propus, uma vez que o enfoque privilegiado sobre a questão é como o clima seco tem provocado incêndios (PERIGO... 2005, p. 05). Isso porque, dificilmente, as condições

relacionadas a esses trabalhadores possuem a atenção do editorial e quando, por ventura, aparecem, muitas vezes são situadas a partir da “ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa” (MACIEL, 2004, p. 15). De todo modo, não há problema em tratar do clima utilizando a experiência de trabalhadores como ilustração, mas essa escolha precisa ser destacada, uma vez que ela indica como esses sujeitos são (ou não) encarados e publicizados².

A indicação de Maciel, acima destacada, permite pensar o procedimento de análise não só do jornal, mas das fontes como um todo. Ao pensar nos diferentes tratos que são possíveis em relação a essas, a autora auxilia esta pesquisa quando destaca que é preciso ver a imprensa como “prática social constituinte da realidade social”. Sobre todas as fontes utilizadas no decorrer desta Dissertação, esse crivo de análise se fez presente, ou seja, durante a reflexão acerca das evidências levei em conta sua produção (expectativas, historicidade...) e como isso informa esse universo de práticas sociais.

As fontes carregam caminhos de possibilidades em sua utilização, os diferentes modos de tratar e associar esses materiais aparecem ao longo da Dissertação. Escrevo aqui sobre os diferentes modos, pois não há uma fórmula secreta de como analisar uma fonte, mas tentativas incansáveis de aprofundá-las e questioná-las com indagações pertinentes à problemática proposta. As fontes não abarcam apenas a análise final que encabeçamos, mas um processo contínuo de indagações na produção desse trabalho.

A busca em acervos, assim como a produção de entrevistas e transcrições das fontes (orais e cadastros do CRAS) aqui utilizadas, iniciaram no período da minha Graduação. Durante aqueles anos participei de projetos de extensão³, iniciação científica⁴ e produção da Monografia (RODRIGUES, 2017). Quando transcrevi os cadastros do

² Os trabalhadores que não possuem eletricidade em casa já foram abordados pelo jornal em outros momentos. Em 1998, os chamados “Amigos do lâmpião” eram 31 trabalhadores (22 na área rural e 9 na área urbana), os quais, cerca de 7 anos antes da matéria do Senhor Pedro, já indicavam condições compartilhadas com ele. Naquele momento, eles foram destacados pelo jornal como excentricidade (AMIGOS... 1998, p.10).

³ Projeto de extensão Em Evidências: produção e uso de fontes no ensino de História (do qual participei entre os anos de 2014-2016) e o projeto de extensão Trilhas da História: caminhos entre problemáticas e evidências (que acompanhei entre 2016 e 2017). Ambos coordenados pela Prof^a Dr^a Sheille Soares de Freitas.

⁴ Durante toda a Graduação participei dos seguintes projetos de iniciação científica, sob a orientação de Prof^a Dr^a Sheille Soares de Freitas: Trabalhadores em Marechal Cândido Rondon: trajetórias e percursos frente às relações de poder no início do séc. XXI (2014 – 2015); Percursos e alternativas na cidade: idas e vindas de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon no limiar do séc. XXI (2015 – 2016); A Presença de Trabalhadores na Imprensa e na Cidade: Registros de relações de Poder e Disputas de Valores (1990-2016) (2016 – 2017).

Centro de Referência e Assistência Social⁵, selecionei trabalhadores para a produção de entrevistas⁶ e fiz um levantamento no acervo do jornal O Presente⁷.

Porém, esse trabalho continuou durante o Mestrado com novas perguntas, quando pude realizar novas entrevistas e ampliar o número de matérias do jornal a serem analisadas⁸. Nesse sentido, as horas de transcrição e o longo tempo revisando todo o acervo pessoal foram parte significativa para essa escrita, além das alergias que consegui devido à poeira dos jornais pesquisados⁹.

Mais do que o desafio junto ao levantamento, organização e produção de fontes, há outro que, muitas vezes, foi mais difícil de superar. Compreender o teor das fontes foi sinônimo de lidar com realidades que expressavam relações desiguais, condições que envolviam o enfrentamento da pobreza, a lida diária com o estudo dos filhos, com o trabalho, os problemas de saúde, encontros de novas amizades, etc. Ou seja, de lidar com os modos de viver desses trabalhadores.

Durante meu Estágio de Docência (2019), pude perceber o espanto dos estudantes quando entreguei um dos cadastros do CRAS. Algumas perguntas, alertando os colegas de sala, como “Vocês viram a quantidade de pessoas morando na mesma casa com um só cômodo?”, ocorreram junto ao silêncio espantado de outros que poderia ser traduzido em “Pessoas vivem assim aqui na cidade?”. Desde o meu primeiro contato com as fontes até os dias atuais lido com pensamentos semelhantes.

⁵ Os cadastros foram gravados pela Prof^a Dr^a Sheille Soares de Freitas no ano de 2011 e transcritos por mim entre 2014 e 2015.

⁶ No decorrer da Graduação foram 8 entrevistas que realizei com trabalhadores que chegaram na cidade, e algumas dessas conversas foram utilizadas nesta Dissertação.

⁷ As edições do jornal O Presente estão arquivadas no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, onde durante a Graduação pesquisei os anos de 2000 a 2005 e também 2011.

⁸ No período do Mestrado realizei 6 entrevistas e retomei as pesquisas no jornal, abarcando os anos de 1994 a 1999, 2006 a 2010 e 2012, observando e selecionando para esse momento algumas edições entre os anos de 1994 e 2012, o que totalizou 443 matérias selecionadas para aprofundamento da problemática investigada.

⁹ Os levantamentos ocorreram também em relação às produções acadêmicas. Tenham sido elas realizadas sobre esses trabalhadores ou sobre a cidade, todas contribuíram, à sua maneira, com a construção dessa pesquisa. A Tese de Doutorado e, posterior, livro de Santos (2016) tratou da abertura dos horizontes por parte de trabalhadores que chegavam em Marechal Cândido Rondon, auxiliando na reflexão acerca das diferentes maneiras de narrar e pensar as ações desses sujeitos. A Dissertação de Durães (2014) trazia uma análise que envolvia os trabalhadores de uma indústria de laticínio, na qual a autora deu ênfase ao “modo de vida” desses sujeitos. A Dissertação de Lagos (2018) permitiu pensar sobre os trabalhadores em Marechal Cândido Rondon e o processo que envolve as relações de trabalho eleitas por eles. Os trabalhos de outras áreas também fizeram parte desse levantamento e auxiliaram em minhas considerações: a Dissertação de Ferrari (2009) permitiu acesso a dados dos bairros da cidade e à sua investigação sobre a formação da mesma. Todas essas produções citadas, assim como outras destacadas ao longo da Dissertação foram mais aprofundadas nos capítulos seguintes, e é nesse meandro de debates que a pesquisa que propus se encontra inserida.

Ao verificar que muitos trabalhadores passavam fome, não tinham onde morar, estavam desempregados há tempos, com casas incendiadas, etc., encontrei-me envolvida e pressionada a compreender mais sobre seus enfrentamentos frequentes. Esses sujeitos passaram por momentos que não precisei lidar, ainda que eu seja uma trabalhadora. E assim eu refletia sobre essa presença, muitas vezes velada na cidade, uma vez que, ao andar pelas ruas, pouco ou nada sabia sobre aqueles com quem me deparava nas fontes. Porém, atualmente, consigo ir além de sua evidenciação documental, alcançando o modo como experienciam essas perversas condições na prática.

Os cadastros do CRAS foram as primeiras fontes com que tive contato e, foi através deles, que me aproximei desses trabalhadores. O trabalho de transcrição, iniciado em 2014, carregou choques iniciais, pensamentos inconclusos e novos olhares sobre aqueles que traçavam seus percursos frente às condições adversas. Esse material apresenta escritos produzidos pelas assistentes sociais, vinculadas ao órgão. As anotações tratam do encontro entre esses sujeitos durante o atendimento realizado, onde muitas partes do formulário não são preenchidas e, por vezes, dificultaram a investigação e compreensão das condutas em destaque.

Todavia, foram 150 cadastros transcritos e, destes, 126 são de trabalhadores que não nasceram na cidade, 8 que nasceram em Marechal Cândido Rondon e 16 que não apresentam naturalidade. Esses formulários foram distribuídos em 17 pastas que correspondem a alguns dos bairros da cidade, evidenciando a dimensão da presença desses trabalhadores e do convívio estabelecido com o CRAS. O número de cadastros aqui indicado não apresenta a totalidade dos registros oficiais desse material, nem traz toda a dimensão de sua potência, expressa tanto pela experiência de transcrevê-las e analisá-las, quanto em relação à experiência dos trabalhadores, que lidaram com a construção desse cadastro ao manterem contato com o órgão.

Nesse sentido, pensando as possibilidades arraigadas na noção de “experiência”, trago mais um trecho da já mencionada obra de Thompson (1891, p.182):

Os homens e mulheres também retomam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

O trecho, conhecido no campo historiográfico, abre perspectivas para pensar os sujeitos desta Dissertação. Ao investigar sobre a ação desses trabalhadores em “situação determinada”, caminhos são abertos para discutir e analisar os mesmos. A partir das evidências, é possível olhar as experiências em movimento e como essas auxiliam a ver a sociedade em sua complexidade. Os trabalhadores que estavam (e estão) em Marechal Cândido Rondon na temporalidade destacada (1990-2018) são expressivos para a reflexão sobre suas ações, o modo como “experimentam suas situações” e lidam com a produção de alternativas, mesmo que limitadas.

Entre o final do século XX e o ano de 2018 estabeleci o meu recorte temporal. Mas de que maneira escolhi a temporalidade a ser abarcada? Essa poderia perpassar os marcos estruturantes de construção da cidade, as primeiras indústrias, a formação dos bairros, dentre outros fatores. Porém, pautei-me em outro marco, mais simples e, talvez, até passível de crítica por aqueles que enxergam apenas os “grandes eventos”: guiei-me pela temporalidade de produção das fontes. O alto e bom tom dessa escolha não ocorreu de modo tão fácil como parece. Até compreender como minhas análises estavam sempre ligadas a esses momentos, passei por diversos caminhos que flertavam com diferentes escolhas.

As fontes presentes na pesquisa foram produzidas durante a década de 1990 até 2018, ainda que isso não seja sinônimo da presença desses trabalhadores apenas nos anos elegidos. A proposição inicial era investigar um período que se iniciava na década de 1970, a qual muitas interpretações dos próprios trabalhadores estão nas entrevistas com eles produzidas. Entretanto, concluí ser mais coerente privilegiar o recorte da produção das fontes em si, ainda que durante a escrita eu flerte com avaliações dos anos anteriores para auxiliar as discussões. Nesse sentido, continuo a pensar que o grande trunfo do historiador é também seu maior enfrentamento: o tempo.

Hoggart (1973) me fez pensar em como refletir sobre esses sujeitos e também sobre suas ações. Ele escreveu que

[...] num mundo constelado de dificuldades e de obstáculos torna-se necessário salvaguardar pelo menos a própria “dignidade”. “Pelo menos não tenho nada de que me envergonhar”; o direito de dizer essa frase por vezes com intenções mesquinhas, compensa de muitas coisas. [...] Mas a limpeza, a poupança e a dignidade são fruto não da vontade de subir, mas antes do medo de descer, de sucumbir [...] (HOGGART, 1973, p.94).

O “medo de descer” compõe essas análises de Hoggart acerca do “nós” e “eles”, ou seja, as diferenças que perpassam a luta de classes e como os trabalhadores, analisados pelo autor na Inglaterra de meados do séc. XX, lidavam com essas questões. Ao inverter a afirmação corriqueira de que os trabalhadores buscam a todo momento ascender, o autor indica que há também a preocupação em não perder mais do pouco que já se tem. Ao pensar essa formulação, repenso a situação do Senhor Pedro que, aos olhos de muitos, não tinha nada. Afinal, o que seria uma casa sem luz e água? Porém, para o trabalhador aquele era o seu lar, não só um abrigo físico. E, ainda assim, com o incêndio, ele experimentou a “descida” e agiu frente a isso.

Dessa maneira, acredito que, mesmo frente ao “medo de descer”, esses trabalhadores marcam a cidade com suas ações. Mas as inquietações que surgem em torno desses sujeitos são intermináveis. Nasser (2008) produziu sua Dissertação com o anseio de refletir sobre a experiência de trabalhadores que chegavam à região de Ribeirão Preto-SP, entre 1989 e 2007, e, com esse enfoque, destacou:

[...] os trabalhadores migrantes vão chegando e construindo formas de sobrevivência na região de Ribeirão, fazendo-se presentes e participando ativamente das transformações do local. Nessas experiências, os sujeitos imprimem suas marcas através das disputas cotidianas, construindo e constituindo seus espaços nessa região, caracterizada por conflitos no que se refere ao direito de pertencimento ao local (NASSER, 2008, p.106).

O autor ressalta as “marcas” que esses sujeitos produzem na cidade em que chegam. Todavia, compreendo que a análise da experiência dos trabalhadores nascidos na cidade auxilia também nesse tipo de investigação. Essas impressões vão desde a garantia de vagas para si e seus filhos nas escolas, a avaliação de relações de trabalho, as tensões que lidam quando buscam onde e como morar, entre outras coisas. Analisar esses sujeitos compreende a possibilidade de alcançar como suas relações e ações se fazem presentes em Marechal Cândido Rondon e em que circunstâncias e condições são estabelecidas.

Nesse sentido, penso no que Marx (2008, p.429) considerou como “único método materialista”, a compreensão das “relações da vida real”. Em sua análise, envolvendo a Revolução Industrial e os modos como os trabalhadores do período lidaram com esse processo, o autor se utilizou de diversas documentações (relatórios, estatísticas, jornais, etc.) para indicar, também, o procedimento que envolve o “materialismo histórico

dialético”. Ao fazer esses apontamentos, Marx explica a força das relações de poder no que tange pensar os trabalhadores, pois elas abrem brechas para “descobrir” os caminhos que os cercam e aqueles que são forjados por eles.

Foi pensando nesses procedimentos de investigação, característicos do método científico, que tracei os capítulos desta Dissertação. O primeiro capítulo, “Trabalhadores: onde e como morar na cidade?”, passa pelo crivo da discussão sobre como esses trabalhadores estão construindo territórios na cidade, mesmo sobre condições adversas. Frente a essas experiências tensas e desiguais, como esses sujeitos se fazem e refazem alternativas? De que maneira as imagens produzidas por e sobre eles estão atreladas à sua presença na cidade? A moradia, para esses trabalhadores, indica que caminhos sobre traçar e avaliar percursos e redes de convivência?

No segundo capítulo, “Trabalhadores na cidade: experiências compartilhadas e valores sociais”, minha preocupação ficou envolta pelos valores sociais desses trabalhadores. Por acreditar que essa valoração pautava (e pauta) as ações desses sujeitos, foi importante analisar o processo constante de (re)avaliação e construção de seus valores (sendo eles alterados e/ou reafirmados). Assim, questiono: de que modo esses valores perpassam as aproximações e distanciamentos construídos nas relações que esses sujeitos estabelecem com outros? Que avaliações são produzidas pelos trabalhadores e a partir de que interesses e pressões?

Por fim, no terceiro capítulo, “Sociabilidades e relações de poder: trabalhadores e as ponderações sobre o futuro”, investiguei relações de convivência desses trabalhadores. Desse modo questiono como as ações desses trabalhadores na cidade mantêm relação com suas expectativas sobre seu próprio futuro? As relações sociais indicam que elementos do agir desses sujeitos em Marechal Cândido Rondon? Junto a isso, encarei como esses caminhos auxiliam a pensar o *ser trabalhador* nas três últimas décadas.

O leitor pode notar, desse modo, que os capítulos estão ligados por uma relação dialética, uma vez que encaro esse processo de avaliação e confrontação como uma chance de pensar a dinâmica em que determinados trabalhadores compõem e percebem suas próprias experiências. Os modos de pertencer à cidade, os valores defendidos/construídos e os convívios estabelecidos para tal fazem parte dos incômodos que nortearam a pesquisa. Os critérios para refletir sobre esses três momentos são atravessados por aspectos entendidos aqui como condições adversas que se colocam frente ao seu modo de viver e sua condição de classe. Assim, sem mais delongas, convidoo a iniciar a leitura...

CAPÍTULO I

TRABALHADORES: ONDE E COMO MORAR NA CIDADE?

Em um dos dias de verão do ano de 2018, quando andava pelas ruas de Marechal Cândido Rondon-PR, próximo à praça central (Willy Barth), a qual cobre uma extensão de praticamente duas quadras, repleta de árvores e com um parquinho, havia algumas crianças brincando. Naquele momento, pensava em como realizar esta Dissertação. Como os trabalhadores produzem seus percursos em Marechal Cândido Rondon? Como tratar em um texto a experiência dos sujeitos dessa pesquisa?

Imersa nesses questionamentos, paro de olhar para o chão (mania que tenho ao andar), pois escuto um assobio: era um senhor de cor parda, vestido de calça e camisa social, baixo e magro. Ele carregava um carrinho de recolher materiais recicláveis, cheio de papelões, o qual o trabalhador empurrava enquanto assobiava em ritmo musical. Devido ao meu atraso no momento, não pude tentar uma conversa com ele. Porém, esse senhor me pareceu representativo para iniciar essa escrita. Isso porque o mesmo, já em idade avançada, continuava trabalhando, carregando peso, enfrentando a imagem desigual que, em um primeiro momento, seu trabalho pode expressar por ser uma atividade tida, por muitos, como sendo para aqueles que “não conseguiram nada melhor”. Esse senhor expressa a presença de certos trabalhadores na cidade, trabalhadores que enfrentam, frequentemente, relações tensas e adversas em suas experiências.

Essas condições estão relacionadas a problemas com a alimentação, o onde e como moram, uma vez que os baixos salários limitam, na maioria das vezes, suas escolhas. Juntamente a isso, investigo aqui a movimentação desses trabalhadores, o modo como enfrentam essas adversidades, a solidariedade envolta nesse processo e também as imagens produzidas sobre e por esses sujeitos.

As indagações acima surgiram como um incômodo, principalmente durante o contato com as fontes dessa pesquisa (entrevistas, matérias do jornal O Presente e cadastros do Centro de Referência e Assistência Social de Marechal Cândido Rondon - CRAS), as quais continuam a ecoar em minha mente quando ando pela cidade e encontro esses trabalhadores. Nesse sentindo, analiso aqui quais são as interpretações dos trabalhadores sobre a cidade e que tensões se apresentam perante certas imagens pré-estabelecidas sobre sua condição social.

Essas imagens, que podem ser construídas pelos próprios trabalhadores ao avaliarem os demais sujeitos da classe ou aqueles que compõem suas relações, apontam

que impressões e convivências são produzidas por homens e mulheres que, não necessariamente, compartilham das mesmas condições e valores. Por tudo isso, interessa discutir os modos de viver desses trabalhadores ao longo do final do século XX e início do XXI, com enfoque em sua presença e ocupação da cidade.

Durante minha leitura do jornal O Presente, encontrei uma matéria acerca de um dos bairros da cidade, intitulada “Apesar da fama, Bairro São Lucas não é considerado o mais violento” (APESAR..., 2007, p. 12-13 – grifo meu). Os bairros Primavera, Higienópolis e São Lucas são analisados nessa matéria a partir dos índices de violência e de trechos de entrevistas concedidas pelo capitão da Polícia Militar e por moradores.

Nesse sentido, o título, em um primeiro olhar, chamou minha atenção como uma alternativa à imagem que associa bairros populares e afastados do Centro Comercial a lugares perigosos e “violentos”. Entretanto, ao ler o subtítulo pude entender o teor da matéria, “Capitão da PM diz que toda periferia rondonense é problemática, e não somente o São Lucas. Fama de bairro violento surgiu em consequência das ocorrências no local” (APESAR..., 2007, p. 12). Essa argumentação segue, no decorrer da matéria, justificando que:

Acontece que a fama não surgiu pelo número de ocorrências no local, mas pelo tipo de ocorrências que são geradas na localidade e que repercutem mais. “Normalmente o que acontece no São Lucas são ocorrências do tipo lesão, uma situação mais grave do que uma ocorrência que dá mais no centro, como furto de bicicleta” (APESAR..., 2007, p. 12-13).

Porém, entendo que há uma complexidade maior que envolve números de ocorrências e o caráter das mesmas, indo além da mera tipificação do bairro como “problemático”. Afinal, “uma ocorrência que dá mais no centro, como furto de bicicleta” não levou o jornal a fazer uma matéria acerca desse bairro, ou mesmo adjetivá-lo a partir da criminalidade. Os atos ocorridos nos bairros abordados na matéria são sugeridos como qualificadores dos que lá residem e são apresentados com a clara intenção de um mapeamento do que é distinto socialmente, e onde está a violência na cidade¹⁰.

Segundo o Capitão da PM, entrevistado pela reportagem, as pessoas que moram no bairro (e que cometeram) crime o fazem “Em função do baixo poder aquisitivo, não

¹⁰ Reflexão produzida também por Wallow (2007) em sua Monografia. Nela, a autora tem como intenção analisar a relação dos trabalhadores com o bairro São Lucas. Em sua escrita encontrei aspectos importantes sobre a historicidade do bairro, a partir da década de 1996, apontando como os trabalhadores lidaram com a imagem de violência e criminalização do lugar em que vivem.

têm emprego e vão procurar casas de baixo valor” (APESAR..., 2007, p. 12-13). A distância do Centro Comercial e a própria historicidade que dá conta da constituição do bairro (como foi produzido e para quem), são elementos utilizados para reforçar que a presença de “casas de baixo valor”, motivadas por projetos populares de habitação, guardam relação com a realidade desse processo de falta de segurança pública. A meu ver, essa realidade não significa de modo mecânico que casas com valores baixos sejam encontradas apenas nesses bairros, ou que quem nelas reside seja violento, criminoso.

Nesta Dissertação, mais do que debater se o bairro é ou não violento, penso ser necessário analisar a maneira como os trabalhadores que moram na cidade lidam com sua condição e, concomitantemente, com questões vinculadas às imagens construídas sobre onde e como moram. Essa preocupação em relação aos aspectos dos modos de viver desses sujeitos, que moram em bairros considerados pelo jornal e Polícia Militar como violentos, não se faz somente nessa pesquisa.

Esse incômodo perpassou demais estudos, como a dissertação de Carvalho (2016), sua análise sobre os “bairros de má fama” na cidade de Guaíra-PR (1975-2013), que contou com fontes jornalísticas (inclusive o jornal O Presente, aqui também investigado), além de entrevistas e documentações acerca de dados (leis, projetos, etc.) da cidade¹¹. De acordo com a autora, na cidade, deveras próxima de Marechal Cândido Rondon, também se apresentam imagens pejorativas sobre os bairros em que a classe trabalhadora reside, igualmente registradas a partir de noticiários e ações de segurança pública.

Na produção de Carvalho (2016), a formação dos bairros Parque Hortência e Vila Alta, juntamente com as relações de trabalho que permeiam a trajetória de seus moradores, são referenciais utilizados como forma de identificar as relações de classe e, por fim, o que denominou como a “estigmatização da violência” nos bairros. Sendo que o estopim para a reflexão perpassou a experiência da pesquisadora, que lidava com a “fama” desses bairros e seus incômodos ao visitá-los. Nesse sentido, trago um trecho de sua Dissertação, na qual destaca-se a seguinte reflexão:

Há um processo de disputa pelo direito de viver na cidade. [...] Para os moradores do Parque Hortência e da Vila Alta, é injusto a estigmatização que acontece nos bairros, pois considerar a totalidade do bairro como um composto de bandidos significa não conhecer a realidade de grande parte daqueles moradores que possuem

¹¹ A cidade de Guaíra-PR é localizada a aproximadamente 70 km da cidade de Marechal Cândido Rondon e é conhecida também por fazer fronteira com o Paraguai. Segundo o IBGE (2018), compreende um total de 32 mil habitantes.

experiências de vida baseadas na luta pela sobrevivência (CARVALHO, 2016, p. 79; 86).

A dualidade das imagens (local violento ou não) podem ser percebidas na análise da autora. De todo modo, interessa aqui o termo “totalidade”. As generalizações que tendem a valorar se os sujeitos que moram nesses bairros são ou não violentos, muitas vezes, deixam de lado a abertura para questões mais complexas dessa experiência. Ao investigar os valores, convivências e ações desses trabalhadores, um grande leque se abre para pensarmos seus modos de disputar o “direito de viver [a/]na cidade”¹².

Por tudo isso, ao aprofundar a investigação acerca dos trabalhadores que moram no bairro São Lucas, destacado na matéria, recorri ao conjunto dos cadastros do CRAS. As intenções em cada uma dessas fontes foram formuladas de maneiras distintas. Nos cadastros, entre a produção de uma determinada memória social e outra, está como pano de fundo a relação construída no momento de um atendimento. Todavia, as diferentes pautas que se entrecruzam nos cadastros permitem acessar justamente a dinâmica em que estão envolvidas

Dos cadastros selecionados que remetem ao bairro enumeram, em seu conjunto, 10 trabalhadores que declararam que não nasceram em Marechal Cândido Rondon. Nesse sentido, permitem evidenciar a presença daqueles que chegam à cidade e como eles, em grande medida, estão envoltos nas urgências relacionadas a problemas em permanecer, isto é, compor sua trajetória em Marechal Cândido Rondon. As anotações das assistentes variam, assim, entre entregas de Cestas Básicas, encaminhamentos em relação a cuidados com filhos e, também, para a produção de documentos como Certidões de Nascimentos, CPF, solicitações médicas e de trabalho, etc.

¹² O trabalho de Carvalho (2016) é apenas um frente a diversas investigações que tomam como mote a análise dos bairros considerados violentos. Freitas e Vale Neto (2009) produziram um artigo que leva em consideração 30 anos de matérias analisadas em relação ao bairro Coque de Recife-PE (1970-2000): a preocupação dos autores é pautada em visualizar o modo como o bairro foi abordado no jornal e, principalmente, qual é a relação dessa visão com as ações do governo. Assim, debatem as noções de “governo em si” e “governamentalização” com o auxílio de trabalhos de Foucault. Os autores citados, como Carvalho (2016), Freitas e Vale Neto (2009), auxiliaram-me a pensar as diferentes possibilidades historiográficas que envolvem um mesmo tema para a constituição de uma problemática. A preocupação central desta Dissertação não é estritamente em relação aos bairros considerados pela imprensa como violentos, mas uma análise que perpassa os modos de ocupar a cidade e suas tensões. Portanto, acredito que essa discussão não se faz alheia à reflexão acerca da presença e modos de morar dos trabalhadores em Marechal Cândido Rondon.

Selecionei o cadastro que se remete ao Senhor Alfonso (CRAS, jul. 2010)¹³. Conforme expresso na fonte, o trabalhador tinha 63 anos de idade, em 2010, e morava com sua esposa. Ele foi um dos poucos homens que encontrei como titular do cadastro de família. É recorrente o nome de mulheres como responsáveis pelos registros familiares no CRAS (dos 150 cadastros que pude ter acesso, 115 foram abertos por mulheres e 35 por homens).

Esses números sugerem ainda alguns fatores, como: muitas mulheres são consideradas “do lar”, podendo comparecer ao órgão durante o horário comercial; outras são mães solteiras e encarregadas pelo seu sustento e de seus filhos ou demais familiares; assim como é preciso encarar a relação autoritária que muitas experienciam em casa, fazendo com que essas mulheres enfrentem diariamente os limites impostos por seus “companheiros” e sejam responsáveis por encontrar brechas para encaminhar questões ligadas à renda, alimentação, atendimento médico e hospitalar, vagas de trabalho e na creche, etc.

O Senhor Alfonso declarou às assistentes do CRAS que chegou em Marechal Cândido Rondon aos 28 anos, mais especificamente por volta de 1975¹⁴. Durante o cadastramento do trabalhador, feito (ou renovado) em julho de 2010, ele morava no bairro São Lucas. Assim, o Senhor Alfonso pode ter mudado para o São Lucas em 2010 ou mesmo auxiliado no processo de construção do bairro, algo que o cadastro em questão não permitiu inferir com maior precisão. Isso porque esse bairro foi constituído oficialmente, com suas primeiras unidades, na segunda metade da década de 1990, com as denominadas “casas de mutirão”, cerca de quinze anos depois da chegada do trabalhador à cidade¹⁵.

Todavia, a motivação do Senhor Alfonso para sua ida até o CRAS está presente nas anotações das Assistentes Sociais,

¹³ Indico aos leitores que todos os nomes dos trabalhadores presentes nos cadastros do Centro de Referência e Assistência Social de Marechal Cândido Rondon – CRAS e, também referente aos entrevistados, foram substituídos por pseudônimos a fim de preservar sua identidade.

¹⁴ A cidade de onde o Senhor Alfonso declarou ter saído para chegar em Marechal Cândido Rondon não consta no cadastro. Nesse, há somente o seguinte preenchimento “Tempo no município: 35 anos” (CRAS, jul, 2010).

¹⁵ O bairro foi constituído legalmente com os loteamentos promovidos pela Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR. Sendo que, em 1995, houve o projeto do loteamento São Lucas I, em 1996, o São Lucas II e, por fim, em 1997, o São Lucas III. Esses três momentos resultaram em aproximadamente 160 mil m², aprovados para construção naquela segunda metade da década de 1990 (FERRARI, 2009).

09/12/2010: Vamos dizer que não é o caso de receber Cesta Básica, pois os dois são aposentados e agora estão morando sozinhos. Relataram que mudaram de endereço pagando aluguel menor;

26/05/2011: Veio no atendimento requerer Cesta Básica, tentei explicar que não se enquadram nos critérios, diz que veio mandado pelo [...]. Se alterou quando foi recusada a Cesta (CRAS, jul. 2010).

A anotação referente a estarem “morando sozinhos” se deve à condição anterior dos aposentados. Pois, viviam junto com a filha, o genro e duas netas. Enquanto moravam juntos (período sem registro no cadastro), a filha trabalhava de diarista e o genro de servente de pedreiro, enquanto o Senhor Alfonso e a esposa eram aposentados. A condição expressa em morarem juntos sugere uma alternativa formulada por parte desses trabalhadores, ainda que carregada de limites e tensões. A partir dela, puderam dividir despesas para completarem o pagamento dos gastos mensais, assim como essa pode ter sido a única maneira que visualizaram ou estiveram dispostos a formular para conseguirem economizar dinheiro para a compra de outros bens. Além de tudo isso, permitiu ao casal conseguir auxílio dos então avós no cuidado de suas filhas.

O Senhor Alfonso não é o único trabalhador dos cadastros do CRAS que mora junto com outras pessoas (familiares, colegas de trabalho e mesmo sujeitos de outras cidades...). Abaixo, seguem duas tabelas para elucidar melhor essa alternativa e/ou reordenação do que se entende por unidade familiar e constituição de elos de convívio, solidariedade e sobrevivência, produzidos pelos trabalhadores em determinadas circunstâncias:

Tabela 01. Composição familiar de acordo com a seleção de cadastros do CRAS-MCR (referente aos indicadores de 2010/2011)

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	NÚMERO DE CADASTROS
Familiares (até 2 pessoas)	28
Familiares (de 3 a 5 pessoas)	77
Familiares (de 6 pessoas ou mais)	28
Sozinho	13
Familiares e colegas (até 5 pessoas)	3
Familiares e colegas (de 6 pessoas ou mais)	1
TOTAL	150

Fonte: Cadastros do CRAS-MCR. Organização da autora, 2019.

Tabela 02. Situação habitacional dos trabalhadores que possuem cadastro no CRAS-MCR (referente aos indicadores de 2010/2011)

RESIDÊNCIA	NÚMERO DE CADASTROS
Alugada	75
Financiada ou quitada	42
Cedida	21
Não informa	11
Casa em inventário	1
TOTAL	150

Fonte: Cadastros do CRAS-MCR. Organização da autora, 2019.

As Tabelas 01 e 02 auxiliam a reflexão acerca do como os trabalhadores moram na cidade nos anos de 2010 e 2011. O eixo “familiar” compreende todos os graus de parentesco: companheiros(as), filhos(as), enteados(as), tios(as), primos(as), avós(ôs), etc. Em um primeiro momento, é possível perceber que as moradias desses trabalhadores contam, em sua maioria, com mais de 3 sujeitos, chegando por vezes a 8 trabalhadores em uma casa.

Essas casas, geralmente são alugadas, trazendo uma despesa fixa a mais mensalmente¹⁶. Entretanto, o número que mais chamou minha atenção foi o de casas cedidas. Isso representa 14% das residências indicadas nos cadastros analisados, trazendo consigo uma rede de convivência que permite a permanência desses trabalhadores na cidade. As casas são cedidas por conhecidos, parentes e instituições sociais (como Igrejas), sendo que essas residências, assim como as alugadas, próprias, etc., encontram-se nas mais variadas regiões da cidade e com as mais distintas condições de uso¹⁷.

A alternativa de solidariedade familiar, construída pelos parentes do Senhor Alfonso é uma possibilidade que se mantém como horizonte para muitos trabalhadores, mesmo que nem sempre essa relação seja estabelecida pela solidariedade incondicional. Durante a produção de minha Monografia (RODRIGUES, 2017), analisei a experiência de Laura, que foi morar com seus cunhados sem precisar ajudar com o aluguel. Entretanto,

¹⁶ Escrevo “despesa fixa” uma vez que muitos dos que possuem casa própria têm despesas com a moradia, seja em prestações, reformas, móveis, seja com gastos eventuais que podem envolver consertos, devido a estragos com incêndios, fortes temporais (como em 2011, quando muitos foram ao CRAS renovar seus cadastros para conseguir telhas, por exemplo, algo que provavelmente se repetiu quando um tornado atingiu a cidade em 2015).

¹⁷ No conjunto dos cadastros do CRAS há anotações das assistentes sociais referentes à moradia dos trabalhadores que foram até órgão, seja em razão de preenchimento do formulário, seja uma impressão formulada após visita domiciliar. Esses documentos sistematizam impressões das assistentes sociais sobre a condição da casa (“excelente”, “bom”, “razoável”, “ruim” e “precária”), além de informar quantos quartos possui, de que material é construída, se possui piso, forro, etc. A maioria dos cadastros não foi preenchido totalmente, porém, indicações de casas em que “chove dentro”, inconclusas, com detalhamento de cômodos, entre outras características, estão presentes em grande parte deles.

o anseio daqueles que dividiam as despesas era que a trabalhadora limpasse a casa e cuidasse de sua sobrinha. As relações construídas pelos trabalhadores são, dessa maneira, muito mais complexas do que os números tabelados (mesmo que esses auxiliem a imaginar proporções e estatísticas dessa rede de relações e convivência).

Como avaliado pelas assistentes, a divisão inicial que compunha o modo de viver do Senhor Alfonso e sua esposa, Senhora Carolina, deixou de fazer parte de suas experiências. Ele foi ao CRAS no intuito de conquistar uma Cesta Básica, indo uma vez em 2010 e cinco meses depois, já em 2011, sendo que nessa segunda vez, momento em que “Se alterou quando foi recusada a Cesta”. A vociferação do trabalhador indica um dos modos possíveis para expressar a revolta com a condição desigual da relação estabelecida, entre ele e as assistentes, abrindo caminhos para a reflexão acerca da quantificação das medidas governamentais que podem não garantir aquilo que esses trabalhadores avaliam como direito.

Por conseguinte, acredito que há por parte desses sujeitos ações de resiliência, indo além do significado inicial da palavra vociferar, que pode conduzir a análise de sua reação como algo alarmante e inconsequente. Penso que a ação do trabalhador é composta por um processo de avaliação e descontentamento, do qual podem vir ações de complacência (que o fazem retornar ao CRAS) ou de incertezas revoltantes, rompendo com a encenação de ações resignadas para uma posição de revolta e confronto. Essas relações apontam as tensões latentes, que se apresentam nesse processo, em que condições adversas estão em xeque e são expostas por esses trabalhadores

Nesse sentido, dou seguimento à discussão analisando o cadastro de Guilhermina, que para além de alterar-se “[...] participou de apenas 3 encontros, no total de 10. Depois que soube que não ganharia mais Cesta Básica, desistiu do grupo” (CRAS, mar. 2010). A trabalhadora tinha 46 anos naquele momento (2010) e teria chegado de Foz do Iguaçu-PR há três anos¹⁸. As anotações das assistentes no cadastro da trabalhadora ocupam apenas duas linhas, destacando justamente sua desistência. A ação de Guilhermina evidencia seu descontentamento com o órgão, assim como marca sua ponderação acerca da noção de direito e de sua disposição em manter-se sobre a tutela do órgão quando não vê suas demandas atendidas. Afinal, o curso era visto como um esforço necessário para

¹⁸ A cidade de Foz do Iguaçu-PR é localizada a aproximadamente 160 km da cidade de Marechal Cândido Rondon e é conhecida também por fazer fronteira com o Paraguai e a Argentina, compreendendo um total de 258 mil habitantes, segundo o IBGE (2018).

conquistar aqueles suprimentos alimentares mensalmente, para ela, seu marido e dois filhos, algo que foi rompido.

Portanto, avalio que ir ao CRAS não é uma ação totalmente confortável, assim como expõe a condição em que certos trabalhadores se encontram quando procuram alcançar aquilo que motivou tal relação (podendo ser desde Cestas Básicas, telhas para a casa, cadastro no Bolsa Família, leite para as crianças, dentre outras formulações envolvendo trabalho, filhos, saúde). A imagem de vociferação do Senhor Alfonso e Guilhermina pode perpassar por esse reconhecimento; de que não foi entregue a eles aquilo que, em suas visões, era um direito a ser garantido, ainda que tenham formulado ações diferentes perante tal indignação: a fala alarmante e o abandono do programa (respectivamente).

O senhor Alfonso, disputava, na relação ali estabelecida, a imagem atribuída pela assistente sobre sua condição. Ele buscava produzir argumentos para legitimar o seu acesso à Cesta. Essa demanda, possivelmente, era apenas uma das disputas enfrentadas por esse trabalhador, visto que ao morar no bairro São Lucas lidava também com a imagem da “criminalidade” e falta de segurança.

Logo, para além da “criminalidade” exposta pela matéria do jornal, sujeitos como Senhor Alfonso enfrentam questões que extrapolam os limites geográficos dos bairros. Afinal, trabalhadores com experiências compartilhadas estão, inclusive, no Centro, território com o segundo maior número de cadastros do CRAS na primeira década do século XXI. Pois, além dos que residem nessa região, outros trabalhadores se deslocam pela cidade, para o trabalho, estudo, supermercado, lojas, centro de atendimento médico e hospitalar e ao próprio CRAS, que fica na área central de Marechal Cândido Rondon.

A arquiteta e urbanista Rolnik (1990, p.28) produziu uma escrita voltada justamente para problematizar o modo como olhamos para a cidade e aqueles que nela vivem.

O território é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. [...] O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território. [...] São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo de uso ou relações de uso: aqui lugar de morar, aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. [...] a ideia que está colocada aqui, ao invés de circular na esfera da função, quer dizer, o espaço-função (muito compatível com um raciocínio de exterioridade da produção social e econômica em relação a esta configuração espacial), é a ideia do espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais.

Ao escrever sobre a diferença de pensar a cidade como “espaço” ou “território”, a autora me auxiliou a pensar essa Dissertação na medida em que sugere ir além do espaço adjetivado como um “lugar específico para”. Avaliei que analisar as experiências dos sujeitos e suas relações permitiria tratar a complexidade da produção social da cidade. A “subjetividade” apontada pela autora, mesmo que desafiadora por suas nuances de ambiguidade e contradição, é um caminho para acessar a experiência desses sujeitos. Os territórios, desse modo, também se fazem pela presença desses trabalhadores, uma vez que frente às relações estabelecidas alteram e produzem a cidade.

Marili, trabalhadora entrevistada pelo repórter da matéria do O Presente (p. 25 deste trabalho), disse o seguinte: “Nós mesmos, se vamos numa loja comprar algo, tem gente que fica desconfiada quando ficam sabendo onde moramos” (APESAR..., 2007, p. 12-13). Para além de simplesmente aparecer no jornal, ou apontar sobre uma prática de consumo, ela dá indícios acerca de como ocupa, produz sentidos e visibilidades em Marechal Cândido Rondon.

Ao andar pelas ruas, entrar nas lojas, fazer suas compras (caso seja bem atendida), avalia a cidade conforme seu descontentamento e realizações. Esses trabalhadores produzem seus caminhos e por onde passam marcam Marechal Cândido Rondon construindo e deixando ver a “cartografia das relações sociais” que estabelecem. Assim, experienciam e atuam na cidade.

A parte inferior da matéria aqui em discussão é intitulada de: “Moradores discordam sobre a ‘fama’”. Essa narrativa, traz a fala de Marili, no último parágrafo de uma matéria de duas páginas, o que me fez pensar quais dos leitores chegaram até sua narrativa. Igualmente, é importante destacar que sua interpretação aparece em um texto com subtítulo de “Lugar tranquilo”, mesmo que a trabalhadora expresse os conflitos existentes ao morar no bairro.

O “Lugar Tranquilo”, então apontado pelo jornal, expressa qual é o compromisso do mesmo em entender os trabalhadores da cidade e apresentar as visões que eles possuem sobre o modo como vivem a/na cidade. A matéria provoca um sentimento de dualidade, acreditar nos moradores ou nos policiais. A partir disso, penso que a reflexão deva perpassar justamente pelo que Rolnik (1990) chamou de “espaço real vivido”, visto que essa formulação expressa a complexidade que envolve morar em um bairro com certo índice de criminalidade, utilizado para adjetivar quem vive nele. Sendo possível

alcançarmos a experiência conjunta de conviver com a insegurança/violência e, ao mesmo tempo, reconhecer tranquilidade/amistosidade entre os que vivem naquele bairro.

Desse modo, além de falar ao jornalista se o bairro era ou não violento, Marili traz a dificuldade que enfrenta em relação à avaliação de outros sujeitos sobre onde morava naquele momento (até mesmo na convivência com outros trabalhadores, como a que a atendeu em uma loja). O incômodo se apresenta com ar de denúncia, como se isso expusesse o campo de forças desigual em que se vê envolvida para manter/defender seu modo de viver e condição de trabalhadora, apontado com destaque pelo tom daquela conversa. Ela sugere um universo de tensões, na dinâmica das relações estabelecidas por trabalhadores na cidade, o que aprofundarei no terceiro capítulo desta Dissertação.

A matéria faz parte de um enredo maior que é o editorial do jornal. A memória construída pelo jornal guarda, em geral, a avaliação de seus principais leitores e patrocinadores, reforçando algumas imagens de desdém sobre trabalhadores que lidam com condições adversas e/ou não compõem certo modelo aspirado pela classe patronal em relação *a ser trabalhador*, como evidenciarei mais a seguir. As tensões envolvendo a imagem a ser mantida acerca de quem vive e como vive em Marechal Cândido Rondon são constantemente destaques na imprensa¹⁹.

O título “Amigos do Lampião” (AMIGOS..., 1998, p.10), por exemplo, é referente a uma matéria que retrata sobre 31 famílias que não possuíam energia elétrica em suas moradias no distrito de São Roque, pertencente a Marechal Cândido Rondon. Todavia, a interpretação realizada pelo editorial do jornal produz associação entre a falta de energia e o impedimento de assistir os jogos de futebol. A comoção em torno desses sujeitos ocorreu no momento em que acontecia a Copa do Mundo FIFA de 1998. Os trabalhadores (9 de área rural e 22 da área urbana do distrito), segundo o jornal, “vivem regime quase pré-histórico”.

Porém, acredito que trabalhadores como o Senhor José (um dos que não conseguia manter energia elétrica e é destacado na matéria), permitem mais possibilidades de análise do que a valoração encabeçada pelo editorial. Ao traçarem seus percursos, naquele final da década de 1990, lidavam com o valor do salário mínimo de R\$130.00 (DIEESE, 2019) e encaravam desafios que expunham as condições de vida que enfrentavam. A

¹⁹ Por meio das edições especiais do periódico (cadernos rurais, propagandas, promoções, etc.) foi possível traçar uma pauta norteadora da construção de memórias e imagens sobre trabalhadores por parte do jornal O Presente, principalmente observando sua relação com os interesses de empresários e produtores rurais da cidade e região.

necessidade de amistosidade com os vizinhos para poderem manter os alimentos frescos, visto que esses emprestavam suas geladeiras; ganham notoriedade por uma motivação banal: a copa do Mundo.

A condição de empregabilidade, os utensílios e serviços que possuem (ou não) em casa e que interferem no modo como vivem ganham visibilidade em função do destaque dado ao acesso e aquisição de aparelhos de TV e à transmissão dos jogos da Copa do Mundo. Desse modo, a condição de vida desses trabalhadores é deixada em segundo plano²⁰.

Nesse sentindo, muitos trabalhadores se confrontavam com pressões sobre a constituição de suas práticas, explicitando um modo de viver com alternativas limitadas e inseguras. Isso porque a rede elétrica está presente em diversas atividades e momentos do dia a dia e, sem ela, é preciso frequentemente reordenar práticas e alternativas para superar essa privação. Ao pensar sobre essas condições de vida, retomo o ano 2000. A matéria “Caso da privada” (CASO..., 2000, p. 47), tratou da moradia de dois sujeitos do bairro Rainha, região um pouco mais afastada do Centro Comercial da cidade.

Ela se referia a trabalhadores aposentados que não possuíam banheiro em suas residências e faziam suas necessidades em um local improvisado, do lado de fora de casa. Nesse enredo, eles são tratados de maneira pejorativa no periódico e mesmo trazendo parte da trajetória desses sujeitos, a matéria não deixa de reforçar que são trabalhadores de fora da cidade. Isto é, o Senhor Eduardo (conhecido como “Baiano”) tem sua naturalidade utilizada como explicação para sua condição/distinção da suposta normalidade do modo de vida de trabalhadores tidos como “rondonenses”. Nessa linha de raciocínio, segue apontando como devem viver e agir os trabalhadores na cidade, sugerindo que as condições adversas em que se veem sujeitos como Senhor José ou Baiano foram produzidas por eles mesmos. Uma visão que mobiliza a atenção para os prejuízos que esses sujeitos causam para os que sabem como viver e ocupar a cidade.

Com esse suposto, o jornal produziu uma matéria com um título bem sugestivo, “Lixo nas casas de catadores desagrada e gera impactos ambientais” (LIXO..., 2006, p.

²⁰ É possível encontrar de forma online uma matéria da Folha de São Paulo (FERNANDES, 1997), referente ao ano de 1997, em que essa traz os preços dos televisores. Isso porque havia grande expectativa referente à compra desses aparelhos, graças ao período da Copa do Mundo que ocorreria no ano de 1998. A média apresentada de R\$797,00 foi produzida com base nos valores apresentados pelo jornal, que variam de TVs com 20 polegadas por R\$299,99 até de 34 polegadas por R\$1459,00 (mediante a promoções e também possíveis de serem encontradas em São Paulo-SP, certamente mais populosa do que o distrito de São Roque-PR).

1). Essa matéria, recebeu destaque na capa, juntamente com a imagem (abaixo) que ocupa a maior parte da primeira página do periódico.



IMAGEM 02 – Foto casa de catador de recicláveis na capa

Fonte: (LIXO..., 2006, p.01)

O modo como o trabalhador ocupa e marca a cidade com o seu modo de viver “desagrada a vizinhança”. O jornal e a Prefeitura, uma vez que essa condição foi pauta, inclusive, em reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente (LIXO..., 2006, p. 01), expressaram o descontentamento e tentativa de ajustar o trabalhador à *normalidade* dos modos de morar em Marechal Cândido Rondon, como se essa condição fosse puramente responsabilidade e desejo do mesmo.

No campo da Geografia, Roos, Carvalho e Ribeiro (2010) produziram um artigo que compunha o debate acerca de trabalhadores que exerciam/exercem o recolhimento de materiais recicláveis. A pauta dos autores se fez entrelaçando um mapeamento das cooperativas/associações de coletores e práticas de “subordinação”, provocada pelo “sistema capitalista”. Com esse suposto, formularam a seguinte ponderação: “Embora sejam muitos os trabalhadores/catadores que circulam por lugares públicos, acabam

sendo despercebidos da sociedade, isto é, esses trabalhadores costumam ser ignorados pela sociedade” (ROOS; RIBEIRO, 2010, p.117).

Os incômodos dos estudiosos, motivados a investigarem esses trabalhadores, ficam entremeados a certas abstrações e pressupostos. Pois, ainda que tentem indicar algumas ações (principalmente em relação à organização de cooperativas/associações), ao longo da análise esbarram em uma reflexão que interrompe o processo de problematização da questão. Frequentemente, relacionam esses sujeitos a meros ajustes e resignação, principalmente frente ao capitalismo. Evidente que estamos imersos nessa dinâmica capitalista, porém, isso não retira a produção de caminhos e confrontações por parte desses trabalhadores a fim de alterarem sua condição e também de refletirmos sobre uma possibilidade investigativa que avance para além da equação: capitalismo + trabalhadores = submissão/controlado.

Assim, pensando na obra dos autores, ainda que não compartilhe dessa em sua plenitude, pude perceber momentos de diálogo com esta pesquisa. Ao trazerem a noção de que, frente aos olhos de muitos, esses trabalhadores e sua condição se fazem invisíveis, senti-me instigada a refletir sobre a questão. Desse modo, acredito que o fato desses sujeitos não agirem em alguns momentos (como o esperado perante a visão dos autores), isso não quer dizer que vizinhos e/ou aqueles que passam à frente de casas como a retratada no jornal não produzam uma visão destacada pelo olhar de classe, fortalecida, muitas vezes, pelo colírio de indignação e interdição.

Essa última, dificilmente decorrente de preocupações para com esses trabalhadores, compõem as tensões que esses acumulam e se debatem ao longo de suas trajetórias. Ainda que o “lixo” em frente à casa seja um embaraço para o convívio com a vizinhança, ela expressa sua forma de sustento e modo de viver na cidade. Porém, é traduzida como algo fora do lugar, não pertencente ao universo social de convívio com a desigualdade, uma indignação que parece formular: “como se atrevem a viver assim?!”.

Desse modo, reuniões com o conselho, reclamações na Prefeitura e no jornal são realizadas buscando solucionar o mau cheiro e “os impactos ambientais”. Para o trabalhador, os riscos com a contaminação de dengue, os odores ou a estética da casa ficaram em segundo plano. O trabalho, no entanto, foi preponderante na organização do seu modo de viver, já que, possivelmente, ao guardar os materiais para revenda no terreno da casa, ele consegue resguardar o material que compõe o recurso para o seu sustento.

Ao aprofundar essa questão, envolvendo a visibilidade dos trabalhadores e a historicidade dessa presença avanço para o ano de 2011, em que uma das matérias

conferia destaque para os comerciantes da região central. Nessa, destacavam que as “3 a 6 pessoas” que não possuem moradia deixam “a imagem do município [...] prejudicada” (PROBLEMA..., 2011, p. 09). Ou seja, a matéria surge como apoio a uma denúncia dos comerciantes que não queriam a presença desses sujeitos, anunciados como moradores de rua. Na medida em que os sujeitos abordados nas quatro matérias que selecionei aparecem, eles carregam consigo indícios das diferentes formas de ocupar e fazer parte da construção dos territórios da cidade, além do olhar de classe lançado sobre eles²¹.

Peço que o leitor compreenda o porquê da extensa apresentação dessas matérias, que se faz necessária para analisar a entrada desses trabalhadores na pauta jornalística. Ainda que analisados sob uma imagem depreciativa, eles abrem caminhos para pensar sua atuação na cidade. Assim, é possível refletir os motivos de algumas matérias (como aquelas que tratam da “beleza” da cidade) aparecerem mais que outras (como aquelas sobre os sujeitos que são a preocupação desta Dissertação, que enfrentam a desigualdade social e que são tratados de forma pejorativa, em grande medida, por parte do editorial).

Retorno, nesse sentido, à matéria indicada no início deste texto (APESAR..., 2007, p. 12-13). Trouxe essa por considerar que ela buscou reforçar como os bairros afastados do Centro Comercial, repletos de trabalhadores, são entremeados por práticas de violência. Porém, interessa pensar que essa característica não deve ser unicamente atribuída aos sujeitos que moram nesses bairros. A criminalidade compõe, também, os indícios de fragilidades por parte das políticas públicas implementadas (ou não) em Marechal Cândido Rondon e que não se limitam apenas a essa cidade.

Esses conflitos de imagem, permeiam o modo que esses trabalhadores são vistos e se deixam ver, mas também como buscam se recolocar frente ao preceito de não possuírem condições materiais favoráveis a outras visibilidades e avaliações. Nesse sentido, destaco os trabalhadores que moravam no Loteamento Ceval e o longo processo de regularização de suas moradias, que demorou praticamente 30 anos. A Dissertação de Seibert (2008) apresenta esse processo que envolve, inclusive, a industrialização na cidade.

²¹ As quatro matérias fazem parte das desafiadoras escolhas que constituem o processo da escrita, uma vez que diversas outras existem no acervo e que poderiam aparecer, mas que, devido ao espaço e ao tempo aqui restritos, ficam para análises futuras. Como escrito anteriormente (p.34), a escolha dessas se fez a fim de verificar os motes que dialogavam com a problemática e que se encontravam no jornal O Presente e como seu editorial se posicionava perante tais tensões, particularmente no que tange a avaliação pejorativa dos trabalhadores aqui pesquisados.

O autor perpassa inicialmente pela formação do frigorífico de suínos, instaurado no final da década de 1960, onde ficava a chamada Vila Operária, morada dos trabalhadores da empresa²². A indústria passou por algumas trocas de administração, descritas a fundo por Seibert (2008), culminando na compra da mesma pela Ceval Alimentos, em 1989. Nesse meandro, mais particularmente em 1991, a indústria promoveu de maneira arbitrária a mudança da Vila Operária para o Loteamento Ceval, envolvendo o Poder Público nas demandas dos trabalhadores. Algo que Seibert abordou com a seguinte formulação:

Durante o período de 1992 a 1996, em que os moradores aguardavam a escrituração, o governo municipal ficou alheio aos problemas, tanto em relação a documentação quanto em relação as condições vividas pelos moradores no Loteamento Ceval, fato este que caracteriza a ausência do Estado quando é para atender demandas sociais e pela presença do Estado para cobrar tributos (SEIBERT, 2008, p.149).

A historicidade apresentada pelo autor aponta, ainda, que alguns desses trabalhadores, no início da década de 1990, fizeram a transferência de suas casas (que por serem de madeira podiam ser movidas em caminhões e tratores) e, junto a isso, pagaram para a Prefeitura 24 parcelas sobre o lote e também o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (mesmo sem possuir a escritura das casas). Com os conflitos se intensificando, muitos deixaram de pagar as parcelas e o imposto, uma vez que viam que sua situação não era regularizada. A Dissertação do historiador referido foi produzida em 2008, momento em que o “Estado [aparecia para esses trabalhadores] para cobrar tributos”, não para auxiliar nas suas demandas, principalmente as escrituras.

Ademais, não apenas a regularização é importante no que tange a moradia desses trabalhadores, uma vez que indústrias de óleo e peixe foram construídas próximo ao loteamento. Essas passaram a causar problemas respiratórios, mau cheiro e infiltrações nas casas (devido aos tanques dos peixes). Conforme o jornal O Presente on-line, os moradores do bairro precisariam sair do local, pois um acordo “homologado em 2011 definia que o município repassaria aos moradores lotes diversos distribuídos pela cidade” (GORDINHO..., 2013). De todo modo, até 2019 continuavam a ser produzidas notícias referentes aos moradores do loteamento, os quais buscam na Justiça indenizações em

²² O historiador Pereira (2014) se debruçou, particularmente, em investigar a formação desse frigorífico de suínos e a relação dos trabalhadores que moravam na Vila Operária (1960-1980). Nesse sentido, indico a leitura de sua produção, assim como a de Seibert (2008) para aqueles que queiram analisar aspectos como trabalho, lazer, moradia, etc., que envolvem a Vila Operária e a composição do Loteamento Ceval.

relação aos danos morais e de saúde sofridos por todos esses anos (MORADORES..., 2019).

As matérias que se remetem a esses trabalhadores chegam a representar a situação como uma “novela” (MORADORES..., 2019). Todavia, a experiência desses sujeitos está longe de parecer uma “novela”, da qual ainda que tenha aspectos identificáveis na realidade não tem compromisso com o real, mesmo que se prolongue por meses. Nesse processo, alguns trabalhadores até mesmo faleceram sem conseguir ver a questão resolvida (MORADORES..., 2013). As aproximadamente 200 famílias que moravam no Loteamento Ceval (SEIBERT, 2008, p.159), mesmo sofrendo com o escancarado descaso público, explicitam sua presença e tensão sobre o pertencimento à cidade.

A Vila Operária, que precede o Loteamento Ceval, possuía casas que foram encomendadas pela indústria que pretendiam fazer a contratação dos trabalhadores. Desse modo, mesmo que todas as casas da cidade sejam erguidas por trabalhadores, grande parte desses é remunerado para tal atividade, como pedreiros, mestres de obras, encanadores, dentre outros. Todavia, algumas foram construídas com o trabalho daqueles que nela futuramente iriam morar.

Assim, retomo a presença desses sujeitos pelos bairros de Marechal Cândido Rondon a partir dos “programas de mutirão”. Dona Helena, 43 anos, uma das trabalhadoras que entrevistei (2018), é cozinheira no Restaurante Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, mãe de dois filhos e narrou sobre esse percurso:

Daniela: Ah, então foi logo depois que vocês voltaram, vieram para cá né?

Helena: Sim, sim, daí a gente, meus pais ganhô uma casinha aqui [década de 1980], na época era da Cohapar né? Aquelas casinhas de mutirão. Daí a gente ganhou, os meus pais ganhô uma casinha. Só que não é que nem hoje, naquela época a gente tinha que trabalhá, né? A família tinha que trabalhá, agora não, eles dão a casinha pronta, né? Naquela época a gente tinha que trabalhá, tinha que fazê tudo, desde limpar o lote... que era bem mato, né? cheio de mato a erguê...

Daniela: Ganhava o lote daí tinha que construir a casa, era isso assim?

Helena: Eles deram um terreno todo, né? E...a família tinha que construir. Mas, daí, assim, eles dava tudo, né? Só ia lá pra trabalhá. Eles davam tudo, dava os material tudinho. Tinha, tinha os mestre de obra tudo... (HELENA, 2018).

Essas casas eram erguidas após a inscrição na Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR. Caso a renda familiar estivesse dentro do estabelecido, recebiam os

materiais da casa²³. O “mutirão” foi utilizado para que sujeitos com renda escassa pudessem ter acesso à moradia. Dona Helena ainda era criança quando sua casa foi construída, pois veio de Mendes Pimentel-MG em 1983, aos 7 anos, acompanhada de seus pais e mais oito irmãos. Ao chegar na cidade, a família da trabalhadora morou na residência de seu avô, conseguindo depois disso construir a casa própria pelo programa da COHAPAR.

Foi durante as décadas de 1980 e 1990, segundo o PEHIS (2012), que houve o incentivo à construção das “casas de mutirão” pela COHAPAR. Essa instituição contou com o aval da sequência de governos sobre a égide do PMDB no Estado do Paraná, os quais se sucederam até o início dos anos 2000. Nesse período, dinamizaram essa proposta. Foi ainda nos idos da década de 1980 e 1990 que trabalhadores residentes na Vila Operária faziam a transferência de suas casas para o Loteamento Ceval, compondo as diferentes produções de territórios e movimentação pela cidade, propondo organizar onde e como morar.

Os “projetos pilotos” foram criados já na década de 1980, com base no projeto da Prefeitura de Lages-SC, que contava com os futuros moradores para a construção das casas. A criação desses projetos indica, sobretudo, uma demanda de sujeitos que não conseguiam acesso à moradia e reivindicavam soluções pressionando o governo estadual e prefeituras²⁴.

²³ O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS (2012) traz uma série de exigências que definiam a conquista da casa. A família poderia entrar em diferentes requisitos, como: rendimento familiar de 0 a 3 salários mínimos ou rendimento de 5 salários mínimos, sendo que de acordo com o valor disponibilizado mensalmente pela família mudavam os juros e possibilidades de quantia de parcelamento (PEHIS, 2012, p. 64; 74; 78). A renda dessas famílias não poderia ultrapassar o total de R\$500,00, uma vez que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2019,) o salário mínimo na metade da década de 1990 era de R\$100,00.

²⁴ As casas construídas pelo programa da Companhia de Habitação no Paraná – COHAPAR, não foram as primeiras na área de Marechal Cândido Rondon. Entre os anos de 1964 e 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH se fez presente no território brasileiro (SILVA; TOURINHO, 2015) e, de acordo com as leis disponíveis de forma online pela cidade de Marechal Cândido Rondon, a Lei nº1179 de 03/04/1976 é a primeira que prevê contato da Prefeitura da cidade com o BNH, na busca de empréstimo para a realização do Programa Municipal de Saneamento, durante a candidatura do prefeito Almiro Bauerman.

Os autores Silva e Tourinho (2015, p. 414) escreveram um artigo que compara as políticas do Banco Nacional de Habitação – BNH e o Programa Minha Casa Minha Vida, analisando as exigências para a construção das casas, as companhias que auxiliaram na mesma, juntamente com os locais em que essas políticas habitacionais se fizeram na Região Metropolitana de Belém. Nesse, há a reflexão acerca da “[...] segmentação dos locais de moradia, entre os que podem e os que não podem pagar mais pela habitação e pelas melhores localizações, tem se repetido ao longo das políticas habitacionais, desenhando um processo nítido de segregação” sendo essa mais uma identificação que Marechal Cândido Rondon possui com demais cidades, uma vez que aqueles trabalhadores com menor poder aquisitivo que buscam conquistar a casa própria acabam ficando limitados, muitas vezes, aos bairros que possuem casas que comportem o valor em que seus rendimentos mensais permitem. Todavia, é preciso salientar ainda que mesmo com tal “processo de segregação” esses trabalhadores se fazem presentes em toda a cidade.

A moradia de Dona Helena, porém, não se encontra no bairro São Lucas e sim no bairro Líder, sendo assim, as “casinhas de mutirão”, também conhecidas como “autoconstrução”, foram promovidas em diferentes pontos da cidade. O geógrafo Ferrari (2009), em sua Dissertação, faz um longo apanhado sobre o que chamou de “expansão territorial” da cidade de Marechal Cândido Rondon desde o período em que essa era conhecida como General Rondon, distrito de Toledo-PR, até o momento contemporâneo de sua investigação (1960-2008). Os dados presentes na obra auxiliam a pensar os projetos para moradia popular promovidos pela COHAPAR em Marechal Cândido Rondon, sendo 13 loteamentos construídos entre 1975 e 2004²⁵.

O loteamento que Dona Helena morou é denominado de Jardim São Amaro, constituído em 1988, com aproximadamente 59 mil m². Nesse período, a trabalhadora possuía 12 anos, momento em que logo seu pai faleceria sem poder aproveitar a casa por muito tempo. Os dados sobre a moradia de Dona Helena permitem ainda visualizar que ela e sua família ficaram na casa de seu avô por cerca de 5 anos, compondo a experiência compartilhada de moradia e renda como muitos trabalhadores, que encontram nessa alternativa de convivência solidária a condição para a permanência na cidade (tanto atualmente, como já na década de 1980).

As casas populares nesse projeto, construídas pelos seus futuros moradores no mutirão, hoje possuem características diferentes do momento em que foram construídas. No início, foram projetadas com cerca de 40 a 50m² e sem repartições internas, sendo que essas divisões ficariam por conta da família ao produzir posteriormente (com materiais de construção extras, comprados por elas, ou os mais comumente lençóis usados como repartições)²⁶. A trabalhadora entrevistada destaca que morava em uma casa sem repartições, com mais 10 pessoas (8 irmãos, a mãe e o pai, que estava adoentado e veio a falecer ainda naquele ano).

²⁵ Na busca de dados referentes às casas construídas por projetos com o BNH, a COHAPAR e o Minha Casa Minha Vida, fui até à Prefeitura da cidade, inclusive, na mesma Secretaria (Planejamento) em que Ferrari (2009) havia conseguido os relatórios para sua Dissertação. Entretanto, assim que informei minha pretensão aos funcionários do local, fui rapidamente encaminhada para a Assistência Social da Prefeitura. Os dados, segundo a assistente, estariam em outro computador do qual ela precisaria pedir para que alguém instalasse. Nesse sentido, pegou meu número para ligar assim que ela obtivesse mais informações - até o momento (2020) nada aconteceu. Por fim, é importante ressaltar que nesse computador da Secretaria constam apenas dados mais recentes, enquanto os que se referem à década de 1970 até o final da década de 1990 não foram encontrados pelos funcionários da Prefeitura.

²⁶ Os dados acerca dos diferentes projetos produzidos pela COHAPAR, estatísticas de produções, diretrizes, dentre outros podem ser encontrados no PEHIS (2012), plano de habitação que obteve diversos auxílios e parcerias para sua produção, dentre eles governo federal, governo estadual e Caixa Econômica Federal.

Atualmente, ao andar pelos bairros que tiveram esse histórico de constituição, podemos ver que cada casa possui uma cor diferenciada, juntamente com os conhecidos “puxadinhos” (outros cômodos construídos além dos 40 a 50m² iniciais). Algumas estão menos deterioradas que outras, devido ao tempo ou à condição com que foram mantidas e reformadas ao longo dos anos. Elas parecem apontar o anseio de muitos trabalhadores em diferenciar-se daquilo que foi proposto como padrão comum a todos. Uma cor, um cômodo a mais, jardins na frente, dentre outras maneiras de alterar a casa. Além de serem reformuladas para atender à necessidade que se colocou para esses sujeitos e familiares, que não se viam contemplados no projeto inicialmente proposto. Essas alterações compõem parte significativa de suas diferenciações de valores e potencial econômico em relação aos vizinhos.

Dona Helena, hoje aos 43 anos, também mora em uma casa de autoconstrução. Porém, uma casa construída pela família de seu marido, com quem se casou aos 14 anos e que conheceu quando brincavam no bairro. Virgílio, seu marido, sempre faz piadas de variados assuntos quando eu e minha mãe vamos visitá-los, enquanto Dona Helena é tímida e tende a despistar as graças produzidas pelo seu companheiro.

Eu os conheci logo que minha mãe veio para Marechal Cândido Rondon (2014) e começou a trabalhar no mesmo lugar que Dona Helena. Eles foram muito receptivos e acolhedores, até mesmo nos levando em uma das pizzarias da cidade. O conhecimento deles sobre lojas, mercados, restaurantes foi muito importante naquele momento e hoje reconheço que isso se deve também ao fato de estarem há tempos em Marechal Cândido Rondon, reconhecendo em nós as dificuldades compartilhadas entre aqueles trabalhadores que chegam à cidade.

A casa em que o casal mora (durante a entrevista que realizei), como dito, foi construída por Virgílio e seus pais. Nesse sentido, o “mato” que havia no bairro, foi substituído aos poucos por casas que a cada tijolo colocado realçavam a motivação de uma moradia própria para muitos trabalhadores que, como Virgílio e Dona Helena, evidenciam aspectos de como viveram ou continuam a viver no bairro.

Atualmente (2019), essa residência ficou como herança para Virgílio e seus irmãos. Então, mais do que uma resposta ao problema de onde e como morar, essa morada própria da família pode ser também um problema sobre para onde ir quando se precisa dividir com os demais herdeiros o que não consegue atender à expectativa de todos. Uma questão que até a última vez que conversei com a trabalhadora ainda não estava resolvida.

Já a casa em que Dona Helena morava quando era criança com seus pais e irmãos foi vendida por sua mãe, que retornou para Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, após “todo mundo [filhos] criado, casado” (HELENA, 2018). A saída de sua mãe é também valiosa para pensar a presença dos trabalhadores que chegam em Marechal Cândido Rondon. Afinal, um dia essa presença, enquanto sociabilidade e partilha, pode deixar de existir. Assim, durante a entrevista, conversamos mais sobre sua mãe.

Daniela: E por que que hoje você quer trazer sua mãe de volta pra cá?

Helena: Então, ela tá bem...Só que ela já na idade dela também assim ela, a gente não qué que ela mora tipo assim, a casa é dela, mas ela não mora assim num lugá legal sabe? [...] Só que é um lugá, assim, muito de violência, sabe? [...] já fui lá passia.

Daniela: Mas esse bairro que ela mora lá é mais casa ou o que é assim...?

Helena: É casinha, mas é tipo favela, assim, sabe? [...] a gente queria trazê ela pra cá, né? Aqui tá sossegado... [...]. Aqui você pode saí de noite, por mais que tenha uma coisinha ou outra, má não é que nem lá, lá é enorme...muito grande...muita droga, muita coisa, né? E ela mora numa favela, sabe?... (HELENA, 2018 – grifos meus).

A experiência de Dulce, mãe de Dona Helena, avaliada pela trabalhadora, evidencia como deslocar-se de cidade não necessariamente é garantia de melhora de vida, ainda que essa possa ser a motivação inicial. Afinal, dificilmente alguém possui o anseio de piorar suas condições de vida. Entretanto, saindo do debate entre “melhora” e “piora”, acredito que ultrapassar esses termos estritamente materiais/econômicos abre brechas para pensarmos o que cada sujeito entende como satisfatório e importante de manter ou alterar ao longo da vida. Por isso, interessa pensar como a movimentação desses trabalhadores se faz com a tentativa de construir alternativas, sejam essas conquistadas ou passíveis de frustrações e readequações.

Ao pensar uma família de trabalhadores negros em Marechal Cândido Rondon tenho clareza que, não necessariamente, encontram acolhida como a que recebemos de Helena e seu marido. Digo isso pois esse casal, assim como seus familiares, além de lidarem com as avaliações sobre onde e como moram configuraram, nesse convívio social da cidade, as tensões sobre a sua cor e procedência, aspectos indicados por muitos como uma distinção importante para aqueles que se colocam mais pertencentes à Marechal Cândido Rondon do que outros, particularmente retomando um enredo histórico que

coloca a constituição desse lugar a partir da vinda e atuação de “eurodescentes” para o Oeste do Paraná²⁷.

A mãe de Helena me fez recordar Marili (trabalhadora entrevistada na matéria do jornal sobre o bairro São Lucas). Afinal, a avaliação pejorativa sobre o local de moradia de Dulce, foi produzida pela própria filha. Dulce, por sua vez, não quer voltar para Marechal Cândido Rondon, apesar da insistência dos filhos, pois lá “está bem” (algo que Helena precisou admitir).

A necessidade de visualizar esses bairros como “violentos”, ocorre também entre aqueles sujeitos que compartilham dessa condição e que sabem como o onde moram também pode apresentar “uma coisinha ou outra”. Nesse sentido, traz a permanência desse modo de avaliar como além das fronteiras de Marechal Cândido Rondon, uma vez que essa interpretação acompanha, em grande medida, a presença de parte significativa dos trabalhadores pelas cidades brasileiras.

Chalhoub (1996) contribui para essa reflexão apontando várias questões em relação a essa visibilidade e tentativa de justificar o controle, de onde e como os trabalhadores ocupam os territórios da cidade. O autor faz essas ponderações ao tratar os cortiços no Rio de Janeiro, no final do século XIX. De antemão, peço paciência para o grande trecho abaixo, mas ele se faz necessário por possibilitar um importante diálogo com a discussão do autor.

[Produzida por parte dos jornais da época] Esta narrativa de destruição do mais famoso cortiço carioca do século XIX e suas repercussões nos abrem um leque bastante amplo de perguntas. [...] Se nos detivermos apenas nos lances do espetáculo em si, é impossível perceber o sentido de tamanha demonstração de força, de capacidade de intimidação e, mais fundamental ainda, não se encontra a explicação para tanto ódio de classe. Os atos de Barata Ribeiro [prefeito] não surpreendem muito [...]. Mas a aclamação da imprensa, com suas metáforas de guerra e de masculinidade, e seu regozijo na eliminação de um ‘outro’ tão unanimemente indesejado?

O que mais impressiona no episódio do [Cortiço] Cabeça de Porco é sua torturante contemporaneidade. Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Mas absolutamente não foi sempre assim, e essa tradição foi algum dia inventada, ela também tem sua

²⁷ Nesse caminho, indico a leitura de algumas produções que permeiam também sobre esse debate. Laverdi (2005), escreveu sobre o “estranhamento” daqueles que chegavam em Marechal Cândido Rondon, sujeitos abordados como “os de fora” em correlação de forças com a suposta “ascendência alemã”. De qualquer modo, em relação a investigações que tratam desses trabalhadores, a produção de Santos (2016) traz a reflexão acerca daqueles que, mesmo identificados sob tal “ascendência”, lidam com condições adversas como a aposentadoria insuficiente, entre outros inúmeros fatores.

história. O episódio da destruição do Cabeça de Porco se transformou num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade. Vamos localizar aqui dois pontos fundamentais dessa forma de lidar com a diversidade urbana. O primeiro deles é a construção da noção de que ‘classes pobres’ e ‘classes perigosas’ – para usar a terminologia do século XIX- são duas expressões que denotam, que escrevem basicamente a mesma ‘realidade’. O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas ‘administrada’, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas, tem contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos (CHALHOUB, 1996, p.22-23 - grifos meus).

O autor precisou lidar com a saída do “espetáculo”, fornecido pela narração da destruição do cortiço, para analisar os sentidos que a fonte carregava. Ao relacionar a produção da imprensa com sua problemática (que inclusive ganhou modificações após o contato com o acervo) o historiador passou a utilizar as matérias como evidências daquele processo histórico. A análise em torno da destruição do Cabeça de Porco, fez com que o autor trouxesse à tona a associação entre duas noções que repercutem não só até o momento de sua escrita (década de 1990), mas até os dias atuais (2019). É a construção da imagem de “classes pobres” como “classes perigosas” que proporcionam, ainda, escritas como a da reportagem do jornal O Presente.

Nesse sentido, essa associação, contribui para “a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos” (CHALHOUB, 1996, p. 20), pois ainda carregam atualmente o peso de diversas ações contra trabalhadores que enfrentam frequentemente a desigualdade social. Esse “genocídio” expõe a correlação de forças desiguais, podendo ser expresso em agressões e/ou morte de trabalhadores, assim como se apresenta na produção de imagens que os desqualificam – seja pela sua visibilidade seja pelos seus costumes e práticas. O modo de vida e existência desses sujeitos em determinados territórios da cidade são, assim, questionados e avaliados, muitas vezes, de modo depreciativo em relação a suas ações e valores, procurando naturalizar sua exclusão de determinados lugares e relações.

Essa depreciação, pode ser produzida até mesmo por outros trabalhadores, além de governantes (como o prefeito Barata Ribeiro na análise de Chalhoub) e/ou por aqueles com maior poder aquisitivo, que não se propõem compreender a realidade enfrentada por esses trabalhadores. A construção dessa distinção compõe parte significativa das relações

estabelecidas pelos trabalhadores no período atual. É claro que em Marechal Cândido Rondon, no século XXI, esse processo não ocorre como no Rio de Janeiro no final do século XIX. Ou seja, não há nos dias atuais em Marechal Cândido Rondon, uma ação deliberada e expulsão promovida pela aliança de políticos “higienistas” e urbanistas para destruição de bairros em prol de obras como a construção de avenidas, aos moldes de Paris. Porém, muitos trabalhadores como, Dona Helena, Marili e o Senhor Alfonso enfrentam o peso de determinadas imagens e ações construídas a partir do onde e como moram, retomando o princípio enunciado por Chalhoub, onde “classes pobres” são sugeridas como “classes perigosas”.

Conforme Chalhoub (1996), Freitas (2016), em sua produção, traz uma indagação investigativa que me alertou sobre como analisar o modo como algumas matérias (AMIGOS, 1998; CASO, 2000; APESAR, 2007) foram encabeçadas e o tratamento que seria adequado para com os sujeitos dessa pesquisa. A autora, ao analisar em suas considerações iniciais costumes e valores a partir de conflitos classistas na cidade de Uberlândia deixa evidente a possibilidade de lidar com as “Histórias que marcam a cidade”:

[...] lidar com as histórias que são produzidas por certos moradores na feitura da cidade trouxe novos mapas sociais, territórios produzidos pelas relações que construíram. Conhecendo a dinâmica desse espaço, partilhado e diferenciado. Territórios que perpassam os bairros e constituem a experiência social em Uberlândia.

[...]

A tentativa de dimensionar essa cidade fez com que me deparasse com esse mapa onde interesses, sonhos, conflitos classistas não se explicitam (FREITAS, 2016, p.22; 24).

O “mapa onde interesses, sonhos, conflitos classistas” se apresentam, dificilmente terá uma clara definição. Entretanto, essa proposição abre caminhos para que eu pense as possibilidades e restrições, as experiências compartilhadas de trabalhadores, assim como o modo que estamos olhando para a produção desse processo histórico²⁸. É nesse mote que, atualmente, encaro a cidade de Marechal Cândido Rondon.

²⁸ Indico a leitura do livro de Freitas (2016), no qual a historiadora analisa a experiência de trabalhadores na cidade de Uberlândia-MG, no final do século XX e início do XXI. Ela analisa como as culturas estão em disputa, partindo da experiência de trabalhadores e suas ações na construção da cidade. Juntamente a isso, investiga como esses sujeitos lidavam com relações desiguais que perpassavam pela presença dos mesmos em Uberlândia e na problematização de questões que envolviam a permanência na cidade (moradia, trabalho, tratamento médico e hospitalar, etc.). Compartilho da indicação de que os trabalhadores fazem parte desse processo de feitura da cidade, pois a presença desses sujeitos e as relações que

A venda da casa por parte da mãe de Helena indica, inclusive, que há a possibilidade de que muitas dessas casas de “autoconstrução” sejam hoje de outros donos ou alugadas, provavelmente a um preço menor, caso possuam características semelhantes com o projeto inicial. Sendo assim, a casa de Seu Alfonso, no bairro São Lucas, pode compor parte dessa referência, aceita pela redução de custos do aluguel que o casal necessitava promover²⁹.

A interpretação desses trabalhadores em relação à constituição dos bairros cria também algumas distinções. Como disse Dona Helena, “Só que não é que nem hoje, naquela época a gente tinha que trabalhá, né? A família tinha que trabalha [construir], agora não, eles dão a casinha pronta, né?” (HELENA, 2018 – grifos meus). Quando perguntei à Dona Helena se ainda morava na mesma casa, ela me explicou que residia na casa da sogra, porém, também avaliou como

[...] essas casas ali foi feita assim, era mulheres, homem, piazzada tudo, tudo ajudava eu...era pequena ainda, mas ia ajudá, carregava tijolo, carregava o que a gente aguentava... e era só as quatro parede da casa...a pessoa ganhava a casa, as quatro paredes, né? Banheiro, né? Certinho... o resto, depois... (HELENA, 2018).

Como seria, ainda criança, carregar os tijolos da construção de sua futura casa? Para Dona Helena, era o carregar “o que a gente aguentava” que torna diferente o sentimento em relação àquele que a recebe pronta, mesmo que as condições para o cadastramento de aquisição das moradias tenham sido semelhantes. As casas recentes a que a trabalhadora se refere fazem parte do programa Minha Casa Minha Vida, implementado em 2009, pelo governo federal, projeto que oferece condições especiais de crédito para a aquisição de casas ou para a construção das mesmas. Atualmente, o financiamento dessas moradias pode ocorrer a partir de famílias que possuem um rendimento considerado como “renda baixa”, com valores que vão desde R\$1800,00 (um salário mínimo - R\$998,00 reais mais R\$902,00 reais) até R\$7000,00 (cerca de sete salários mínimos)³⁰.

estabelecem apontam marcas dessas tensões e de suas experiências: não há apenas a estruturação de projetos e organização urbanística.

²⁹ Somente no São Lucas foram cerca de 275 projetos de “autoconstrução” conforme destacado no trabalho de Wallow (2007, p. 11-23).

³⁰ Acerca do trâmite e critérios estabelecidos para conquistar a moradia através do programa Minha Casa Minha Vida, ver mais em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acessado em: 05/04/2019.

Desse modo, seja por não ter conseguido a mesma oportunidade ou pelo sentimento de injustiça ao precisar construir a casa com as próprias mãos, é que a fala de trabalhadores como Dona Helena me parece tão emblemática para pensar os diferentes caminhos em relação à moradia. Os bairros em que há a prevalência de casas advindas do programa Minha Casa Minha Vida são, muitas vezes, também classificados como “perigosos”, não sendo essa uma característica restrita aos bairros com casas de “autoconstrução”.

Acredito ainda que essa imagem não é atrelada diretamente aos lugares ou casas construídas (ainda que essa seja a impressão inicial e contribua para tal adjetivação), mas perpassa justamente a associação com os trabalhadores que vivem naquele lugar, onde muitos lidam, frequentemente, com restrições e um conjunto de condições adversas (desde precariedade da casa, dificuldade financeira, endividamento, desemprego e condições instáveis de trabalho, até mesmo falta de alimentos básicos, problemas com acesso a tratamentos médicos e hospitalares, etc.).

Nesse sentido, ao ver esses trabalhadores todos os dias em suas casas, nas ruas, no comércio, reflito sobre como são interpretados. A relação das imagens e, também, a memória produzida pelo jornal que circula em Marechal Cândido Rondon e região, que se faz sempre presente. Assim, penso que dialogar com a Comunicação Social possa contribuir para a análise do mesmo. Antunes (2008), em um de seus artigos, analisa o recente desempenho profissional dos jornalistas. Juntamente a isso, faz uma abordagem acerca da metodologia usada no jornalismo, trazendo ao leitor debates com autores da área.

Ao considerar que esse autor era também docente de Comunicação Social, acredito que em alguma medida as reflexões que produziu compõem parte da formação de muitos jornalistas. Nesse sentido, retomo seus supostos a fim de problematizar as matérias produzidas pelo jornal O Presente.

O jornalista é sempre um interpretante. A vida-relato que ele constrói não é meramente um relato sobre algo. É ao mesmo tempo um enunciado narrativo e uma enunciação narrativa, o tempo contado e o tempo de contar se confundem (ANTUNES, 2008, p. 19).

O debate está posto: para o autor a interpretação compõe a produção jornalística. Assim, penso que a maneira de tratar certos trabalhadores, principalmente, visualizando-os a partir dos bairros afastados do Centro Comercial é intencional e expressa certa

avaliação social e visão de mundo. Essa é uma prática que igualmente expõe parte do “tempo de contar” organizado por cada jornalista. A matéria, ainda que não explore ou aprofunde sobre os modos de viver na cidade, é uma chave de acesso para investigar como pensam alguns sujeitos que moram em Marechal Cândido Rondon e como questões importantes sobre a presença dos trabalhadores na cidade estão em pauta (tanto para a imprensa quanto para os que vivem nela).

A trabalhadora do bairro São Lucas, ao produzir uma interpretação denunciativa, para o jornalista, expressa uma queixa frente à “desconfiança” baseada na estigmatização do bairro onde mora. Marili apresenta um dos caminhos produzidos por ela para alterar essa visão/avaliação. Ao tornar sua fala pública, alguns sujeitos que compartilham essa experiência poderiam compreender sua posição frente à desigualdade e criminalização.

Analiso, dessa maneira, as condições que envolvem a relação desses trabalhadores com a moradia e a produção de imagens sobre eles. Visto que, ao traçar sua experiência social em Marechal Cândido Rondon, esses trabalhadores auxiliam a pensar nas especificidades da cidade, indicando ainda que, mesmo submersos em relações desiguais, em um capitalismo que busca negar o protagonismo de suas ações e valores, eles produzem experiências que interferem ou, no mínimo, colocam em disputa modos de viver a/na cidade.

Ao refletir sobre determinadas imagens de e sobre trabalhadores, destaco a experiência de Seu José. Este trabalhador veio do Paraguai em 2009 e, ao chegar aqui com sua filha e sua esposa, Rosalina, moraram um tempo com parentes, com a cunhada, o marido e a filha do casal, em um apartamento localizado no Centro Comercial da cidade (JOSÉ, 2015)³¹.

Entretanto, o trabalhador e sua família, após seis meses desse convívio, mudaram-se para outra residência. Segundo ele, “não tinha mais espaço” para os móveis que compraram na cidade, já que vieram apenas com as malas ao chegar do país fronteiriço. Naquele momento, não era mais conveniente dividir um apartamento com muitos móveis e pessoas. Essa foi a memória produzida por Seu José no momento de nossa entrevista, ao avaliar para quem contava sobre sua trajetória e como queria demonstrar o seu desapego dessa condição inicial.

³¹ A cidade de Marechal Cândido Rondon possui uma aproximação com o país vizinho, uma vez que é limítrofe ao mesmo. Através do Rio Paraná que passa no distrito de Porto Mendes, pertencente à cidade aqui analisada, é possível chegar em Porto Adela no Paraguai. Ademais, esse deslocamento pode ser realizado também por via terrestre de diversas formas: uma delas é via BR-163, chegando em aproximadamente 1h30 em Salto del Guairá-PY com carro.

Em seis meses desse convívio compartilhado, já havia considerado que a renda do casal permitiria o pagamento de um aluguel, uma vez que a divisão de gastos e acolhida familiar até aquele momento havia propiciado reservarem parte do salário para compra de alguns móveis para a nova residência da família.

Esse percurso final é mais ressaltado do que o seu ponto inicial. Seu José deixou um filho no Paraguai, cuidando da antiga casa, enquanto tentavam uma “vida melhor” no Brasil, não destacando muito dos problemas que os levaram a essa decisão. Todavia, a trajetória de muitos desses trabalhadores que chegam a Marechal Cândido Rondon é marcada por saírem de seu país, Estado ou cidade de origem, desfazendo-se dos poucos bens que possuem para garantir as despesas com a viagem e os primeiros gastos ao se estabelecerem no novo destino, ainda que isso exponha vulnerabilidades e limites nesse novo percurso.

Os cadastros do CRAS são representativos, nesse sentido, uma vez que permitem observar um número significativo de sujeitos que não são naturais de Marechal Cândido Rondon, que vieram de outros locais, inclusive do Paraguai.

Tabela 03. Relação de naturalidade do trabalhador responsável pelo cadastro no CRAS-MCR (referente aos indicadores de 2010/2011)

NATURALIDADE DO TRABALHADOR RESPONSÁVEL	NÚMERO DE CADASTROS
Não são de M.C. Rondon	126 (sendo 11 do Paraguai)
Nascidos em M.C. Rondon	8
Sem informação	16
TOTAL	150

Fonte: Cadastros do CRAS-MCR. Organização da autora, 2019

Conforme a Tabela 03, a partir da seleção analisada, 11 famílias vieram do Paraguai e produziram seu cadastro no CRAS. A presença desses sujeitos se faz constante na cidade e, a partir de seus cadastros, é possível notar que muitos chegam com toda ou com grande parte da família. Há dificuldades em relação à aquisição de documentos, por chegarem, muitas vezes, apenas com as malas, uma vez que a própria língua permite a identificação de sua condição de estrangeiro, além de outras nuances que acabam compondo os desafios enfrentados por esses trabalhadores, tanto no momento da vinda quanto na permanência na cidade.

Em relação aos meus incômodos de pesquisa, acerca de sujeitos como Seu José, o diálogo com alguns autores foi fundamental. Khoury (2009) me auxiliou a compreender

melhor a análise em torno das memórias produzidas pelos trabalhadores que compõem a pesquisa. Ela destaca que

[...] requer entender e explorar como cada pessoa articula o presente e o passado em sua consciência e sua memória, como expressa essa articulação em sua narrativa, projetando sua imagem, situando-se e disputando lugares no social; requer, ainda, entender melhor como o trabalho da memória está impregnado de perspectivas de futuro e como essas dimensões se moldam nas relações sociais vividas, atravessadas pelas lutas sociais [...] (KHOURY, 2009, p.126).

A partir dessa formulação, vejo que a interpretação produzida por Seu José envolve tudo aquilo que já enfrentou ao longo de sua trajetória. Contudo, o momento em que interpreta esse processo expressa uma condição social distinta de quando chegou em Marechal Cândido Rondon, 6 anos antes, além de expor “perspectivas de futuro” em relação ao que fazer, que ações tomar após os 58 anos (idade que tinha em 2015, quando conversamos). A memória construída naquele momento, sobre a saída de sua família da moradia compartilhada com seus cunhados, envolvia o cuidado com as palavras a serem usadas a fim de “projetar sua imagem”.

Essa busca por analisar as imagens produzidas por e sobre trabalhadores incomodou e incomoda diversos historiadores, incluindo essa que aqui escreve³². Pois, esse mecanismo aponta possibilidades, em minha visão, de encarar a realidade em foco por meio de seus diversos espelhos que, colocados frente a frente, refletem a complexidade que os preenche.

No momento da entrevista (2015), Seu José fala também que o apartamento em que estávamos conversando era o que ele havia morado em 2009³³. Logo o questionei

³² Destaco historiadores como Medeiros (2002) que analisou, em sua Dissertação, os trabalhadores ambulantes e produtores de hortifruti na luta pelo direito à cidade. Essas duas categorias foram caras ao autor quando procurou refletir a relação campo e cidade na constituição da área urbana de Uberlândia, entre 1970 e 2000. O autor se sentiu também provocado com as imagens em conflito que apresentavam esses sujeitos, discutindo como essas visões podem auxiliar na investigação da experiência desses trabalhadores. Todavia, o historiador faz um apontamento que foi significativo para compreender essas imagens. Ao pensar a noção de “progresso” empregada pelo jornal e as condições de vida, o “real”, Medeiros (2002, p. 61) destaca a importância de “[...] compreender que esse progresso é algo efetivado no plano das relações sociais e que a precariedade das condições de vida é inerente a ele como consequências das práticas dominantes”. Ao analisar essas imagens como componentes e não apenas em sua contraposição, o autor contribui para discutir conflitos presentes entre elas e que nós historiadores devemos compreender seus porquês, porém, também estarmos abertos a olhar seus pontos de confluência.

³³ O trabalhador, ao chegar à cidade em 2009, ficou uma semana na casa dos sogros e depois foi morar com seus cunhados no apartamento em questão, localizado no Centro Comercial da cidade. Após residir em outro local, voltou a morar nesse mesmo apartamento, mas agora apenas com sua mulher e filha, sendo esse o apartamento em que estávamos durante a entrevista.

Daniela: E aí por que que vocês decidiram sair de lá?

José: Saímos porque a vizinha aqui [aponta para o outro apartamento do prédio onde estávamos], aqui morava outra família, não era mais mi cunhada, morava outra família. Aí não era como nós, né? Nós tinha uma vizinha aqui que só morava com o marido, né? E... nós... [era] como se fosse uma família, né? Eu comprava uma fruta, uma coisa, “Ôoo Dete vem aqui”, daí dava pra ela e ela trazia. E parece é... o... comportamento, né? Aí quando a outra família saiu daqui, ela sempre ia em nossa casa visitar, né? Falou pra mim, “Seu José, quando essa família sair, você vai de novo pra lá”, aí eu “Não tem problema” eu falei. E um dia se foi em casa “Seu José vai sair a família de lá”, “É sério? Você mente pra mim”, falei brincando, né? “Você vai mesmo?” falei “Siiii, vamo ir”. Aí nós tivemos que falar pra outra família lá, o dono da casa, né? Que nós conseguimos uma chacinha pra morar e não pagar aluguel, daí vim aqui [risos]. Sabe, se você é certinho, todo mundo gosta de você. Esse é... eu quando recibo lá em mi patron, eu não venho aqui [apartamento que reside no Centro] eu vou lá onde devo, eu acerto, porque o dinheiro que tá ali não é meu, então já vou em tu casa, já vou na casa dele, aí depois eu vou chegar em mi casa (risos), é verdade. (JOSÉ, 2015).

A relação de Seu José e Dona Dete abre caminhos para analisar as relações construídas entre os trabalhadores, sendo que esses espaços de sociabilidade podem constituir parte importante da permanência desses sujeitos na cidade. Entretanto, parece que o trabalhador lidou com dificuldades na construção dessas relações, ao procurar viver de um modo em que “todo mundo goste de você”.

Quando Dona Dete “sempre ia” visitá-lo, o trabalhador avalia também que isso ocorria, em alguma medida, graças ao ser “certinho” e à cumplicidade construída quando eram vizinhos. Dessa maneira, a intenção de atestar, em nossa conversa, que era uma “boa pessoa” perpassa o interesse em distanciar-se da imagem negativa que grande parte dos sujeitos que vêm do Paraguai se deparam na cidade, a qual, muitas vezes, é reforçada por alguns meios de comunicação, inclusive³⁴.

³⁴ O sentimento acerca dessas imagens aparece, também, em muitas das entrevistas realizadas pela historiadora Danusa Silva (2010). Em sua Dissertação, a autora analisa sujeitos que moravam no Brasil e foram para o Paraguai nas décadas de 1970 e 1980, retornando, posteriormente, em 1990. Isso ocorre, ainda, com trabalhadores que atualmente trabalham em território brasileiro e moram no país vizinho. Durante minha Monografia também perpassei, ainda que de modo limitado, sobre essas imagens. Algo que me deparei quando uma de minhas entrevistadas, Violeta (pseudônimo), ao residir por um tempo em Puerto Adela-PY, avaliava os paraguaios como “ociosos” (RODRIGUES, 2017, p. 55-60). Essa ponderação pode estar atrelada a algo que Chalhoub (2003, p.37) alertou através dos escritos de Machado de Assis, no qual, Estácio (personagem do livro “Helena”) acreditava que “pobreza é defeito moral”. Desse modo, a visualização de sujeitos com baixa condição financeira e a atribuição falta de vontade de trabalhar como a causa dessa condição é constituída como construção histórica e perpassa os valores de muitos sujeitos (inclusive Violeta que enfrentou experiências compartilhadas com os paraguaios, ainda que procurasse se distanciar dos mesmos. Pois, segundo ela, eles não fazem “nada”).

Porém, a contradição aparece quando o trabalhador apresenta os desdobramentos desse ser “certinho”, ou seja, a alternativa encabeçada para sair da casa em que residia antes de ir para o apartamento em que conversamos. Sair de uma casa alugada, com ou sem contrato, geralmente perpassa pelo aviso prévio, muitas vezes, exigindo-se 30 dias de antecedência. Nesse sentido, a ação de Seu José – apresentando uma justificativa para não cumprir esse prazo – pode ser evidenciada quando diz para o proprietário da casa que encontrou uma “chacrinha pra morar e não pagar aluguel”.

A avaliação por parte do trabalhador em produzir uma explicação que sustentasse sua rápida saída do imóvel propõe manter um elo com o locador, além de tentar impedir cobranças adicionais e mal-estar entre eles, por quebra de contrato. Ao produzir essa justificativa para o locatário, Seu José expressa também qual o espaço de relação construído entre eles, uma vez que o trabalhador apresenta uma tentativa de recolocar as relações de poder, onde visualiza o dono do imóvel e a teatralização de uma deferência e respeito.

Uma postura que indica como a movimentação desses trabalhadores se faz a partir de avaliações e tentativas de calcular os riscos de suas ações e intencionalidades. Destaco a tentativa de seu José em manter certas redes de relacionamento abertas (seja com a antiga vizinha, seja com o antigo locador), por compreender, inclusive, o campo de instabilidades que certos trabalhadores se esforçam por manter para garantir sua permanência na cidade (JOSÉ, 2015).

O apartamento em que voltou a morar possui três quartos, sala, cozinha e banheiro, ficando em cima de salas comerciais e é possível imaginar que, agora, como mora apenas com a esposa e a filha, tem mais espaço. Antes residiam em seis pessoas, em um apartamento que, mesmo possuindo um número considerável de quartos, não parecia ser tão grande (digo isso, pois pude ver a sala e a cozinha no dia da entrevista).

Ao estarem no Centro Comercial, esses trabalhadores encontram com mais facilidade as farmácias, supermercados e, muitas vezes, até possibilidade de trabalho (como ocorreu com Seu José e Rosalina). Nesse sentido, dividir as despesas com a família da cunhada em 2009 os auxiliaram naquela chegada. Isso foi importante até o momento em que avaliaram não ser mais possível esse compartilhar de necessidades e interesses. Alternativa que muitos trabalhadores não conseguem construir, isto é, não encontram modos de quebrar essa limitação em seu modo de vida. A divisão de despesas com outros trabalhadores para conseguir que sua renda corresponda/garanta ao que entendem como necessidades, frente ao que buscaram na nova cidade, faz-se como uma alternativa viável.

Escrevo essa última indicação, associando-a a outras evidências, proporcionadas pela análise do jornal *O Presente*, quando destacam os sujeitos que não possuem moradia, denominados por eles como “mendigos” (PROBLEMA..., 2011, p. 09). Ou ainda aqueles que não são citados nas matérias sobre os moradores da cidade. Isso, por não comporem harmonicamente a ótica destacada, pois se apresentam em uma visibilidade controversa a certas formulações sobre quem e como residem em Marechal Cândido Rondon (o que também incluiria a experiência de Seu José).

Nesse sentido, a matéria “A cidade mais germânica do Paraná” (1999, p. 48) é uma das que reforçam a ausência de certos sujeitos em Marechal Cândido Rondon, ao mesmo tempo em que enfatiza certa presença. Ela traz o indicativo de que “Os cabelos loiros e os olhos claros da grande maioria de seu povo” (A CIDADE..., 1999, p. 48), são a caracterização de quem pertence (enquanto “nativo”) a Marechal Cândido Rondon. Todavia, essa formulação desconsidera a presença de outros sujeitos, seja com a pele negra (como a família de Helena e de seu marido), com cabelos pretos e cacheados, seja dos indígenas com cabelos pretos, pele parda e olhos mais arredondados, que são possíveis de serem observados ao andarmos pelas ruas da cidade.

Juntamente a isso, há a negação de outros sujeitos que auxiliaram na constituição desse lugar, como os paraguaios, que trabalhavam na construção das casas, na abertura de matas, as parteiras paraguaias das “crianças loiras” e de “olhos claros”, apontadas pela matéria do jornal. A matéria aparece ainda na última página do jornal e conta com a propaganda da “Associação dos engenheiros e arquitetos de Marechal Cândido Rondon”, trazendo indícios daqueles que são eleitos como partícipes da construção da cidade.

De acordo com os dados do IPARDES (2018), a maior parte dos sujeitos que vive em Marechal Cândido Rondon se declaram brancos (38.520), 1.219 se declararam negros, 7.018 pardos e amarelos e 61 se apresentam como indígenas. Entretanto, a questão central que provoca meu incômodo é a busca em reforçar uma imagem de cidade em que todos os que não se enquadram na indicação tipicamente branca, com “ascendência alemã” e que espelhem essa referência são considerados “os de fora”. Isso, sem mencionar a presença nos últimos anos de haitianos, senegaleses, indianos, etc. Os intitulados “brancos” não devem ofuscar a presença de sujeitos que carregam na pele, nos cabelos, na cor dos olhos, além das condições em que vivem, a diversidade e desigualdade que compõe o processo histórico brasileiro.

Os trabalhadores que atrapalham certos projetos e visibilidade para esse território, são confrontados com interesses dos autores desses projetos, uma vez que os mesmos

propõem reforçar determinadas práticas. Essas que se fazem no reforço constante de uma cidade germânica e para determinados sujeitos, afastando trabalhadores que também compõem a cidade, mas que não fazem parte de tais projeções. Algo que, muitas vezes, promove a desvalorização de presenças que fogem de certos padrões almejados, colocando costumes e práticas desse “Outro” sobre interdição e tentativas de controle. Tudo isso, expõe desigualdades e condições de vida que questionam a uniformidade e genealogia proposta enquanto explicação do proposto ordenamento urbano e ênfase em costumes tidos como balizadores do convívio social³⁵.

O como e onde morar, portanto, expõe mais do que quartos e salas. Essa indagação, sugere onde e como esses sujeitos estabelecem momentos de descanso, constituem relações sociais, expondo práticas costumeiras e sua condição de classe. Assim como eles encontram ou produzem traços de solidariedade – emprestando dinheiro, alimentos, ou mesmo dividindo geladeira e outros eletrodomésticos com aqueles que não conseguem acessar tais bens e nem mesmo garantir energia elétrica em casa.

Nessa perspectiva, a sociabilidade desses trabalhadores ocorre, também, nas conversas esporádicas em suas casas, trabalho, praças, algo que aprofundarei no decorrer desta investigação - mais detidamente no terceiro capítulo. Antes de seguir para esse ponto, considero importante tratar os valores e controvérsias presentes nos percursos desses trabalhadores. Assim, convido aqueles que chegaram até aqui a lerem mais algumas páginas, seguindo para o próximo capítulo.

³⁵ Souza (1995) também se propôs a pensar acerca da condição de trabalhadores que lidam com certas adversidades. Os sujeitos elencados em sua pesquisa são aqueles que possuem relação com movimentos de ocupação em São Paulo na segunda metade do século XX. O historiador traz os encontros desses trabalhadores em relação à moradia e trabalho. No momento de sua produção, Souza (1995) encarou um desafio acadêmico tido como embrionário no Brasil: investigar a experiência dos trabalhadores. Ao fazê-lo, atrelado à discussão sobre moradia e trabalho, o autor abarcou as evidências que envolviam valores desses sujeitos. Nesse sentido, a difícil chegada em São Paulo, a angústia em ocupar um terreno à noite (principalmente sendo mulher e/ou possuindo filhos), o choque entre o que imaginaram e o que encontraram na cidade, o processo de construir e perder parte ou toda a casa (devido a ações judiciais contra a ocupação), dentre outros diversos fatores dessa dinâmica social, ganharam destaque no debate que produziu e que influenciaram a minha análise e modo de analisar a experiência de trabalhadores em condições adversas.

CAPÍTULO II

TRABALHADORES NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS E VALORES SOCIAIS

O processo de pesquisa contou com uma motivação frequente, qual seja, pensar como poderia me aproximar da realidade dos trabalhadores, ou melhor, de trabalhadores que enfrentaram condições precárias envolvendo suas relações de trabalho, escolarização, ou mesmo frente a problemas de saúde, etc. Ao me aproximar desses sujeitos, confrontando-me com minha própria experiência e com as demais fontes, sentia-me cada vez mais envolvida e provocada a refletir acerca dos diferentes modos com que lidavam com essas adversidades e valoravam certas pressões em suas tomadas de decisões.

Os valores que tais sujeitos possuem frente a tais questões e que foram produzidos/afirmados socialmente são fundamentais para tal análise. Isso porque a maneira como pensam, sentem e avaliam se faz presente em suas ações. Essa dinâmica me leva a considerar que *ser trabalhador* no Brasil, no Paraná, no Oeste paranaense é passar pela (re)construção permanente de certos valores e relações. Desse modo, questiono: como tais sujeitos pautam as aproximações e distanciamentos construídos entre esses trabalhadores? Os conflitos e afinidades entre esses sujeitos indicam o que sobre seus modos de viver e as relações de poder em que se veem envolvidos?

Sendo assim, retomo às lembranças de minhas andanças pela cidade, dessa vez com uma distinção. Era maio de 2018, saí de minha casa disposta a encontrar trabalhadores para entrevistar; indo até o Centro Comercial de Marechal Cândido Rondon. Ao começar o Mestrado, possuía um interesse acerca daqueles trabalhadores que vendem produtos nas ruas (meias, carteiras, redes, panos de prato, etc.). Esse anseio era baseado em refletir quem eram esses trabalhadores, quais desafios enfrentavam, como iniciaram esta atividade e como lidavam com essa visibilidade.

Neste dia de maio, coloquei minha camiseta do curso para que os trabalhadores não ficassem tão receosos e andei pelas ruas a procurá-los. Após poucos minutos, vi um trabalhador de estatura média e moreno, carregando um carrinho com panos de prato (conhecidos também como guardanapos). Ele usava óculos de grau, boné, camisa e bermuda. Ao me encontrar com ele, falei que não queria comprar os panos, mas conversar sobre sua vida, pois fazia uma pesquisa. O trabalhador foi muito simpático comigo e aceitou a entrevista. Assim, sentamos em um dos bancos existentes na calçada e começamos a conversar.

Marcos contou que morava em Maringá-PR³⁶, durante a semana ele ficava em Guaíra-PR e em cada dia da semana trabalhava em uma cidade próxima³⁷. Esse modo de trabalhar era estipulado por aquele que liderava a equipe e fornecia os panos de prato para Marcos e os demais trabalhadores. Ao final do dia, eles precisavam pagar o custo desses materiais, ficando com o valor que conseguissem a mais nas (re)vendas realizadas.

Nesse sentido, foi a partir dessa relação de trabalho que Marcos experimentava o sentimento de exploração. Acerca dessas relações, o trabalhador destacou como um vendedor de rua analisa os territórios da cidade e os potenciais compradores de suas mercadorias:

Daniela: No começo você ia em quem você achava que vendia mais, como que era essa pessoa?

Marcos: Uma pessoa mais bem vestida, uma pessoa que tá com um carro bom, né? Porque assim, a gente é criado em uma sociedade que exige isso da gente, né? Então, mas assim... hoje não, hoje, se você, se eu falar aqui em Marechal, se eu quisesse vender nas casas, eu ia perguntar onde é que tinha as casa popular, o pessoal gasta muito mais do que o pessoal que tem uma vida estabilizada. Muito mais mesmo.

[...]

Daniela: E como é que você identifica assim, qual casa que parece popular ou o que?

Marcos: Hoje em dia tem as casinha, né? Que a gente chama... as casinha popular é... essas casinha do governo... Minha Casa Minha Vida, esses pombal assim, né? Lá em Maringá chama assim, pombal, conjunto... tem lugar que chama conjunto. Essas casa habitacional, vamos dizer assim, se eu tiver que vender eu prefiro vender na favela, do que vender no meio do Centro, porque é muito... até o tratamento é diferente, a pessoa compra mesmo, compra e não tem dó, se não tem [dinheiro] não tem, sabe? (MARCOS, 2018 – grifos meus).

O sentimento de exploração, enfrentado pelo trabalhador, confronta o seu reconhecimento de que não está sem trabalho, tem onde morar e como se alimentar. Todavia, esse mesmo trabalho e o modo como o realiza não traz segurança e estabilidade para o seu modo de viver. Isso porque apresenta um conjunto de variáveis a serem contornadas e ajustadas (sem a carteira assinada, possibilidade de segurança em caso de acidente nas estradas, a lida com a falta de legalidade de seus produtos, roubo da

³⁶ A cidade de Maringá-PR é localizada a aproximadamente 300 km da cidade de Marechal Cândido Rondon, compreendendo um total de 340 mil habitantes, segundo o IBGE (2018).

³⁷ A cidade de Guaíra-PR é localizada a aproximadamente 70 km da cidade de Marechal Cândido Rondon e é conhecida também por fazer fronteira com o Paraguai, compreendendo um total de 32 mil habitantes, segundo o IBGE (2018).

mercadoria etc.). Desse modo, rotineiramente encara suas limitações de classe e as desigualdades que lhe são postas sobre a determinação de suas ações e interesses.

O trabalhador sugere que esse campo de forças, de distinção e desigualdades o fazia oferecer os panos de prato, em um primeiro momento, para aqueles que aparentavam deter mais poder econômico. Contudo, aos poucos reconheceu que eram outros que se interessavam por seus produtos. Evidente que todos, em algum momento, já utilizaram os guardanapos para secar a louça ou limpar superfícies, dentre outras utilidades. Entretanto, quem os compra de vendedores de rua? Ou melhor, quem busca preços mais acessíveis, ainda que isso signifique qualidade inferior, até mesmo em panos de prato?

Marcos já trouxe uma clara evidência de quem são esses sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras que lidam com as louças e arrumação da casa diariamente e veem nessa compra uma economia no orçamento, sem conseguir contratar ajuda. Inclusive, muitas vezes, eles são a ajuda contratada. Todavia, juntamente com o reconhecimento de Marcos, de quem é o público que prioritariamente se destina sua mercadoria, é preciso também indicar o modo como esses compradores o enxergam e produzem imagens sobre ele.

A ponderação do trabalhador, que ultrapassa sua presença em Marechal Cândido Rondon, traz um ponto significativo sobre como vê as necessidades e condições daqueles que moram nas “casinhas populares”. Afinal, como destaca, “o pessoal [mais pobre] gasta muito mais [na compra dessas mercadorias] do que o pessoal que tem uma vida estabilizada”. Ou seja, ele reconhece que há maior facilidade de venda para os trabalhadores, àqueles que têm dificuldades em transitar por outros mercados de compra, Assim como os sujeitos que, acredito eu, reconhecem em Marcos e seus produtos certa condição de classe, comprando os panos de prato em forma de benevolência para com o trabalhador.

Essa avaliação (tanto de Marcos, reconhecendo seus potenciais compradores, quanto desses outros trabalhadores, reconhecendo um modo de acessar certas mercadorias) sugere como as relações sociais são firmadas a partir das visões construídas e acessadas nesse convívio tenso e que, ora aproxima, ora distancia experiências e valores. Nesse sentido, há a avaliação de que Marcos está pressionado para realizar suas vendas e adquirir dali seu rendimento, enquanto os trabalhadores com que se relaciona nessa venda se veem pressionados a avaliar se aquela compra permite redução de gastos para ele, com custos que estejam a seu alcance. Um processo que não os coloca com identificação de classe, isto é, no mesmo campo de visão e apreensão, mas os insere em relações de poder

que expõem suas fragilidades e disposição em manter tal aproximação, mesmo que isso não componha um quadro explícito de solidariedade.

Santos (2016) investigou aspectos da dinâmica social envolvendo o processo de identificação entre os trabalhadores em Marechal Cândido Rondon, no final do séc. XX e início do XXI, observando como isso influenciava as ações desses sujeitos. Para tanto, o historiador investigou a experiência de Rogério e sua irmã que, segundo o trabalhador, o “sugava” financeiramente. Isso porque ela estava com uma “criancinha de nove meses” e as contas mensais atrasadas. Sobre essa relação, Santos (2016) escreveu,

[...] Contudo, a solidariedade pareceu um valor afetivo bastante evidente, apesar da compreensão de que esse sentimento não contava com um equilíbrio satisfatório, onde [Rogério] acreditava que “eu mais que ajudo eles do que eles me ajuda”.

Um relacionamento nesses termos guarda seus próprios questionamentos, sendo recorrentes as ponderações sobre sua pertinência. Uma vez que perceber-se como “bobo” e julgar-se “sugado” não permite uma avaliação muito positiva desse convívio. O que, tendo em vista a legitimidade de tais ponderações, torna ainda mais evidente a força da identificação da condição social que lhes é comum, a qual parece exercer um apelo considerável, capaz de suscitar a manutenção de vínculos profundamente questionáveis (SANTOS, 2016, p. 113 – grifos meus).

As identificações se fazem na aproximação das pautas colocadas (problemas financeiros, trabalho desgastante, etc.) por sujeitos, como a irmã de Rogério, que se reconhecem em um universo de pressões e limites compartilhados. A “força da identificação” mostra sua materialidade, na medida em que traz o reconhecimento dos limites de classe e mobiliza esses sujeitos a determinadas ações.

Ao analisar os trabalhadores ingleses, Hoggart (1973) produziu uma investigação acerca da construção do “nós” e “eles”. O estudo que abarca os meados do século XX, dedica um momento da reflexão a entender como os trabalhadores situavam distinções de classe e o lugar social que ocupavam.

Os membros do proletariado têm a noção muito nítida de que são membros de um grupo, e da necessidade de assumir uma atitude de cooperação, amizade e boa vizinhança em relação aos outros membros desse grupo. (HOGGART, 1973, p.97)

Ainda que eu possua ressalvas quanto a algumas das generalizações produzidas pelo estudioso, acredito que o autor auxilia a pensar acerca da aproximação produzida

entre trabalhadores, identificados por ele como do mesmo “grupo”. Ou mesmo sobre como há minimamente um entendimento daqueles que compartilham da mesma condição social, fazendo com que haja anseios de “boa vizinhança”. Hoggart (1973) refletia sobre esses termos na década de 1970, entendendo como o “nós”, trabalhadores, faz-se articulando essas práticas de identificação e reconhecimento das relações de poder.

Todavia, mesmo que trabalhadores como Rogério, que emprestava dinheiro a sua irmã, e os compradores de pano de prato possuam valores sociais que os façam se identificar com outros trabalhadores (como a irmã de Rogério ou em algum grau com Marcos), é preciso compreender que esse processo não é composto apenas de amistosidade e similitudes. Hoggart já atentava para os possíveis conflitos entre esses sujeitos: “O grupo não gosta de ser escandalizado ou atacado por um dos seus próprios membros” (HOGGART, 1973, p.103). Assim, as relações e visões produzidas sobre e por esses sujeitos dificilmente constituem um bloco homogêneo de práticas e modos de viver em harmonia.

A fim de compreender melhor a condição de trabalhador experimentada pelos sujeitos da pesquisa, durante a entrevista com Marcos o questioneei acerca do valor de seus produtos. “**Daniela:** Quanto você vende? **Marcos:** Eu vendo 5 [panos] por 10 [reais], 6 [panos] por 10 [reais], 4 [panos] por 10 [reais], depende, eu começo pedindo 4, 5, 6 pra vendê, mas também não dou né? Se não, não ganho lucro né?” (MARCOS, 2018). O trabalhador interpreta esse convívio como articulado pelos interesses de venda da mercadoria e não por acionar uma sensibilidade com as pressões de classe. Desse modo, ele destaca o “aprendizado” com sua primeira venda:

Marcos: [...] 500 panos no carrinho, ficou daquela altura, pensei “vou vender tudo”, mas daí nem de valor, até 8 por 10 eu vendia, aí vendi quase os quinhentos panos, chegou no final do dia eu tinha vendido R\$40,00 [quarenta reais]. Daí eu já falei, “Não rapaz, se for assim, eu não quero isso aí pra mim não, cê tá loco!” [...] depois eu aprendi a trabalhar. (MARCOS, 2018)³⁸.

O dia inteiro de trabalho, andando pelas ruas da cidade de Cianorte-PR (local em que fez sua primeira venda), e seus lucros foram baixos em relação ao que avaliava como

³⁸ Após a entrevista com Marcos (2018) procurei calcular sua aproximada porcentagem de ganho (baseada em sua narrativa). Nesse caminho, a fala de que recebeu R\$40,00 está bem distante da mencionada posteriormente, quando indica R\$179,00 como o valor mais próximo de recebimento (calculando uma média de 450 panos vendidos, saindo 8 panos por R\$10,00, com uma porcentagem de renda de 32% do valor total alcançado, o que chegaria a cerca de R\$560,00).

necessário para continuar vendendo os panos. Tudo isso, fez com que Marcos estabelecesse a quantidade máxima de panos que venderia por R\$10,00. A ponderação de que “aprendi a trabalhar” carrega o peso de quem quase se viu frente a uma atividade que não garantiria seu sustento. Juntamente, é também uma avaliação permeada pelo processo muitas vezes desconfortável de estar em uma nova atividade e incorporar a lógica de mercado como plano de venda, isto é, ampliar o preço para garantir dividendos.

O alerta sobre o baixo valor que cobrava em seus produtos veio de seus colegas. Todavia, o aviso só ocorreu depois da primeira frustração. A concorrência nas vendas pode gerar essa dissidência entre os trabalhadores, no sentido de auxiliar apenas depois de o conhecerem melhor, ou ainda, para impedi-lo de cativar toda a clientela da área com os preços baixos, dificultando o lucro dos demais trabalhadores.

Marcos tinha, em 2018, 31 anos e estava há aproximadamente seis meses trabalhando com essas vendas. A nossa conversa, naquele mês de maio, durou pouco mais de meia hora, entretanto, o trabalhador não deixou de me dizer sobre seu apartamento e carro próprio, elementos que destacou como parte de suas conquistas em uma trajetória de condições limitadas e instáveis. Segundo narrou, ele e a mãe residem juntos no apartamento dela há dois anos. Com isso, consegue alugar o seu apartamento e ampliar a renda familiar. Portanto, ainda que possua moradia própria, Marcos e a mãe consideraram importante, frente aos gastos mensais e a renda de cada um, dividirem despesas e o local de morada.

A renda de Marcos é influenciada pelos lucros que tira com as vendas, daí seu rápido desapego em garantir um preço mais acessível, como havia proposto em seu primeiro dia de trabalho.

Daniela: Ah, entendi! Fica metade/metade, mais ou menos.

Marcos: Não chega dá isso não, dá uns 40%. Vamos supor assim, eu... se eu vender uns 300 panos de prato no dia consigo ganhar uns R\$180,00, R\$200,00 livre (MARCOS, 2018).

A fala do trabalhador, em relação à porcentagem recebida parece distorcida, uma vez que, ao conseguir valores entre R\$180,00 e R\$200,00, vendendo 300 panos de pratos por dia, com um preço médio de R\$10,00 por 5 panos, o trabalhador recebe cerca de 32% em suas vendas, ficando o resto para seu fornecedor. Ao somar mensalmente esses valores, considerando que em todos os quatro dias trabalhados, semanalmente, Marcos

consiga vender 300 panos por dia, seu rendimento giraria em torno de aproximadamente R\$3.000,00, sem descontar os gastos para que adquira tal rendimento³⁹.

Nesse sentido, a posse de um apartamento e de um carro, por si só, não indica as condições de vida do sujeito. Marcos destacou que havia se divorciado de Carla a aproximadamente 3 anos e que ela ficou a tutela de seus dois filhos. O seu rendimento mensal, que varia de acordo com as vendas, é distribuído entre a pensão de seus filhos, os gastos com hospedagem em Guaíra-PR (R\$10,00 por semana), além de contas referentes ao deslocamento entre as cidades em que trabalha, alimentação e gastos conjugados com a mãe (como luz, água, impostos, etc.).

Em entrevista, o trabalhador justificou sua disposição a novas frentes de trabalho, a partir da indicação de sua demissão da atividade de mecânico de caminhões. É nesse enredo que insere sua presença como vendedor de panos de prato. Aos 30 anos, começou a trabalhar nas ruas e enfrentar novas dificuldades, as quais surgiram frente ao desemprego e à instabilidade de renda advinda da nova atividade, assim como à ausência de vínculos e direitos trabalhistas.

Além dessa condição, carregada pela imagem de sua nova atividade, precisa lidar com olhares de outros sujeitos que avaliam sua condição, olhares diversos que percebi quando o entrevistava. Aliás, não nos encontramos nos bairros que Marcos (2018) indicou como os que mais vendem, mas naquele que em que há maior circulação de pessoas, repleto de trabalhadores. A região central, inclusive, não exige que bata de porta em porta, ainda que interpelar os transeuntes não seja fácil. Entretanto, sugere que reconhece a presença desses sujeitos que percorrem o Centro Comercial quando se dirigem ao trabalho ou aproveitam certos horários para irem ao banco, restaurantes, etc., assim como no percurso para chegarem em suas casas.

Havia alguns elementos que me motivavam a querer conversar com trabalhadores como Marcos. A suspeita que tinha (e tenho) é a de que aquele tipo de atividade, ou melhor, essa tomada de decisão pelo trabalho nas ruas está diretamente relacionada às más condições de trabalho e desemprego sistêmico. Avaliava que o trabalhador enfrentava condições adversas, muitas vezes, compartilhadas com outros sujeitos da

³⁹ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico – DIEESE, possui em sua página online a relação entre o salário mínimo nominal e o necessário, sendo esse último baseado nos valores que compõem os alimentos presentes nas Cestas Básica. No mês de maio de 2018 (período de minha entrevista com Marcos) o salário mínimo nominal era de R\$954,00 e o necessário era de R\$3.747,10. Assim, o valor aproximado do rendimento do trabalhador ainda não chega ao necessário, conforme o departamento, indicando que, mesmo recebendo mais que um salário mínimo, Marcos (e muitos outros trabalhadores) podem ter bastante dificuldade financeira para se manter.

pesquisa. Assim, Marcos expressa um conjunto de pautas que, a meu ver, o aproxima do senhor que encontrei perto da praça recolhendo recicláveis (o qual mencionei no início do primeiro capítulo). Destaco isso, pois ambos trabalham nas ruas recompondo seus orçamentos ou, ainda, ampliando a renda familiar frente às necessidades e pressões que enfrentam em relação à moradia, contas mensais, alimentação, saúde, etc., elementos que acionam ordinariamente a reavaliação de posições assumidas por certos trabalhadores diante do que identificam como necessidades e interesses.

O trabalho de vender produtos na rua leva trabalhadores a concorrerem entre si, além de disputarem com um mercado de lojas e/ou outros postos de venda (inclusive online), visto que, nesse campo de trabalho há, inclusive, outras possibilidades de qualidade de produtos, preços ou formas de pagamento. Essa dificuldade de concorrer, na lógica capitalista, situa-os em condições desiguais sobre o que e como se vende, como, por exemplo, quando o trabalhador de rua tem de lidar com seus clientes sob condições climáticas adversas, já que muitos comércios, além de um edifício coberto, possuem ar condicionado, em um ambiente visto por muitos como melhor e mais seguro, sem contar outras diversas formas de chamar a atenção dos consumidores (promoções, prazos, propagandas, vitrines chamativas, etc.).

O historiador Medeiros (2002, p.45) investigou, em sua Dissertação, trabalhadores que vendiam produtos nas ruas de Uberlândia-MG (1970-2000): os chamados “camelôs/ambulantes”. Segundo o autor, ao manterem essas práticas de trabalho, esses sujeitos enfrentaram pressões na cidade, projetadas com um “saneamento”: tentativa de expulsão e de controle sobre suas atividades, deslocando-os, muitas vezes, do “centro” para a “periferia””. Esse “saneamento”, que previa a retirada desses sujeitos e de seus pontos de vendas, ocorria em uma das praças centrais da cidade. O estudioso destaca que

É possível captar várias cidades. Distintas entre si, mas não separadas umas das outras. Elas se mesclam, se antagonizam, se fundem, constituindo um todo: um espaço de relações sociais, relações de trabalho, de relações humanas (MEDEIROS, 2002, p. 35).

Compartilho da reflexão de Medeiros, uma vez que, ao ler sua Dissertação, levava-me a pensar sobre os trabalhadores na cidade de Marechal Cândido Rondon. As “relações humanas” que destaca fazem com que muitos trabalhadores prefiram comprar panos de pratos, cintos, carteiras, etc. que estão sendo vendidos pelos “camelôs”. Uma prática comercial afetada pela retirada desses trabalhadores de lugares como o Centro

Comercial que não é simples, tranquila e muito menos fácil. Conforme analisado pelo historiador, ao serem expulsos da praça central, eles encontraram outra praça, na qual conseguiram manter, até certo ponto, suas relações de venda⁴⁰.

Ao refletir sobre esses trabalhadores, retomo o momento de meu encontro com Marcos (2018). Pois foi um primeiro olhar sobre sua atuação nas ruas que me fez conversar com ele e, posteriormente, repensar minha valoração. Uma visão construída, em grande medida, pela avaliação, a priori, de quem reconhece suas práticas a partir da visibilidade que ela provoca, expondo ou permitindo supor sua condição. Essa avaliação, colocou-me diante do que, muitas vezes, também estive submersa, ao interpretar condutas e valores, sem antes aproximar-me da realidade desses trabalhadores.

Ao ver a imagem que sua presença produzia em mim, coloquei-me a indagar sobre o que ela poderia me dizer sobre a experiência de *ser trabalhador* em Marechal Cândido Rondon. Scott (2002), ao refletir acerca dos camponeses na Malásia, entre 1978 e 1980, traz para seus leitores o que chamou de “a dureza do cotidiano”, isto é, certos limites avaliados pelos trabalhadores quando se colocam na confrontação de classe. O autor, utilizando “as palavras de Hassan”, propõe pensar as relações de exploração experimentada pelo trabalhador:

Na falta de qualquer possibilidade real, no presente, de transformar diretamente e coletivamente sua situação, os camponeses pobres não têm quase nenhuma escolha, a não ser ajustar-se às circunstâncias que eles enfrentam diariamente. [...] essa adaptação não exclui *certas* formas de resistência, embora coloque limites que somente os precipitados transgrediriam (SCOTT, 2002, p.18).

Essas durezas são essenciais para o autor, uma vez que elas conferem a possibilidade de investigar as ações e suas controvérsias, a partir dos limites e avaliações das relações de poder em questão. As análises propostas por Scott me auxiliaram a

⁴⁰ Santos (2016), no decorrer de sua produção, analisa trabalhadores que estavam desempregados e apareceram no jornal O Presente. Ali estavam devido a reclamações dos comerciantes, que vinculavam o declínio de suas vendas à presença desses sujeitos e que, mesmo concordando que os mesmos precisam trabalhar, sugerindo que ali não seria o local adequado para serem contratados. O autor investiga como “[...] talvez esses arroubos nos indiquem porque e como ‘simples’ presenças de trabalhadores lhes são desconcertantes e/ou preocupantes. Esse foco de visão [...] não reivindica nenhuma perspicácia visionária, também não se arroga profética; destina-se, tão somente, a considerar as movimentações de trabalhadores nesse campo de forças, mesmo em suas ações tidas como ‘banais’, ‘despretensiosas’ e ou ‘inconsequentes’” (SANTOS, 2016, p.101). O incômodo do historiador abre caminhos para compreender também aqueles que possuem uma atividade ou buscam por ela e que se veem inseridos nessas relações ambíguas, estabelecidas entres comerciantes e trabalhadores, considerando que os descontentamentos dessa presença de trabalhadores os confrontam.

investigar os trabalhadores dessa pesquisa, uma vez que, ao lidarem com certas durezas em sua experiência social, interessava observar que caminhos produzem e que energia dispõem frente às condições adversas em que se veem envolvidos.

Marcos, muitas vezes com sorriso no rosto, contava-me sobre percursos que o fizeram estar ali sendo entrevistado. A atividade que exercia naquele momento era carregada de dificuldades, já reconhecidas desde a contratação, como o excesso de peso da mercadoria carregada nas ruas. Um problema destacado por alguém que havia sido mecânico de caminhões, o que já exigia grande disposição física! Nesse sentido, muitos desses trabalhadores utilizam dessa exploração, reconhecida como intrínseca às relações de trabalho, como ponto de referência para suas próximas ocupações, a fim de ultrapassar certos limites e/ou traçar suas trajetórias o mais próximo daquilo que atenda suas motivações iniciais, ainda que estejam dentro de um campo de força em que precisem ora ou outra encenar ajustes e aceitação, mesmo para construir alternativas de contestação.

Alguns constrangimentos acerca da imagem inicialmente estabelecida sobre esses trabalhadores também podem compor parte desses limites. Pude encarar esse sentimento de forma muito evidente após a entrevista que produzi com outro trabalhador, o senhor Mário (2018). Ele aparentava ter idade avançada, tinha as costas curvadas para frente, usava um boné e roupas sociais (assim como o outro senhor que avistei e indiquei no início do capítulo 1).

Senhor Mário recolhia papelão em frente a uma das farmácias centrais da cidade. Enquanto eu saía desse estabelecimento, deparei-me com ele e pensei se o incomodaria demais com o pedido de uma entrevista. Criei coragem e fui conversar com o trabalhador. Ao me aproximar, perguntei se poderíamos dialogar sobre sua trajetória e se eu poderia gravar esse momento. A proposta foi aceita, desde que eu não evidenciasse seu nome em meu texto. Mas por que o trabalhador aceitou conversar comigo? Ou por que a condição de não inserir seu nome surgiu? Para além da preservação de sua privacidade, acredito que ele também construiu um olhar sobre a relação que estávamos estabelecendo, avaliando minha ação e interesse.

Nesse sentido, avaliávamos, reciprocamente, um ao outro. Sobre esse processo de aproximação, Coutinho (1997, p.166) auxilia ao analisar a relação construída durante uma entrevista

É claro que preciso rejeitar a ilusão de que essa troca seja absolutamente simétrica. Esse diálogo é assimétrico por princípio, não só porque você

trabalha com classes populares sem pertencer a elas, mas simplesmente porque você tem uma câmera na mão, um instrumento de poder.

O diálogo, com o gravador já ligado, começou assim: “**Daniela:** Queria que você falasse assim um pouquinho da sua vida. **Mário:** Eu faço isso aqui, sabe por quê? É por causa do meu problema de saúde” (MÁRIO, 2018). A assimetria estabelecida entre uma jovem universitária de 22 anos (segurando um celular na mão) e um trabalhador de 78 anos, que recolhia caixas de papelão (abrindo, dobrando e colocando na bicicleta), estava posta.

Alguns apontamentos surgem a partir da leitura de Coutinho. O primeiro deles é que, mesmo eu fazendo parte da classe trabalhadora, não passei pelas adversidades enfrentadas por Seu Mário, mas isso não impede minha identificação com as dificuldades que enfrenta para se sustentar, as quais possuo em outro grau e direção. Entretanto, isso me leva ao segundo ponto: a interpretação produzida após minha aproximação e que destaca a pergunta interpelativa “eu faço isso aqui sabe por quê?”. Seu Mário, em um primeiro momento, não reconheceu a identificação que projetei possuir com ele, mas destaca o que possivelmente me atraiu, um interesse sobre o que aquela visibilidade poderia dizer sobre ele e sua condição.

Naquele momento, ele ponderou sobre o que provavelmente eu pretendia com a conversa, que imagem eu produzia sobre ele, definindo suas motivações para aceitar a entrevista e confrontar essa visão. E, à medida que conversávamos e que as pessoas que passavam por ali nos olhavam, essa questão se colocava mais forte entre nós, definindo qual seria a nossa cumplicidade naquele processo⁴¹.

Os valores dos trabalhadores são reforçados ou revistos nesse processo de avaliar as relações e práticas que estabelecem, visto que, historicamente, trabalhar na rua é uma atividade comumente associada à pobreza e falta de especialidade, imagem da qual Seu Mário e Marcos (assim como muitos trabalhadores) buscam se desvincular, mesmo que, em alguma medida, enfrentem certas dificuldades do empobrecimento.

⁴¹ Portelli (1997, p. 10) escreveu acerca das aproximações criadas nos chamados trabalhos de campo. O autor, a partir de sua experiência com a produção de entrevistas, escreveu que “A entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto”. “Ela pede por isto” justamente porque a interpretação de nossos entrevistados está também pautada nesse “experimento em igualdade”. Como avaliado pelo autor, essa relação se faz levando em conta a condição histórica em que esse experimento ocorre. Nesse sentido, a falta de igualdade e a relação de poder posta é perceptível ao iniciarmos a entrevista, algo que permitiu que o Senhor Mário tivesse certas ressalvas sobre aquela relação.

Mas por que essas atividades são pautadas por trabalhadores como Mário e Marcos? A primeira resposta a essa pergunta me parece também a mais óbvia, qual seja, encontrar uma forma de manter seu sustento. Uma matéria produzida pelo El País (MENDONÇA, 2019) podem auxiliar a compor esse debate. Nela, encontrei um título que me deixou estarecida: “Viver com 413 reais ao mês, a realidade de metade do Brasil”.

O texto é composto da trajetória de alguns trabalhadores que, frente ao desemprego, precisaram encontrar outras formas de adquirir rendimento. Na matéria, esses trabalhadores moram na Grande São Paulo e, além das longas jornadas de trabalho, enfrentam também a lentidão para se deslocar. O “viver com 413 reais” se refere a renda per capita desses sujeitos, em uma família em que apenas alguns conseguem trabalho e outros lidam com o desemprego ou atividades remuneradas eventuais. A matéria consegue alcançar as dificuldades dessa realidade, desde o acordar cedo, trabalhar muito tempo, arriscar a saúde, além de lidar com a fiscalização pela realização de trabalho de vendas nas ruas, gastos com o descolamento, entre outras inseguranças desse processo. Assim, a matéria utiliza os seguintes dados para compor uma visão sobre as relações de trabalho desses sujeitos nos últimos anos:

[...] a cada 10 trabalhadores, seis têm ocupação precarizada. Segundo a gerente, o número de brasileiros que trabalham como ambulantes informais vendendo alimentos foi um dos que mais aumentou nos últimos tempos. Entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2019, o número desses ambulantes cresceu 510% subindo de 78,4 mil para 478,3 mil pessoas (MENDONÇA, 2019, p. 02).

Essas recentes indicações compõem o primeiro parágrafo de um subtítulo claro, “Informalidade bate recorde”. Nesse sentido, juntamente com a busca pelo sustento, sugerem que esses trabalhadores lidam com um processo histórico que não facilita o alcance de atividades com melhor remuneração e com direitos trabalhistas garantidos (“carteira assinada”, férias, 13º salário).

Em 2002, momento em que Medeiros analisava os trabalhadores que vendiam produtos nas ruas em Uberlândia-MG, os “dados estatísticos [apresentados] [...] se pretend[iam] neutros” (IBIDEM, p.13) e espelho da realidade, possivelmente, por considerarem que negar ou propor uma certa desconsideração sobre essa presença favoreceria o próprio combate a essa prática. Atualmente (2019), esse número chega a quase meio milhão de trabalhadores no Brasil, dado que pode ser também mais facilmente

adquirido graças às novas tecnologias que envolvem as pesquisas estatísticas (MENDONÇA, 2019).

As vendas de produtos nas ruas, recolhimento de materiais recicláveis, entre outras atividades, são práticas de trabalho produzidas em um cenário de reavaliação de necessidades e expectativas, tanto mediante a experiências de desemprego quanto de descontentamento com as condições de vida e de trabalho experimentadas, desde o modo como se vive até à equivalência entre renda e trabalho exercido, bem como direitos e interesses garantidos ou desconsiderados. A desigualdade exposta nas condições para que alternativas sejam produzidas pelos trabalhadores sugere que, incessantemente, eles procuram alterar essa condição, ainda que, nem sempre, o que alcance de suas ações resulte em alterações significativa na sua condição.

É preciso avaliar, porém, que nem todos os trabalhadores enfrentariam e/ou encarariam essas atividades como uma possibilidade. Afinal, Marcos deixou claro que “Não rapaz, se for assim, eu não quero isso aí pra mim não, cê tá loco”. Na avaliação de Marcos, essa condição de muito trabalho e pouco retorno financeiro não lhe interessava, essa lógica de exploração já reconhecia em outras relações de trabalho. Então, tenta deixar claro que só ficou nessa atividade após considerar que conseguiria torná-la mais viável e rentável que outras possibilidades em que se arriscasse. Pois vender aproximadamente 450 panos de prato por dia e receber cerca de R\$170,00 era algo muito inviável. Marcos indicou que passou a avaliar essa atividade em relação àquilo que considerava como necessidade e expectativa de ganho, se valeria à pena e como faria para conseguir receber R\$290,00 pela mesma quantidade de panos de prato (algo que só conseguiria se vendesse 5 panos por R\$10,00), ou alguma estratégia que passasse próximo a esse cálculo de rendimento⁴².

Inicialmente, sua narrativa sobre as ponderações em relação ao trabalho podem ter girado em torno do “retorno financeiro”, mas ela se vincula a uma série de outros fatores: a quantidade de trabalho desempenhado, as condições para realizá-lo, as imagens que essa atividade proporciona frente à sociedade, os gastos para efetivá-la, etc.⁴³ Ao

⁴² Esses foram calculados com base em previsões. É preciso ressaltar que os valores são mutáveis, visto que nem sempre a meta é atingida e/ou os panos são vendidos pelos mesmos preços para todos que compram.

⁴³Sobre essa última questão, destaco a análise de Carvalho (2016). Nas considerações iniciais de sua Dissertação de Mestrado, produzida sobre os trabalhadores que moravam em dois bairros de Guaíra-PR, conhecidos como “locais violentos”, a autora analisa essa experiência com base em produções do sociólogo Wacquant (WACQUANT, 2001, apud CARVALHO, 2016, p.16), “Diria, inclusive, que por nome não somos fáceis de sermos identificados, mas, pela nossa profissão e pelo local que moramos, somos facilmente ‘achados’”. Carvalho, ao formular essa análise, buscou evidenciar como as condições de

avaliar os cadastros do CRAS, em relação às atividades exercidas por aqueles que estão na ficha familiar, foi possível produzir a relação entre as atividades anunciadas no momento do cadastro e a frequência dessa indicação no conjunto de trabalhadores analisados a partir das fichas.

Os 126 cadastros referentes aos trabalhadores que não nasceram em Marechal Cândido Rondon envolvem aproximadamente 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Desses, 57% não possuem indicativos sobre atividades exercidas ou em andamento. Algo que se coloca como um dos desafios que envolvem o conjunto dos cadastros e, até mesmo, a relação construída no momento do atendimento (já que esses dados podem não ter sido perguntados e/ou não esclarecidos pelos trabalhadores), conforme o entendimento da correlação de forças daquela relação. Nesse sentido, segue a quarta tabela produzida para a pesquisa.

moradia e trabalho são fluidas entre si. O “achados” é uma expressão produzida mediante aos diferentes valores que carregamos, baseados, muitas vezes, em determinados padrões de vida que, não necessariamente, como escreveu Thompson (1988, p. 37), correspondem ou determinam os modos de viver. Dessa forma, Marcos e diversos outros trabalhadores, com experiências compartilhadas, confrontam-se com essas imagens, por vezes depreciativas, que giram em torno de seu trabalho, ou até mesmo daquilo que se avalia como possibilidade de trabalho. Além de se fazerem marcantes na avaliação do onde e como moram.

Tabela 04. Relação de atividades de trabalho registradas nos cadastros do CRAS-MCR (referente aos indicadores de 2010/2011)*

TRABALHO	Nº DE PESSOAS	PORCENTAGEM
Não Consta	285	57,5%
Desempregado(a)	55	11,1%
Pedreiro/Servente de Pedreiro	18	3,6%
Diarista (sem informação de área)	16	3,6%
Doméstica	10	2%
Do lar	9	1,8%
Reciclagem	8	1,6%
Boia Fria	7	1,4%
Sem capacidade (problema de saúde)	6	1,2%
Serviços Gerais	5	1%
Indústria de bolas**	4	0,8% (por pessoa)
Frigorífico/Mercado*; Bicos; Pintor; Pouca capacidade trabalhar; Motorista	3	0,6% (por pessoa) Sendo 0,6% para cada um dos 5 trabalhos
Auxiliar de colheita; Indústria de óleo e ração**; Indústria de soro de leite**; Gari; Volante; Soldador; Consta apenas que trabalha; Zeladora; Classe especial; Autônomo	2	0,4% (por pessoa) Sendo 0,4% para cada um dos 9 trabalhos
Estampadora; Indústria de biscoitos**; Pré-moldados; Cerraria**; Empresa de engenharia*; Indústria de Lingerie**; Lava Jato**... (mais 30 postos de trabalhos diferentes***)	1	0,2% (por pessoa) Sendo 0,2% para cada um dos 37 trabalhos
TOTAL	495	100%

Fonte: Cadastros do CRAS-MCR. Organização da autora, 2019

*Esta relação é baseada apenas nos 126 cadastros referentes aos trabalhadores que não nasceram em Marechal Cândido Rondon.

**Consta no cadastro apenas o nome da indústria ou comércio em que trabalha o responsável pelo cadastro.

***Esses 30 postos de trabalhos não estão na tabela. Todavia, apresento-os aqui: Cooperativa de agente ambiental; Frigorífico de aves; Montadora; Artefatos de cimento; Empresa de motos; Empresa de comunicação visual; Bombeiro; Pastora; Treina Futebol; Faz salgados; Servente limpeza; Separador na usina; Auxiliar eletricista; Cozinheira; Marceneiro; Operário; Recepcionista; Chapeador; Frentista; Agente ambiental; Auxiliar de produção; Jardinagem;

Embaladora; Saqueiro; Babá; Faz massagem e lê cartas; Suinocultura; Lenha e corte; Carcereiro; Artesanato

Os percalços da fonte ficam evidentes quando notamos a grande porcentagem que envolve os cadastros sem informações acerca das relações de trabalho. Todavia, outra porcentagem estarrece. Desse conjunto de fichas cadastrais, 11% são cadastrados como desempregados(as), ressoando números sobre trabalhadores que indicam estarem sem condições de prover seu sustento de forma regular. Assim, para continuar a entender um pouco mais sobre o momento atual em que esses trabalhadores produzem seus caminhos, separei uma matéria de 2018, do site Agência IBGE Notícias, na qual se afirma que

A taxa de desocupação do trimestre encerrado em março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%). O total de pessoas *desocupadas* também cresceu no período, passando de 12,3 milhões para 13,7 milhões. Houve um aumento de 11,2% nesse contingente, ou mais 1,4 milhões de desempregados no país (BENEDICTO, 2018 - grifos meus).

O órgão federal possui um vasto trabalho na produção de índices variados, que vão de números de habitantes até a análise acerca da escolarização, trabalho, religião, etc. Os dados são deveras pertinentes para auxiliar no mapeamento da condição da população brasileira e direcionamento de políticas públicas. Nesse sentido, o indicativo de 13,7 milhões “de pessoas desocupadas” no país é inquietante.

O momento em questão, no qual esses trabalhadores traçam seus percursos no Brasil, é carregado de dificuldades, indicadas, em parte, pela porcentagem sugerida na matéria, mas que perpassa, de maneira muito mais complexa, um campo de possibilidades constantemente inseguro, enfrentado pelos trabalhadores ao avaliarem o desemprego e atividades sem vínculo trabalhista. Esses dados se referem ao ano de 2018 e são distintos do período apresentado na Tabela 04. Contudo, permitem que avaliemos o quanto as condições de trabalho estão estritamente ligadas à fragilidade experimentada por certos trabalhadores, o que dificulta se manterem distantes de práticas de trabalho abusivas.

Os 55 trabalhadores, indicados como desempregados no cadastro do CRAS (vide tabela anterior), vivenciaram um outro período, no qual a pesquisa estatística era conduzida levando em conta apenas as grandes cidades do país (como São Paulo, Rio de Janeiro, etc.). A estimativa no final de 2010 era que “O contingente de desocupados, [era] estimado em 1,359 milhão [...]” (EM NOVEMBRO, 2010). Todavia, mesmo que os

dados tenham proporções diferentes, o sentimento de insegurança nessas relações de trabalho e acerca do como manter seu sustento e também o da família, provavelmente, perpassava o dia a dia desses trabalhadores e suas tomadas de decisões.

Minhas motivações com esta pesquisa também têm vínculo com meu anseio de refletir sobre as incongruências desse processo de constituição de relações de trabalho no mundo contemporâneo. Desse modo, o incômodo frente à denominação dada a esses trabalhadores na matéria da Agência de Notícias do IBGE se coloca premente. Aqui, não busco deslegitimar de maneira alguma o estudo realizado pelo instituto, apenas apontar como o uso de certas noções (como “desocupadas”) pode levar a interpretações embaraçosas e desqualificantes.

Ao andar pelas ruas de Marechal Cândido Rondon vi, muitas vezes, trabalhadores andando com currículos, outros trabalhando e alguns deitados na grama após o almoço, descansando alguns minutos na sombra, em frente às calçadas de seus estabelecimentos de trabalho, para depois voltar à atividade. Os trabalhadores com quem tive contato, para a produção desta pesquisa, apontaram-me uma experiência representativa de confrontação da imagem produzida com o termo “desocupado”.

Nesse sentido, Lagos (2018), em sua Dissertação, investigou trabalhadores em Marechal Cândido Rondon, a partir da análise das motivações, avaliações e recusas em relação à procura e constituição de certas relações de trabalho no século XXI.

[...] indicar que essa é uma condição precária não traduz os sentidos que os trabalhadores atribuem a tais ações e decisões (por acúmulos de atividades ou mesmo por ampliar campos de trabalho e renda), é preciso identificar o que os motiva, como avaliam essas decisões de trabalho e como organizam suas vidas dialogando com horários, tarefas e valores (LAGOS, 2018, p.21).

A reflexão da historiadora é significativa para pensar as “motivações” desses trabalhadores e como definem seu modo de viver. Essas ponderações são essenciais, pois os valores por eles produzidos interferem em como respondem ao desemprego, a rendas insuficientes, a problemas de saúde, etc. Foram 55 sujeitos que encararam a ida até o CRAS e declararam essa condição, inclusive, por encontrarem ali uma forma de garantir parte de seu sustento. Os tantos outros que não possuem atividade remunerada e que não cogitam a ida até órgão, trazem também indícios sobre como “organizam suas vidas” e os valores que cativam para sanar tal condição adversa.

Ao ler a Dissertação da referida autora, vi-me igualmente envolvida no que tange pensar os “sentidos que os trabalhadores atribuem”. A pergunta sobre por que Mário, Marcos e demais sujeitos pautam e/ou encaram, dentro dos limites, determinadas atividades (dentre elas, as possibilidades apontadas na Tabela 04). Isso nos diz muito sobre suas motivações e valores frente ao desemprego.

Marcos iniciou o trabalho de vendedor de rua, uma atividade sem vínculo trabalhista, após não encontrar nenhum trabalho que o remunerasse como o anterior. Nesse sentindo, Lagos (2008) me auxiliou justamente a olhar mais para as motivações e necessidades por trás dos “acúmulos de atividades ou mesmo por ampliar campos de trabalho e renda” que os colocam, muitas vezes, em tipologias como a de “desocupados”, ainda que muitos estejam bastante ocupados, vinculados a atividades por vezes mais exploratórias que as regulamentadas e constantes nos índices.

A conversa que tive com Seu Mário (2018) foi rápida, mas representativa para entender um pouco sobre esses sentidos do trabalho e a atividade que exercia: o recolhimento de materiais recicláveis. Como já analisado, sua primeira fala é permeada pela assimetria dentro de uma conversa, mas também traz uma justificativa que formulou sobre seu trabalho: “É por causa do meu problema de saúde” (MÁRIO, 2018). Com essa narrativa, mais que dizer sobre os dois derrames que sofreu ao longo da vida, deixou implícito que sua atividade não correspondia (ou não deveria corresponder) à imagem de extrema pobreza, deixando evidenciar uma grande contradição: a renda extra era necessária para manter seus gastos com tratamentos médicos, mesmo que sua saúde fosse prejudicada pelo trabalho intenso de carregar peso já em idade avançada.

O recolhimento de materiais recicláveis perpassa a trajetória de mais de 1% dos trabalhadores que foram até o CRAS entre 2010 e 2011, indicando que essa possibilidade de trabalho se faz presente na cidade e no horizonte de alguns trabalhadores. A porcentagem que pode parecer pequena, torna-se grande levando em consideração apenas os cadastros preenchidos. Ademais, são oito trabalhadores que além da atividade, encaram a necessidade de ir até o órgão.

Ao estar no Centro Comercial, é corriqueiro (para aqueles que os enxergam) ver esses trabalhadores andando e procurando garantir materiais para compor a renda com recicláveis⁴⁴. Em relação ao trabalho com recicláveis pude conversar com Seu Mário, quando destacou seu território de atuação:

⁴⁴ Escrevo isso porque meu olhar para esses trabalhadores se tornou mais frequente após o contato com a pesquisa e suas experiências. Sendo esse um debate que iniciei em minha Monografia (RODRIGUES, 2017,

Daniela: Tem algum ponto fixo que o senhor passa aqui?

Mário: Ponto fixo?

Daniela: Sim.

Mário: Tem, tem bastante, tem vez que eu quase não venço tirar as coisas.

Daniela: E quanto que tira cada quilo de papelão? É só papelão que o senhor recolhe?

Mário: Papelão, latinha, plástico, tudo que é reciclável a gente aproveita.

Daniela: E isso dá quanto mais ou menos no final do mês?

Mário: Ah sempre dá em torno de R\$800,00/R\$900,00 às vezes passa de mil[reais], às vezes dá menos...

Daniela: Ah, então ajuda bastantinho na renda.

Mário: Sim, e isso aí sabe como é que funciona? Depende do movimento. É logístico, se as loja têm bastante movimento, daí vem bastante papelão, se tem pouco movimento, fica parado né? Isso depende do movimento das loja (MÁRIO, 2018).

Com a voz trêmula, devido à idade avançada e/ou então a presença do celular que gravava, Seu Mário demonstrou sua ponderação acerca de como sua renda mensal é influenciada pela atividade comercial da cidade. O trabalhador, que às vezes “quase não vence tirar” os materiais recicláveis, avalia não só aquele ponto em que estávamos como possibilidade de recolher parte de sua fonte de renda, mas ele indica como produz uma leitura dos locais da cidade que podem lhe auxiliar na organização financeira planejada.

Assim, Seu Mário também participa dos territórios da cidade com a dinâmica de seu trabalho com recicláveis. A sua atividade retira das ruas materiais considerados por muitos como lixo, mas que podem ser sinônimo de novos remédios e pagamento de consultas para esse trabalhador, juntamente com o reuso, que pode transformá-los em novos objetos.

O aposentado, ao morar por tempos no distrito e depois na sede de Marechal Cândido Rondon, possui um conhecimento expressivo sobre a dinâmica da cidade. Algo que permite que sua renda não seja restrita apenas à aposentadoria, que acumulado ao ganho com recicláveis chegue, conforme minha suspeita, a aproximadamente R\$2.000,00⁴⁵. Daí a importância de saber quais lojas deixam materiais recicláveis, o

p.30). Nela, o leitor encontrará Mara e a análise acerca das alternativas em construção por trabalhadores como ela, quando destaquei aqueles que lidavam com a mudança de cidade e chegavam em Marechal Cândido Rondon durante o século XX.

⁴⁵ A base para essa soma leva em conta que sua aposentadoria seja de aproximadamente um salário mínimo R\$998,00 (informação que deduzo frente ao trabalho como pedreiro no decorrer de sua trajetória e incerteza de contribuições regulares com o INSS), somado ao rendimento com os recicláveis ditos pelo trabalhador na entrevista: “[...] sempre dá em torno de 800, 900 [reais], às vezes passa de mil, às vezes dá menos” (MÁRIO, 2018).

horário em que pode buscá-los, assim como “se as lojas têm bastante movimento, daí vem bastante papelão”. Isso, evidencia que a avaliação do trabalhador sobre a viabilidade dessa atividade se fez na prática, em suas caminhadas e relações com demais sujeitos⁴⁶.

A trajetória de Seu Mário foi marcada também por deslocamentos e reconfigurações de perspectivas. Em 1979, morava em Entre Rios, naquele momento, distrito de Marechal Cândido Rondon. Naquele ano, deixou o distrito em razão da desapropriação para a constituição do Lago da Itaipu⁴⁷. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (entre 1974 e 1984, ano que começou a gerar energia) faz parte de um período em que muitos no Oeste do Paraná precisaram recompor seus caminhos, alterando moradia, trabalho e relações.

O processo de desapropriação para a promoção desse projeto marcou a experiência de muitos, como Seu Mário que, devido ao grande número de alterações no onde e como viver, viram sua propriedade perder parte significativa do valor quando alagada pelas águas, dificultando seu reestabelecimento em outros locais⁴⁸. O trabalhador, que saiu do distrito de Entre Rios do Oeste aos 39 anos, vindo para a sede do município, destaca que após o dobro desse tempo, residindo na área urbana de Marechal Cândido Rondon, ainda se confronta com adversidades, amenizadas por conhecer os pontos que podem render mais coleta e maior renda ao final do mês.

O trabalhador, branco e de olhos claros, desafia os primeiros olhares acerca de quem e como são os trabalhadores em Marechal Cândido Rondon. Após observar e analisar a cidade, encontrei muitos sujeitos como o aposentado e eles se tornaram representativos para esta pesquisa, visto que apontam um universo complexo, mas compartilhado. O trabalhador, tipicamente aceito como um rondonense, principalmente

⁴⁶ Varussa (2006) faz um apanhado geral referente a atividade que chamou de “coleta seletiva”. Ao abordar o final do séc. XX e início do XXI, o texto composto de ampla pesquisa, analisa fontes estatísticas e traz reflexões sobre esse trabalho em nível nacional e também em Marechal Cândido Rondon. O autor possibilitou compreender a presença numérica desses trabalhadores e como há empresas que traçam regulamentos para esses sujeitos e para a “coleta” na cidade (VARUSA, 2006, p. 18-20).

⁴⁷ A atual cidade de Entre Rios do Oeste-PR é localizada a aproximadamente 30 km da cidade de Marechal Cândido Rondon, compreendendo um total de 4 mil habitantes segundo o IBGE (2018). Na década de 1980, as águas que formaram o Lago de ITAIPU chegaram ao que era então parte do distrito e fizeram com que muitos sujeitos fossem desapropriados de suas moradias. A cidade foi “Criada através da Lei Estadual nº 9.301 de 16 de junho de 1990, foi instalada em 01 de março de 1993 sendo desmembrada de Marechal Cândido Rondon.” (IBGE, 2018).

⁴⁸ Sobre esse processo, indico a leitura da Monografia produzida por Silva (2013). Nela, a autora analisa as desigualdades na cidade de Santa Helena-PR e como a construção da Usina influenciou esse processo de rearticulação da ocupação do Oeste do Paraná frente às desapropriações. A historiadora dialoga com o leitor sobre seu incômodo acerca de como os trabalhadores e seus modos de viver passaram por alterações durante as desapropriações, compostas por indenização de alguns e reordenamento de hábitos, relações sociais e modos de viver de muitos.

devido à sua suposta ascendência europeia, mas também pelas roupas sociais que usava, não parece eximido do convívio com essas várias adversidades de classe.

A presença desses sujeitos traz indícios de uma sociedade com traços desiguais, na qual trabalhadores precisam com frequência lidar com os aspectos que envolvem sua condição de classe, assim como sua cor, sexo, religião... Aspectos que confrontam modos de viver e de produzir imagens sobre eles mesmos. As tensões envolvendo intolerância e práticas abusivas (muitas vezes nominadas como racismo, homofobia, misoginia, assédio, etc.) expõem a urgência de continuarmos a olhar para os trabalhadores na totalidade de suas relações.

O Senhor Mário se deparava ainda com outro fator que fugia de sua alçada, pois a idade avançada escancarava o que durante a vida se tornou difícil contornar. Assim, como seria para o Senhor Mário precisar trabalhar ainda aos 78 anos? Durante a entrevista, não consegui conversar com ele sobre essa indagação. Entretanto, acredito que não deva ser uma tarefa fácil e tranquila, nem mesmo animadora.

Nesse caminho, encontrei um artigo de três pesquisadores da área da Saúde, no qual trataram de questões sobre o envelhecimento e o trabalho. Mesmo as análises sendo produzidas em outro campo científico, o artigo auxiliou a pensar sobre trabalhadores como o Senhor Mário,

Eles destacaram que “A qualidade de vida e, conseqüentemente, a qualidade do envelhecimento se relacionam com a visão de mundo do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido, assim como com o ‘estilo de vida’ conferido a cada ser” (SOUZA; MATIAS; BRÊTAS, 2010, p. 2836). A “qualidade de vida”, sugerida pelos autores, ainda que realizada pela “visão” de cada sujeito, levou-me a pensar sobre as diferentes maneiras de se chegar na idade avançada. As condições desiguais, como as baixas aposentadorias, os problemas em conseguir atendimento médico e hospitalar, a falta de auxílio, o trabalho debilitante, entre outros elementos estão, além de sua definição de uma “visão de mundo”, compondo os enfiamentos de sua condição.

O desgaste físico e mental desses trabalhadores é acompanhado de notícias como: “Idosos adiam cada vez mais saída do mercado de trabalho” (2018). Segundo essa menção, o aumento de idosos no “mercado de trabalho” se faz devido ao aumento desses na população (compondo “25,5% da população até 2060”). Junto a isso, é atrelada essa presença às condições de “previdência e assistência social”, pois “o recebimento do BPC

[Benefício de Prestação Continuada] é o campeão de processos movidos por idosos” (VERDÉLIO, 2018)⁴⁹.

Essa busca pelo BPC indica que muitos idosos não estão conseguindo manter suas despesas, que tendem a aumentar com o aumento de problemas de saúde e compra de medicamentos. Esses trabalhadores não realizaram pagamentos suficientes para garantir a aposentadoria por idade ou, então, não possuem tempo de contribuição ao INSS para garantir aposentadoria por tempo de trabalho, principalmente por nem sempre os padrões garantirem trabalhos com vínculo empregatício e contribuição previdenciária. Com isso, precisam se colocar em uma situação de exposição quando procuram garantir o direito a rendimentos após os 65 anos.

O aumento do número de idosos no “mercado de trabalho” pode estar associado a experiências como a de Seu Mário. Ou seja, necessitam de renda extra (seja complementares à aposentadoria ou ao que recebem pelo BPC). Essa, inclusive, é uma realidade muito próxima a mim. Rosângela, minha mãe, é aposentada e precisou continuar a trabalhar, pois somente com a aposentadoria não conseguíamos pagar as contas e projetar alterações em nossa condição.

Com essas inquietações, retomo a entrevista de Seu José (2015), discutida no Capítulo 1 desta Dissertação (p. 50). Esse trabalhador veio para Marechal Cândido Rondon após ser demitido no Paraguai e buscava novas possibilidades para a família no Brasil. Dentre elas, uma escola que melhor atendesse à expectativa que ele e sua esposa possuíam em relação à escolarização educação da filha, pois, segundo o mesmo, no Paraguai, a educação não tem tanta qualidade (o trabalhador destacou a falta de professores e estrutura das escolas) (JOSÉ, 2015)⁵⁰.

⁴⁹ O BPC é a possibilidade de recebimento de um salário mínimo para idosos (acima de 65 anos) e pessoas com deficiência. Inserção realizada também pelo CRAS na cidade de Marechal Cândido Rondon. Entretanto, para conseguir esse recebimento conforme indicadores do Ministério da Cidadania, a renda familiar não deve ultrapassar ¼ do salário mínimo por pessoa (aproximadamente R\$240,00). O Senhor Mário já não se enquadra nesses requisitos, pois mora apenas com sua esposa, também aposentada. Isso o leva a construir outras formas de atender às suas necessidades e prover rendimentos. Para mais indicadores acerca do BPC, acessar o site do Ministério da Cidadania, disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>. Acessado em: 10 ago. 2019.

⁵⁰ Nesse sentido, a análise de Roesler (2017, p. 137) me auxiliou a refletir sobre uma das possibilidades de educação no país em que Seu José morava. A autora debate o que chamou de “marcos” na educação do Paraguai, envolvendo momentos variados desde o período colonial até “o processo de democratização da nação paraguaia que culmina, no setor educacional, com a reforma de 1994, materializada na Lei 12.64/98”. Segundo ela, “Em 1968 a educação paraguaia foi diagnosticada pela evasão, pela repetência, pelas escolas incompletas, pela carência do conteúdo programático às necessidades regionais, pela metodologia obsoleta, pela formação docente insuficiente, pelos espaços escolares debilitados, pela carência de materiais didáticos e pela necessidade de um ensino que preparasse para o mercado de trabalho (ROESLER, 2017, p.146)”. Foi justamente no final da década de 1960 que Seu José estudou, até a conclusão do chamado 2º grau (que corresponde ao atual Ensino Médio). As condições descritas pela autora podem ter sido enfrentadas por

No momento da nossa conversa, Seu José morava no apartamento apenas com a esposa, já que a filha tinha sido aprovada no vestibular para cursar Agronomia, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Palotina (a aproximadamente 45 km de Marechal Cândido Rondon). Uma notícia que correspondia à expectativa inicial dos pais, que buscavam uma formação de qualidade para a filha (ainda que essa aprovação não tenha vindo na primeira tentativa)⁵¹. Entretanto, essa é uma realidade ainda distante para muitos trabalhadores. Ao analisar os 126 cadastros do CRAS, envolvendo os que não nasceram no município, 110 dos 495 trabalhadores possuem o fundamental incompleto⁵².

Em 2015, Seu José trabalhava em uma empresa de recicláveis e, nos finais de semana, trabalhava como garçom em um dos restaurantes/bares da cidade, enquanto sua esposa, Rosalina, empregava-se como cozinheira em outro restaurante, no período noturno. O orçamento limitado e acúmulo de relações de trabalho, aponta o que elegeram enfrentar, reconhecendo certas expectativas e necessidades – como custear os estudos da filha e se manterem na cidade, desde que sem endividamentos e confusões. Afinal, como trabalhador estrangeiro, queria “[ser] sempre [...] bem respeitado, porque eu não... facilito nada” (JOSÉ, 2015).

Ao revisar a entrevista de Seu José, encontrei brechas que esclarecem um pouco o seu não “facilitar nada”.

Daniela: E como é que é no trabalho agora? No trabalho que você tá trabalhando, você tá gostando? Ce acha que...

José: [...] nosotros [nós] tem que fazer a produção, pra sair nosso salário e eu sou tu hermano [irmão de vocês], eu to aqui, não vo tá reclamando

José. Em grande medida, a preocupação do trabalhador em relação à educação da filha se deve também à sua experiência. As condições instáveis, particularmente em relação à falta de professores, foi um dos fatores que o remeteu a pensar nisso. Foi assim, ponderando sobre a sua condição no Paraguai, que a alternativa de vir para o Brasil foi sendo produzida.

⁵¹ Novaes (2011, p.78) escreve sobre um processo semelhante ocorrido com alguns “trabalhadores do café” do século XX, pois esses avaliavam que, na cidade de Esmeralda-MG, os trabalhos para quem não estudasse “se restringiam à lavoura, ao trabalho como empregada doméstica para as mulheres e em um grande frigorífico da cidade, para ambos os sexos. Em virtude desta percepção, é latente a preocupação com a escolaridade por parte daqueles cujos os filhos ainda estão em idade escolar”. A autora analisa também os deslocamentos desses trabalhadores para essa região de Minas Gerais, ponderando acerca das agruras desse processo. Nesse sentido, sua investigação sobre como os pais se preocupam com a escolarização de seus filhos é algo que se aproxima das questões que se colocam para determinados trabalhadores em Marechal Cândido Rondon. Esses sujeitos buscam para seus filhos caminhos que diferem daqueles por eles enfrentados, principalmente no que tange à exploração no trabalho. Algo que Seu José enfrentou e até se orgulha em dizer, apesar de pretender contribuir na construção de caminhos distintos para sua filha, apostando assim na sua escolarização.

⁵² Desses 495 trabalhadores, 289 não possuem dados referente à sua escolaridade. Assim, os 110 trabalhadores com Ensino Fundamental incompleto representam a escolaridade mais assinalada pelas assistentes sociais em relação a esses sujeitos. Porém, esse índice pode ser até mais expressivo em razão daqueles que ficaram sem indicadores.

toda hora, porque você fez errado, esse[isso] não, cada um já sabe o sistema de trabalho, né? [...] porque se patrão [sabe]... depois vem pra mim, né? (JOSÉ, 2015).

Ao mesmo tempo em que o trabalhador busca reforçar a imagem de que é “irmão” de seus colegas de trabalho, ele também reconhece que busca se distanciar daqueles que não pensam ou agem como ele. Escrevo isso porque Seu José sentiu a necessidade de me contar sobre como precisa conversar com os demais trabalhadores sobre como devem pensar na “produção” a ser realizada, juntamente com a existência daqueles que ele avalia que fazem “errado”.

Nesse sentido, o seu não “facilitar nada” pode ser avaliado de maneira pejorativa pelos demais trabalhadores, como se apoiasse ou aceitasse com mais tranquilidade as normas e controle da empresa do que os demais. Isso porque o patrão quando sai, em suas palavras, “deixa tudo” para ele tomar conta, causando assim uma imagem controversa de Seu José junto aos demais trabalhadores⁵³.

O comportamento de Seu José me fez, assim, retomar uma produção de Linhart (1978). O livro do autor foi realizado após sua planejada entrada em uma fábrica de automóveis, na França, durante os anos finais da década de 1960. A narrativa literária apresenta diversos trabalhadores com quem o estudioso teve contato. Entre eles, estava Kamel “o guindasteiro”, definido por ele como “[...] o bajulador, que passava o tempo a me aporrinhar, a bancar o chefe [...]” (LINHART, 1978, p.147). Os adjetivos nada amigáveis denotam para as diferenciações entre os trabalhadores da fábrica. Todavia, em um dos “pontos altos” do livro, ao meu ver, Linhart encerra a produção precisando assumir que “Kamel também é a classe operária”. Ao produzir essa avaliação, o sociólogo demonstra que, mesmo acreditando na importância de sua presença de professor universitário grevista, enfrentando certos valores distintos e controversos dos operários em relação aos seus, esses sujeitos perpassam por condições compartilhadas.

Ao ler o livro, pensava sempre nos trabalhadores abordados pela pesquisa, em especial Seu José. Kamel, Seu José e muitos outros são justamente aqueles sujeitos que

⁵³ Cardin (2018, p. 116) produziu um artigo que traz a presença dos paraguaios no Brasil e em demais países. O sociólogo analisa diversos dados estatísticos e chega a seguinte constatação: “o Brasil nunca foi o principal destino para a população paraguaia”. Essa indicação me surpreendeu, uma vez que é comum encontrar paraguaios nas cidades brasileiras fronteiriças, como a região onde moro. A produção do autor associa a presença desses sujeitos em outros países principalmente relacionada ao trabalho. Sua reflexão, ao propor uma síntese desse processo, acaba por não abrir espaço para as variadas nuances que são associadas pelos próprios trabalhadores às relações de trabalho aspiradas, o que influencia nessa tomada de decisão.

nos tiram o conforto. Afinal, os mesmos possuem pautas que não necessariamente são consoantes com as esperadas por nós que os pesquisamos, inclusive, ficando muitas vezes para os finais de nossos livros o reconhecimento de que também são trabalhadores. Seu José, que declara não “reclamar toda hora” do trabalho de seus colegas, não deixa de falar que possui essa prática em alguns momentos o faz. Ao assumir a postura de “patrão”, Seu José não deixa de *ser trabalhador*. Afinal, a possibilidade de desemprego, uma renda mensal que necessita de trabalho extra aos finais de semana, a dificuldade em relação à sua própria escolarização ou a dos filhos, entre outros aspectos, fazem parte da experiência de Seu José.

Ao pensar sobre essas condições de adversidade que podem permear os sujeitos aqui abordados, busquei nos cadastros do CRAS evidências acerca da escolarização desses trabalhadores, considerando esse elemento importante na composição de suas atividades e interesses. Após diversas leituras, encontrei e elegi para análise Dona Amélia, mulher que chegou em Marechal Cândido Rondon no final da década de 1980, quando tinha aproximadamente 14 anos. Segundo as anotações do cadastro, aberto (ou atualizado) no CRAS em outubro de 2010, foi possível acompanhar elementos de sua presença e relação com aquele órgão:

30/11/2010: Atendimento, foi orientada a procurar verificar o turno escolar para o filho Vinícios, pois esse não quer mais estudar no turno, que está. Abrimos uma exceção e a família espera cesta básica neste mês, pois não estava recebendo, por possuírem casa própria e receberem R\$134,00 do Bolsa Família;

15/03/2011: Foi realizada a visita domiciliar para encaminhá-la para o serviço de fortalecimento de vínculos familiares no bairro Higienópolis. Foi atualizado o cadastro e encaminhado para os cursos;

04/04/2011: Veio no atendimento requerer cesta básica, foi entregue. Também, atualizou o cadastro do Bolsa Família, que estava bloqueado. Participou de dois encontros do serviço sócio educativo de 0 a 6 anos (CRAS, out. 2010).

Conforme os registros do CRAS, Dona Amélia possui dois filhos mais novos que Vinícios. Todos eles moram com ela, juntamente com seu esposo, em casa própria de alvenaria e com cinco cômodos, situada no bairro Higienópolis, que fica na região norte da cidade. A busca por Cesta Básica pode indicar, no mínimo, que a trabalhadora (que

estava desempregada) e seu marido (que no cadastro está identificado como chapeador, ganhando um salário mínimo) não estavam conseguindo manter as despesas da casa⁵⁴.

A dificuldade financeira da família é evidência de que não há relação direta entre possuir casa própria e trabalho e não se encontrar em vulnerabilidade social. Sendo que, na renda dessa família, ainda se somava o valor do Bolsa Família e, assim, para as assistentes sociais, Dona Amélia não deveria receber a Cesta Básica, pois não se enquadrava no perfil de carência necessária. Entretanto, por que as assistentes do CRAS abriram “uma exceção”?

Com isso, é possível supor que a relação estabelecida no momento do atendimento e/ou a visita domiciliar interferiram e interferem no que esses trabalhadores conseguem conquistar. Entretanto, em que medida a conquista da Cesta Básica pela trabalhadora permite pensar a desigualdade social, a partir de sua ponderação sobre sua permanência na cidade e, também, de sua relação com os órgãos governamentais?

A partir dos registros do cadastro de Amélia, a escolarização do filho mais velho (com 14 anos, em 2010) aparece como um problema, pois o jovem não queria estudar no turno em que se encontrava. A família contava com problemas financeiros devido ao desemprego e à baixa remuneração do esposo, além dos constantes cuidados que ambos necessitavam com a saúde (já que ela tinha problema na coluna e ele hipertensão arterial). Não bastasse isso, tiveram o posterior bloqueio do Bolsa Família, talvez devido a faltas e/ou notas baixas do filho.

A “exceção” conquistada por Dona Amélia pode transparecer o conhecimento que possui em relação ao que deveria atestar para as assistentes sobre sua condição, uma experiência compartilhada com o Senhor Alfonso, presente no Capítulo 1 desta Dissertação (p. 28), com a diferença de que o trabalhador não conseguiu o “benefício” da Cesta Básica. Nesse sentido, a comoção dos trabalhadores do CRAS com a condição de Dona Amélia pôde proporcionar um alívio mensal à sua família, mas nada garante que na próxima solicitação ela seria atendida. Por isso, a sinalização de aceite não altera a condição de Dona Amélia, a qual precisa manter-se atenta a novos caminhos de reivindicação e de conquista de uma vida melhor.

⁵⁴ Em 2010, o salário mínimo conforme a Dieese (2017, p. 05) era de R\$510,00. No cadastro da trabalhadora são mencionadas as seguintes despesas: alimentação R\$400,00; gás R\$48,00; luz R\$40,00; água R\$27,00 (totalizando R\$515,00). Esses trabalhadores recebiam ainda R\$134,00 de Bolsa Família. Mesmo o rendimento girando em torno de R\$649,00 (salário e Bolsa Família), indicava gastos ainda com remédios para problema de coluna de Dona Amélia e pressão alta de seu marido, os quais não constam valores.

A experiência com as condições adversas compartilhadas entre esses trabalhadores e as peculiaridades expressas no modo com que lidam com elas aparecem nessa pesquisa como possibilidades de análise do processo histórico recente e dos campos de forças em que se veem inseridos. Nesse sentido, a análise de Portelli (1996) me instiga a abrir os horizontes de reflexão.

[...] a palavra-chave aqui [é] possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. Nos planos dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. É o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada (PORTELLI, 1996, p.70).

A chamada “subjetividade socialmente compartilhada”, em minha visão, destaca sujeitos representativos, capazes de suscitar a análise da realidade dos trabalhadores frente a certas pautas e condições. Nesse sentido, a “possibilidade” enquanto campo de análise da experiência social desses sujeitos se torna uma chave analítica, na medida em que apresenta as contradições e constrangimentos experimentados ao atestarem ou serem avaliados a partir de uma condição associada à pobreza e instabilidade.

No cadastro de Dona Amélia consta que os remédios que tomava, assim como os de seu marido, não eram fornecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS e que, conforme o apresentado pela trabalhadora, precisavam comprá-los todos os meses (CRAS, out. 2010). Os gastos com saúde fazem parte da experiência de muitos trabalhadores na cidade, mesmo que em Marechal Cândido Rondon haja atendimento no Plantão 24Horas e na Farmácia Básica⁵⁵.

Os cadastros do CRAS podem auxiliar nessa reflexão, pois, dos 126 cadastros de trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon, foi possível encontrar as formas indicadas para obtenção desses medicamentos, assim como encaminhamentos para consultas e exames. Entretanto, é preciso ressaltar que, em muitos cadastros, a área destinada à “Saúde” nem sequer é respondida e/ou anotada. Um dos indícios para tal

⁵⁵ Até novembro de 2018, os atendimentos médicos e hospitalares do serviço público de saúde ocorriam no Plantão 24Horas, localizado no Centro da cidade. Porém, após essa data, o atendimento de urgência e emergência passou a ser realizado na Unidade de Pronto Atendimento-UPA, na região norte da cidade. As consultas com agendamento são marcadas nos Postos de Saúde, localizados nos bairros.

displicência (para além do momento de atendimento) é que o fato pode ser ocasional ou ainda ligado a outros pontos de atendimento: empregabilidade, formação, acesso a cestas básicas, atendimento dos filhos em creches, registo no Cadastro Único do governo federal e programas vinculados a esse, etc.

Tabela 05. Relação medicamentos e hospitalização conforme registro de cadastros do CRAS-MCR (referente aos indicadores de 2010/2011) *

INFORME SOBRE SAÚDE	Nº DE PESSOAS	PORCENTAGEM DE PESSOAS
Medicamento contínuo pelo SUS**	23	41,8%
Medicamento contínuo sem informação sobre o modo de obtenção	13	23,6%
Medicamento contínuo comprado	12	21,8%
Solicitação de exames e consultas pelo SUS**	7	12,7%
TOTAL	55	100%

Fonte: Cadastros do CRAS-MCR. Organização da autora, 2019

*Uma pessoa pode encontrar-se em mais de um tópico.

**Sistema Único de Saúde

Nesse sentido, é possível verificar que, mesmo a maioria dos trabalhadores conseguindo a medicação pelo SUS, no mínimo, 21% ainda declararam que precisam comprá-los todos os meses. Sendo as doenças e tratamentos mais citados nos cadastros: pressão alta, problema na coluna e depressão (citadas aqui as ocorrências em ordem decrescente). A indicação de depressão sugere como esses trabalhadores estão ficando doentes em relação a não encontrarem sentido no viver ou associarem sua disposição a mudanças efetivas em sua condição. Esses índices expressam que, além dos trabalhadores lidarem com condições adversas em relação a trabalho, renda, moradia, alimentação e endividamentos, também precisam enfrentar o desafio de levantar da cama todos os dias, apontando certo descontentamento e recusa à vida que levam.

Ainda no que tange a medicamentos contínuos para alívios das dores, o problema de coluna também exige a frequência de remédios, sendo esse problema, provavelmente, mais frequente na trajetória de trabalhadores que precisaram carregar grandes pesos ou fazer movimentos repetitivos, com trabalhos em que dedicam horas em posições ou ações extremamente prejudiciais à saúde. A dificuldade que permeia esse problema de saúde

está também em conseguir consultas com o ortopedista que, mesmo sendo garantidas pelo SUS, possui lista de espera de, no mínimo, 60 dias. Entretanto, após receber a ligação, confirmando a consulta marcada, o trabalhador ainda se depara com a necessidade de transporte até a cidade de Toledo-PR (aproximadamente 40 minutos de viagem de Marechal Cândido Rondon), onde são realizados os atendimentos dessa área médica. Destaco esse itinerário pela dificuldade com que me defrontei depois de um cisto sinovial em meu pulso.

O atendimento público de saúde não é uma pauta exclusiva do século XXI. No período da ditadura civil-militar no Brasil, era possível verificar esse atendimento atrelado ao Sistema Previdenciário. Sendo que, segundo Costa (1996), até o ano de 1970 esse atendimento era garantido apenas para aqueles que contribuía com o mesmo. O autor faz uma densa contextualização acerca do sistema de saúde no país, defendendo que foi com a Constituição de 1988 que ocorreu a separação entre previdência, saúde e assistência, uma vez que as três eram regidas conjuntamente nas legislações anteriores.

O processo não trouxe uma drástica ruptura e melhoria no sistema, mas processualmente foi sendo construída uma referência de atendimento médico e hospitalar público e gratuito, pois “Durante o biênio 1992-1993 foi então disseminada a ideia de ‘uma previdência social independente, livre das mazelas políticas’ (Jornal do Brasil, 24 fev. 1993, p. 04 apud COSTA, 1996, p.11), mazelas essas visualizadas pelos aposentados e pensionistas como relacionadas à vinculação da previdência com a pasta da saúde.

Nesse meandro, há 25 anos, em 1994, ocorria na cidade de Marechal Cândido Rondon atendimentos de saúde pública através do Instituto Nacional de Segurança Social-INSS. Ainda sobre essa prática de atendimento selecionei a seguinte matéria no jornal O Presente:

Diariamente, a representação do INSS de Marechal Rondon distribui acima de 150 fichas de consultas médicas, além de 17 fichas para atendimento dentário e mais 23 fichas para exames de laboratório. O elevado número de pessoas que busca o INSS para tratar da saúde, mostra que o poder de ganho da população é realmente baixo, ou então, que o custo do atendimento médico é elevado e fica fora do alcance da grande maioria das pessoas. [...] havendo a necessidade de pacientes aguardarem vários dias para que possam fazer exames de urina, sangue, fezes ou outros, solicitados pelos médicos. (FILAS..., 1994, p. 21)

Ao lado do texto da matéria encontra-se a seguinte imagem e legenda:



As filas junto ao INSS são comuns todas as manhãs.

IMAGEM 03 – As filas junto ao INSS são comuns todas as manhãs

Fonte: (FILAS..., 1994, p. 21)

A foto, marcada pelo tempo (que a deixou apagada e com qualidade inferior), carrega a força daqueles que, mesmo adoentados, esperavam de pé por um atendimento médico. O leitor ainda pode observar como a grande maioria desses trabalhadores está com os braços cruzados e atentos para a fila, olhando para frente, na provável esperança de que ela andasse mais depressa. As bicicletas paradas em frente ao local de atendimento sugerem ainda o meio de transporte mais expressivo de parte desses sujeitos no período, algo que é possível observar também atualmente. A bicicleta como um modo de chegar mais rápido ao destino e que não gera tantos gastos como carro ou ônibus, mesmo que esse último fosse inexistente enquanto transporte coletivo na cidade⁵⁶.

O SUS foi regulamentado nacionalmente no ano de 1988, sendo seu processo de funcionamento articulado ainda com a previdência nos primeiros anos da década de 1990. Logo, os sujeitos que aguardam na fila faziam parte daqueles que conseguiram consultas pelo sistema público de saúde, mesmo que naquele momento isso se configurasse de maneira distinta do atual, regido somente pelo SUS. Entretanto, o que isso significa?

⁵⁶ Em minha Monografia, debati mais acerca da mobilidade social desses sujeitos, principalmente sobre o intenso uso de bicicletas na cidade (RODRIGUES, 2017).

Conforme o jornal O Presente, em um escrito que recebe um pequeno espaço no canto direito da página da matéria, podemos inferir alguns indícios sobre essa questão, “o poder de ganho da população é realmente baixo, ou então, que o custo do atendimento médico é elevado e fica fora do alcance da grande maioria das pessoas”. Acredito, porém, que, com essa matéria, é possível perceber como esses sujeitos tinham noção daquilo que era seu direito constitucional em relação ao acesso aos atendimentos de saúde, mas que esse não lhes atendia conforme era devido e necessário.

Junto a isso, pergunto-me: como será a experiência de esperar na fila para ser atendido? Recordo-me, com angústia, das vezes que passei por isso. Nesse caminho, as dores já desconfortáveis se agravam ao ser preciso esperar por um profissional. Os problemas relacionados a essas longas esperas, de acordo com as fontes analisadas, não são pautas somente atuais, mas permanências recolocadas de um processo histórico que se remete à conquista do atendimento público e gratuito em nosso país, juntamente à avaliação do que se esperava (e ainda se espera) dele.

Marechal Cândido Rondon atualmente possui cerca de 50 mil habitantes (IPARDES, 2018). Desses, muitos são os que esperam nas filas. Os atendimentos de urgência ou os agendamentos de exames, consultas e cirurgias podem demorar dias ou meses, expressando a condição desigual de sujeitos que possuem esse atendimento como única alternativa⁵⁷. Mesmo que a espera por atendimento médico seja algo recorrente, uma de minhas entrevistadas, ao ponderar sobre suas motivações para morar em Marechal Cândido Rondon (desde aproximadamente 2005), disse-me o seguinte:

Daniela: Hmm entendí. Mas assim, foi por causa da saúde, o que foi que te chamou atenção aqui? Pra você falar um pouquinho mais...

Clarice: O custo de vida.

Daniela: O custo de vida...?

Clarice: Custo de vida. [...] quando eu vim morar, vim passear no Paraná, que a gente acabou vendo que no mercado era tudo mais barato, tudo era mais viável, a saúde, o médico. Meu filho ficou doente, o Mateus Henrique e eu levei ele no 24 Horas e o atendimento foi maravilhoso, aí a Karina acabou ficando ruim e a gente levou lá. E lá, onde eu morava, pra começar nem tinha médico, era muito longe do *recurso* [palavra semelhante mesmo, áudio danificado], era Alta Floresta [MT] e lá devido ao tempo de seis meses de chuva e seca, então praticamente nesse tempo de chuva ninguém consegue sair (CLARICE, 2018).

⁵⁷ O ano de 2009, de acordo com o “Caderno de Informações de Saúde”, contou com aproximadamente 175 mil “Procedimentos Clínicos” relacionados a “Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos” e cerca de 16 mil “Procedimentos Cirúrgicos” relacionados à cidade de Marechal Cândido Rondon (CADERNOS..., 2009).

Clarice tinha, no momento da entrevista, 43 anos, nasceu no Paraná, mas ainda pequena foi para o Mato Grosso, onde se casou duas vezes e teve três filhos (dois meninos e uma menina). Ela conheceu Marechal Cândido Rondon, por meio de seu ex-marido, pai de sua última filha, que havia morado na cidade. A trabalhadora não deixou de avaliar como era o atendimento médico e hospitalar em comparação à cidade em que morava anteriormente.

Clarice morava em Contriguaçu-MT⁵⁸ e para receber atendimento médico e hospitalar precisava ir para Alta Floresta-MT⁵⁹. No período de gestação, a trabalhadora contou com esse empecilho, pois precisou ficar internada e esperar as chuvas passarem, uma vez que não era seguro esperar em casa o nascimento de seu filho. Afinal, viajando de carro poderia demorar cerca de três a quatro horas para chegar em seu destino - isso em condições climáticas favoráveis. Nesse sentido, o atendimento a partir do sistema público de saúde em Marechal Cândido Rondon foi para ela um aspecto para mudar-se, principalmente devido à sua preocupação com os filhos. Ainda que o chamado “custo de vida” fosse apontado como a principal motivação, uma vez que os gastos no Mato Grosso (particularmente com alimentação), seriam maiores do que em Marechal Cândido Rondon.

De todo modo, o aspecto que envolve os cuidados com a saúde permeia outras experiências de trabalhadores dessa pesquisa. Dito isso, destaco que se para Clarice esse foi um fator que fortaleceu sua decisão por permanecer, para o jovem Guilherme (2016) foi o que o levou a deixar Marechal Cândido Rondon. Esse trabalhador, de 22 anos, foi entrevistado quando estava tomando essa decisão. Sua mudança seria para Itapetinga, retornando à Bahia em breve⁶⁰.

Daniela: E aí... quando você for lá pra Bahia, você vai fazer cirurgia né? Provavelmente, você vai fazer cirurgia saindo ou não o resultado?

Guilherme: Saindo ou não.

Daniela: E aí, como é que você vai se virar pra pagar as coisas lá?

Guilherme: Ah, lá... lá é bom que é casa própria, né?

Daniela: Ah, lá é casa própria.

⁵⁸ A cidade de Cotriguaçu-MS é localizada a aproximadamente 2.204 km da cidade de Marechal Cândido Rondon, compreendendo um total de 19 mil habitantes segundo o IBGE (2018).

⁵⁹ A distância entre Cotriguaçu e Alta Floresta é de aproximadamente 300 km. A última se localiza a cerca de 2.048 km de Marechal Cândido Rondon, compreendendo um total de 51 mil habitantes segundo o IBGE (2018).

⁶⁰ A cidade de Itapetinga-BA é localizada a aproximadamente 2.200 km da cidade de Marechal Cândido Rondon, compreendendo um total de 75 mil habitantes segundo o IBGE (2018).

Guilherme: Não é igual aqui, lá a gente dá um jeito, tem minha mãe, né? Mas lá, dá pra arrumar alguma coisinha pra fazer, dá pra entregar pizza de noite [risos] (GUILHERME, 2016).

Guilherme se apresentou bastante tímido, de estatura baixa e moreno, ele apresentava suas expectativas na cidade e como elas foram frustradas. No início, a entrevista ficou restrita a pequenas frases, até que criamos uma relação mais tranquila em nosso diálogo e ele conseguiu ter mais confiança em suas colocações e interpretações. Quando nos encontramos, Guilherme ponderava sair de Marechal Cândido Rondon assim que seu processo trabalhista fosse encerrado. No período em que trabalhou em uma indústria de laticínio da cidade, o trabalhador contraiu uma hérnia na perna, a qual necessitava de cirurgia. Diante disso, ele entrou com um processo contra a indústria e, quando esse trâmite acabasse, planejava voltar para a Bahia para fazer a cirurgia e tratar de seu problema na casa da família.

Ao avaliar o retorno para Bahia, após um ano em Marechal Cândido Rondon, o trabalhador demonstra a complexidade das questões acerca de acesso atendimentos e hospitalização. Afinal, Clarice veio para Marechal Cândido Rondon devido à qualidade do atendimento na cidade, enquanto Guilherme pretendia sair por não ter condições de se manter, ainda que conseguisse realizar aqui a cirurgia. Seu possível retorno para a casa dos pais se pautou em questões financeiras e na necessidade de cuidado após a operação, pois aqui, na visão do trabalhador, seria muito difícil conseguir se manter (aluguel, alimentação, medicações etc.) durante o período de recuperação. Sendo, para ele, o melhor a fazer, pouco importando se o sistema público de saúde em Marechal Cândido Rondon fosse mais acessível ou não em relação ao de Itapetinga.

A dinâmica que envolve as ações desses trabalhadores é permeada de avaliações que são delineadas pelo que definem e se impõem a eles como necessidades. Esse é um dos desafios em relação a essa pesquisa, pois lidar com os modos de viver desses trabalhadores significa pensar a complexidade que envolve, inclusive, as filas do SUS, o tratamento médico e hospitalar, a relação entre Marechal Cândido Rondon e as cidades que já viveram ou irão viver, entre outros diversos aspectos. Tudo isso é desafiador, mas abre possibilidades para analisar caminhos que estão sendo produzidos por esses sujeitos na cidade.

Acredito que tratar desses modos de viver requer olhar para esses diversos aspectos e compreender como eles se associam. Ao analisar a experiência de meninos que

frequentaram a FUNABEM em Viçosa-MG, na década de 1960 a 1970, Campos (2007) desenvolveu uma investigação abarcando pontos que acredito serem fundamentais.

Embora muitos narradores, entre eles os ex-internos, não tenham ocultado de suas memórias o lado mais tenso e problemático das relações vividas, não associaram o seu cotidiano na instituição a uma história marcada apenas por crueldades e arbitrariedades. Não que estas não existissem, mas a história das crianças na FUNABEM de Viçosa não pode ser reduzida somente a cenas de crimes e barbáries, sob pena de se perder de vista a agência humana nesse processo (CAMPOS, 2007, p. 82).

Mesmo se tratando de uma pesquisa com uma problemática distinta da que proponho (seja pelos sujeitos, seja pelo período e território), o que permite o diálogo é o modo como a historiadora procede com sua análise. Uma proposta de visão histórica que propõe “não ser reduzida somente a cenas de crimes e barbáries”. Um encaminhamento que me chamou atenção e me fez pensar na presente investigação.

O incômodo da autora em não perder a “agência humana” no processo histórico é que me move a analisar a experiência desses trabalhadores. Em minha visão, é humanamente impossível conseguir abranger a integralidade de suas experiências como um conjunto de tópicos a tratar. Todavia, possuir esse incômodo, confrontando-o no processo de pesquisa, já constitui uma tarefa valorosa.

A pretensão em tratar os modos de viver desses trabalhadores, associando diversos aspectos materiais e valores, foi instigada, em parte, ao ler a provocação produzida por Thompson (1988, p.37), quando escreveu:

Da alimentação passamos à moradia, da moradia passamos à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho e assim por diante. Do padrão de vida, passamos ao modo de vida.

O desafio está posto: tratar o chamado “modo de vida” desses sujeitos em nossas narrativas. Entretanto, uma das dificuldades que encontrei nesse processo foi como tratar esses diversos aspectos (alimentação, moradia, saúde, vida familiar, sociabilidade, trabalho...). Destacar e discutir a realidade experienciada por trabalhadores, mostrou-se

uma tarefa complexa, principalmente em relação a minha intenção de observar as intersecções desses elementos que constitui os modos de viver⁶¹.

Ao levar em conta essa proposição, encerro mais um capítulo, reconhecendo que os caminhos entrecruzados por esses trabalhadores compõem e motivam a última parte da produção desta Dissertação. Nela, mostro meu interesse em acessar as experiências desses trabalhadores, a partir das redes de convivência e sociabilidade que estabelecem. Assim, convido-os a virar mais uma página e seguirem para o próximo capítulo.

⁶¹ Outros pesquisadores já se atentaram a essa questão, como Durães (2014). A autora tratou os “modos de vida” dos trabalhadores a partir das relações desses sujeitos com uma indústria de laticínio da cidade (entre 1989-2011). Ao investigar sobre esses trabalhadores, vinculados à indústria, a historiadora trouxe análises voltadas principalmente para as práticas de exploração e resistência desses sujeitos. Nesse sentido, a multiplicidade de produções que levam em conta os modos de viver dos trabalhadores abre flancos para se perceber os diferentes pressupostos e dinâmicas nas produções historiográficas.

CAPÍTULO III

SOCIABILIDADES E RELAÇÕES DE PODER: TRABALHADORES E AS PONDERAÇÕES SOBRE O FUTURO

A presença de trabalhadores no Oeste do Paraná é evidente, são sujeitos que traçam suas trajetórias, encontram e produzem caminhos em meio a dinâmica social historicamente produzida. Ao andar nas ruas da cidade, entrar em lojas comerciais, escolas, hospitais, entre outros lugares, é possível se deparar com trabalhadores que estão em sua lida diária.

Assim, neste capítulo, interessa debater acerca das relações construídas entre eles e discutir de que maneira essas redes de convivência são construídas no final do século XX e início do XXI, uma vez que essa reflexão permeia diretamente os modos de viver desses trabalhadores. A compreensão dessas relações abre espaço para se pensar o convívio social e práticas de sociabilidade que perpassam a experiência desses trabalhadores na cidade?

Ao ponderar acerca dos incômodos que permeiam essa análise, senti-me provocada a revisar mais uma vez os cadastros do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS da cidade de Marechal Cândido Rondon. Desse modo, destaco a relação estabelecida entre as assistentes do órgão durante o atendimento de Ricardo que, naquele momento (2010), tinha 31 anos. O trabalhador foi até o CRAS em busca de Cesta Básica. Em relação a essa solicitação, encontrei nas anotações sobre sua presença as seguintes indicações da assistente social:

Recebe auxílio da [Igreja] Luterana Alvorada, auxílio para aluguel, luz e água.

23/08: Entregamos um cartão com duas datas agendadas: dia 21/09 e 23/11/2010. Foi convidado, também, para participar do grupo Pró-vida;
03/02/2011: Desde 2002 não trabalha mais, foi orientado a buscar o retorno ao mercado de trabalho, teve muita dificuldade para aceitar a orientação;

30/03/2011: Recebeu cesta básica. (CRAS, jun. 2010).

Segundo o cadastro, Ricardo também lida com problemas respiratórios e distúrbio frontal do lado esquerdo do cérebro, o que, em alguma medida, deve ter chamado a atenção da Igreja Luterana. Todavia, ainda é importante notar que durante o atendimento do dia 23 de agosto de 2010 ocorreu o convite para que participasse do “grupo Pró-vida”. No site da prefeitura de Marechal Cândido Rondon, há uma nota acerca desse projeto,

relativa ao mesmo mês em que as assistentes fizeram o convite a Ricardo. De acordo com a notícia,

A Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), disponibiliza às famílias de dependentes químicos de Marechal Rondon o projeto Pró Vida. O objetivo é atenuar as consequências do uso abusivo de substâncias entorpecentes através do fortalecimento nos vínculos familiares e inclusão social fomentando a troca de experiências e ajuda mútua entre os participantes.

[...] Além do tema droga são abordados assuntos sobre violência, desinteresse, falta de perspectiva, evasão escolar, convívio familiar, fatores que favorecem a dependência e a busca pelo tratamento, entre outros. [...] O projeto conta com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, entidades religiosas, voluntários e organizações da sociedade civil (KOCHEPKA, 2019 - grifos meus).

Ao associar tal indicativo do Poder Público com a ficha do cadastro de Ricardo, é possível sugerir que as assistentes acreditavam que Ricardo não estava bem de saúde e que lidava com questões envolvendo algum (ou alguns) dos itens sugeridos na nota sobre o projeto, como “dependência química”, “violência” ou até mesmo “falta de perspectiva”⁶². Possivelmente, ele enfrentava seus problemas de saúde e limitações financeiras morando sozinho. Isso porque, no cadastro, não encontrei nenhuma menção a familiares ou colegas que residissem com Ricardo e nem mesmo se nasceu ou não em Marechal Cândido Rondon.

Nos cadastros do CRAS, no jornal O Presente e até mesmo nas entrevistas, sempre me deparo com algumas lacunas em relação à trajetória dos sujeitos que são mencionados nesses materiais. No cadastro de Ricardo, para além das faltas já citadas, também não é possível saber como conseguiu auxílio com o pagamento de algumas de suas contas com a Igreja Luterana, se sua doença o incapacitava de trabalhar, dentre outras. Entretanto, acredito que utilizar essa fonte na pesquisa é estar aberta às indagações que ela gera, principalmente, no que tange pensar os modos de viver desses trabalhadores que enfrentam adversidades frequentemente.

⁶² Durante a pesquisa busquei encontrar mais sobre o problema de saúde de Ricardo, apresentado pela assistente social como “distúrbio frontal do lado esquerdo do cérebro”. Em conversa com estudante de Medicina, ele me disse que o trabalhador poderia apresentar problemas de comunicação e linguagem. Em pesquisas isso se comprovou, pois “Se a parte posterior do meio do lobo frontal esquerdo (área de Broca) for lesionada, as pessoas podem ter dificuldade de se expressar verbalmente, uma deficiência chamada de afasia (expressiva) de Broca” (HUANG, 2017). Dessa maneira, as dificuldades de Ricardo ficam ainda mais elevadas no que tange encontrar formas de se sustentar e conviver.

Esses dados que ficam pendentes nos formulários podem ser ainda um referencial para pensar o atendimento no CRAS, ou seja, a própria relação ali construída. Assim, questiono: o que o preenchimento (ou não) do que compõem a trajetória desses trabalhadores na cidade pode expressar sobre aquela relação e ponderações da assistente social? O que foi entendido por ela como mais urgente e preponderante para justificar a recusa ou o recebimento das Cestas Básicas, do Bolsa Família, etc.? A fragmentação de informações pressupõe uma (des)preocupação acerca dos modos como vivem esses trabalhadores? Ou, então, isso evidencia a forma como as assistentes lidam com o sentimento de exploração, quando avaliam atender muitos sujeitos em pouco tempo, seguir as normativas institucionais, distanciar-se dos dramas dos trabalhadores, assim como avaliar suas condições de trabalho e efetiva ação em situações de risco e vulnerabilidade desses sujeitos?

Essas são perguntas (e hipóteses) pretensiosas demais para serem respondidas apenas nesta Dissertação, mas compõem possíveis direções no modo de pensar acerca dessas relações de poder, visto que todas as indagações podem fazer parte desta realidade e tomada de decisões dos sujeitos envolvidos. Ao pensar as relações construídas por Ricardo, a solidão fica por um tempo emergida durante sua presença no CRAS e na Igreja. As indicações presentes na área de “anotações” do cadastro permitem a investigação das redes de convívio estabelecidas pelo trabalhador.

A ponderação da assistente sugere que estava inquieta frente à condição de Ricardo não trabalhar há 8 anos (ou não declarar uma atividade laboral). Isso é algo que não passa despercebido. A sugestão para que ele se reinserisse no “mercado de trabalho” o quanto antes é uma ênfase recorrente nas fichas analisadas. Na narrativa, a assistente social ressalta ainda a “dificuldade para aceitar a orientação”, um indicativo da avaliação de Ricardo frente a essa proposição de controle e vigia de suas práticas. Essa, produzida a partir de uma correlação de forças e valores com a assistente, na qual não tem muito espaço de reverter a avaliação proposta, a não ser demonstrar revolta perante as ditas orientações, o que possivelmente causou surpresa na assistente por esperar uma conduta resignada e obediente.

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou uma espécie de cartilha com “orientações técnicas” acerca do CRAS, destinada àqueles que trabalhariam no órgão. Nesta, há diversas informações sobre como mapear as famílias com “vulnerabilidade” na cidade, como o CRAS deve ser organizado em seu espaço físico, como e quais os direitos que podem ser garantidos, dentre outras. Todavia, não há,

especificamente, indicações sobre os alertas das assistentes em relação ao retorno ou início de atividades remuneradas, mesmo que essa seja uma questão frequente nos cadastros transcritos para a pesquisa que são decorrentes dos anos 2009, 2010 e 2011⁶³.

A sugestão para que os trabalhadores entrem em cursos de “corte e embalagens de carne”, “empregabilidade e mercado de trabalho”, etc., compõe os cadastros e representa também anseios que vão além do órgão e das assistentes, conforme a orientação referida, em que se destaca que “O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania” (ORIENTAÇÃO, 2009, p. 13). Nesse sentido, para além de simples indicações, o CRAS transparece o modo como esses trabalhadores são vistos pelo Estado e a busca de seus agentes políticos em interferir sobre determinadas práticas desses sujeitos vulneráveis, tidas, muitas vezes, como antagônicas aos valores de mercado ou inadequadas às aspirações dominantes.

Talvez essa decisão de Ricardo envolva o modo como avaliava seus problemas de saúde e os valores que cultivava em relação a direitos que considerava que deveria ter frente a uma pauta de controle sugerida pelo órgão. Mesmo que muitos trabalhadores possuam uma condição compartilhada – problemas de saúde, desemprego prolongado, falta de escolarização –, ainda assim, são avaliados nessa correlação de forças com as instituições do Estado como aqueles que, a qualquer custo, precisam trabalhar e seguir as ditas orientações para merecerem que seus interesses sejam avaliados.

A frase “foi orientado a buscar o retorno ao mercado de trabalho” compõe parte das orientações que sujeitos, como Ricardo, escutam com frequência, ressoando certa visão de que trabalhadores adoecidos primeiro fiquem sobre suspeita de sua condição, para depois terem avaliado qual é o grau de vulnerabilidade em que se encontram. Além de buscar soluções que envolvem seu efetivo tratamento de saúde ou a reflexão acerca da complexa rede de dificuldades que enfrenta, a atenção do órgão se volta para os 8 anos que ficou sem vínculo empregatício e como o mesmo deve começar em alguma atividade o mais breve possível.

Acredito que alguns leitores podem ter questionado o fato de um sujeito que não está trabalhando aparecer nesta Dissertação, que possui a pretensão de analisar os modos

⁶³ Os autores Martis e Mazur (2009) analisaram o órgão na cidade Andirá-PR, trazendo debates acerca do “assistencialismo” e questionamentos sobre maneiras de se afastar dessa postura. Nesse meandro, eles apontam uma contribuição para esta pesquisa, quando discutem a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esse sistema foi formulado a partir de 2004, mesmo período em que o CRAS começou a ser planejado, com implantação prevista para todo o território nacional.

de viver dos trabalhadores em Marechal Cândido Rondon. O olhar, em alguma medida, poderia ser o inverso, ou seja, o questionamento poderia se passar pelo modo como estamos lidando com sujeitos como Ricardo enquanto historiadores e, principalmente, enquanto parte dessa sociedade.

A experiência formulada por Ricardo desperta o desafio: como estamos tratando sujeitos como ele ou que atestam essa condição em órgãos públicos? No debate historiográfico, há um esforço de expandir os olhares acerca dos trabalhadores. Destaco particularmente essas preocupações em solo brasileiro, no final da década de 1970. A análise sobre o modo como lidamos com os trabalhadores na Academia foi motivo de debates no texto de Paoli, Sader e Telles (1983), por exemplo. Os autores fizeram um levantamento crítico de obras que, segundo eles, eram representativas em relação a essa problemática.

De maneira cronológica, elencaram os estudos, muitos na área das ciências sociais, que tratavam os trabalhadores como subordinados e/ou vistos como classe apenas através dos sindicatos de categorias. Essa interpretação recorrente, segundo os autores, prevaleceu desde o final dos anos de 1950 até finais da década de 1970, justificada pelas preocupações dos estudiosos em observar a agência “transformadora” ou “amorfa” desses sujeitos, atribuindo parcela de culpa a esses sujeitos que “não alcançaram significado social” nas pautas principais de organizações como as associações de trabalhadores.

No final desse artigo, abre-se rapidamente uma chamada à “ruptura” com essa perspectiva mais tradicional, ocorrida a partir dos finais da década de 1970, quando novos estudos buscavam novas ênfases, inclusive, inserindo suas pesquisas nessa vertente.

Nesta [produção], os trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado, embora continuem a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 149).

A inquietação não é novidade, levando em conta que a reflexão desses autores foi publicada há 37 anos, o que sugere que pensar os diferentes trabalhadores como sujeitos tornou-se um desafio acadêmico no Brasil. As “múltiplas dimensões” abriram caminhos (e ora dificuldades) para ver esses trabalhadores além de meros subordinados (que lutam ou não). Todavia, já reconhecido o potencial que essas preocupações podem atribuir à

análise historiográfica, cabe uma pergunta processual sobre esse caminho: como esse suposto foi recebido na Academia, ou melhor, como estamos lidando com essas proposições? Nesse sentido, passados tantos anos desde que preocupações semelhantes em investigar novos aspectos se colocaram, é lançado o desafio de pensar o modo como vemos e analisamos esses sujeitos hoje.

Acredito que autores como Souza (1995), que se voltou para essa provocação analítica ainda na década de 1990, compõem esse debate. O incômodo do historiador era refletir “quais são as experiências de vida dos ocupantes de terra da Zona Leste de São Paulo” (SOUZA, 1995, p.13). Entretanto, em sua narrativa, dá advertências acerca de que é preciso pensar para tratar dessa experiência e, para ele, os caminhos foram delineados valorizando o “contato direto com os sujeitos do processo na pesquisa” (IBIDEM, p.13). Sair da fábrica, encontrar o modo como esses trabalhadores são vistos a partir de outros olhares e relações, pensando novas arenas de luta, tudo isso compunha mote de interesse de Souza. Uma preocupação desafiadora para entender os trabalhadores e a condição de *ser trabalhador*, partindo da experiência deles. Esse estudioso explicita várias de suas hipóteses, testando-as ao longo de sua produção, na qual, entre avanços e tropeços, constrói uma análise complexa envolvendo os trabalhadores e a moradia.

A pesquisa que aqui produzo dialoga ainda com esses altos e baixos, em busca de compreender trabalhadores que, como Ricardo, tiram-nos do conforto de nossas cadeiras enquanto escrevemos. Ao analisar os trabalhadores que lidam com adversidades ao longo de suas trajetórias, esbarro em pensar também que a historiografia (incluindo essa produção) necessita de mais elasticidade no que tange pensar os sujeitos reais e complexos, evidentemente sem perder o rigor cientificamente exigido.

Assim, retomo uma avaliação produzida por Ricardo que o faz estar presente em meio a esse debate. Afinal, foi ao ponderar sua condição e as relações de exploração que ele subverteu a positividade do trabalho. Ou seja, a conquista do auxílio mensal por meio da Igreja Luterana fez com que ele não precisasse, a qualquer custo e em qualquer situação, de um emprego formal, mas encarasse certas condições adversas que o levavam a considerar certas redes de sociabilidade, as quais, muitas vezes, podem ter sido questionadas, como se entrando a correção moral de sua conduta, como expressa na advertência advinda do CRAS, isto é, o que ele precisa é empregar-se e manter-se por si.

Ricardo, por morar sozinho, conseguiria se manter caso conquistasse as Cestas Básicas e garantisse o apoio da Igreja Luterana para o pagamento de parte de suas contas mensais. Desse modo, garantir seu sustento não é uma tarefa tranquila e agradável, mas

perpassa por atestar todos os meses sua condição de alguém que não consegue se manter sozinho. Nesse sentido, muitos dos espaços de solidariedade e sociabilidade construídos pelo trabalhador, além de ampliarem relações, são, inclusive, para garantir sua permanência na cidade.

Thompson (2001), ao tratar da relação entre a “plebe” e a “*gentry*” inglesa no século XVIII, inspirou essa reflexão. Em sua análise escreveu,

O pedinte ou o pobre, podem visar a extrair dos ricos tudo que é possível; eles sabem que a recusa da dádiva provoca a culpa em quem nega e que esta é terreno fértil para semear ligeiras insinuações de represálias físicas ou mágicas. O beneficiado com as ofertas não precisa sentir-se em obrigação com o doador nem reconhecer seu prestígio (salvo os tributos necessários de uma presumível deferência) – e o grau de subordinação assegurado pela caridade pode depender de um cálculo das vantagens em jogo (THOMPSON, 2001, p.245-246).

Ao ler esse trecho, associei-o imediatamente às questões em discussão nessa pesquisa. Essa associação não se deve apenas pelo conteúdo trabalhado por Thompson, mas, antes, pelo modo como abordou os sujeitos de sua pesquisa. O autor, nessa e demais obras, abre inquietações como a de refletir sobre a ponderação presente na experiência dos trabalhadores, ou seja, o modo como esses sujeitos produzem suas ações e avaliam o seu redor. Desse modo, mesmo sendo uma obra referente ao século XVIII e produzida na década de 1960, ela possibilita o diálogo com o autor, pois ele destaca certos sentidos de historiografia que envolvem a narrativa construída, observando não só tipos de sujeitos que se relacionam, mas as controvérsias e tensões expostas nessas relações.

Sendo assim, como lidar com os trabalhadores que conquistam os chamados “benefícios”? Ricardo utilizava uma alternativa produzida por ele, mas não só por ele, para se manter. Porém, precisava encarar a deferência, ora na Igreja, ora em órgãos governamentais, ainda que se contrapusesse em muitos momentos àquilo que, na sua visão, ultrapassava o necessário convívio e encenação de subserviência para assegurar o que planejou alcançar.

Freitas e Santos (2019) se propuseram a analisar as relações entre o que chamaram de “socorristas” e “socorridos” no Oeste paranaense. Ao fazerem isso reconheceram a importância de entender as relações estabelecidas entre trabalhadores e as instituições que se propõem, em muitos momentos, assisti-los (CRAS, igrejas, associações, entre outras). Porém, para além dos lugares em que se formulavam essas relações, os autores incentivaram a inversão do foco, ou seja, investigar este processo perante a visão que os

trabalhadores, tidos como “socorridos”, produziam do convívio e das tensões presentes nessas relações. Ao dialogar com essa proposição, retomo a relação ambígua de Ricardo com a Igreja. Em um primeiro momento, surge a aparente prática da “caridade” (assistindo o desprovido), mas, ao analisar mais profundamente, é preciso observar o que essa prática exige desses trabalhadores e como a deferência produzida apresenta os propósitos desses sujeitos, tidos como “socorridos”.

Nesse meandro, esses trabalhadores lidam com a complexidade entre a produção de “solicitações” e “reivindicações”, (FREITAS; SANTOS, 2019, p. 420-421), ponderando sobre o que esses encontros, mesmo que desiguais, como entre Ricardo e a Igreja, podem proporcionar. Na experiência de Ricardo isso fica explícito tanto ao se relacionar com religiosos, quanto ao tratar certas demandas com assistentes sociais do CRAS.

Pensando nisso, retomo a formulação dos autores ao final do artigo:

Em algum momento, precisamos reconhecer que esses trabalhadores não estão procurando tutores. Afinal, mesmo quando assim se apresentam (ou ainda quando consentem com a encenação proposta por seus pretensos socorristas), sempre o fazem em prol das questões que lhes são próprias (e não de terceiros) (FREITAS; SANTOS, 2019, p. 426).

Acredito que essa proposição sugere a complexidade de experiências como a de Ricardo, pois são as “questões que lhes são próprias” que o fizeram ir até o CRAS e até a Igreja Luterana, são elas que definem o que para ele é necessário realizar para subsistir e confrontar privações. Ele, assim como demais sujeitos dessa pesquisa, avaliam constantemente a possibilidade de não ter o que comer, de precisar pensar em seus problemas de saúde e de responder adequadamente aos inquéritos dos que ocupam a posição de os assistirem.

Essa deferência, exigida mesmo que de maneira subliminar pelo suposto “socorrista”, expõe uma relação de poder que joga com necessidades e valores, assim como as noções de direitos e obrigações. As avaliações desse convívio entre trabalhadores como Ricardo e os que podem lhe prover, reflete os embates de uma sociedade que, em sua maioria, criva os menos favorecidos financeiramente como aqueles que não cumprem suas obrigações e deveres, sendo responsáveis pela sua própria condição de classe. A condição desses sujeitos, tanto daqueles que agem diariamente para buscar “qualidade de vida”, quanto a dos que procuram garantir sua subsistência, o fazem reivindicando, ainda

que inconscientemente, um direito constitucional: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...]” (BRASIL, 1988). Mesmo que, para isso, muitas vezes precisem cativar os sentimentos de “prestígio” e “domínio” que seus supostos interlocutores acreditam ter diante dessa aparente deferência. Esses sujeitos desafiam a lógica do Estado capitalista sobre o que é firmado como direito e dever, além dos condicionantes para tal. Afinal, toda a surpresa da trabalhadora do CRAS se norteia pela seguinte indagação: declarar que não exerce nenhuma atividade pode proporcionar determinados direitos?

Todavia, ao voltar para os elementos evidenciados sobre a experiência de Ricardo, o trabalho é encarado como algo irrealizável. Entretanto, é preciso admitir que sendo sua declaração condizente ou não com a realidade de seu estado de saúde, essa foi a maneira que encontrou para reivindicar o que pretendia e fazer algo “em prol das questões que lhes são próprias”. Nesse sentido, questiono: que modo essas relações que auxiliam no percurso desses trabalhadores? Possuem eles intenções para além da sobrevivência? Os trabalhadores esperam apenas sobreviver quando agem no sentido de garantir Cestas Básicas, pagamentos de aluguel, luz, água, etc.?

Ao refletir sobre essas diversas indagações, advindas da experiência de Ricardo em Marechal Cândido Rondon, passei a analisar o levantamento de matérias do jornal O Presente, realizado junto ao acervo pesquisado para essa Dissertação. O processo de pesquisa e seleção, em seus altos e baixos, reservava algumas possibilidades para adensar caminhos analíticos que, muitas vezes, naquele primeiro momento de seleção nem imaginava. A matéria intitulada “Alvorada Social promove hoje e sábado Noite Cultural”, por exemplo, foi selecionada durante minha pesquisa no acervo do CEPEDAL não com o anseio de associá-la diretamente à Ricardo, mas conforme o trato com as fontes isso se tornou possível.

Vejamos parte de sua formulação:

Para marcar a passagem da semana de Páscoa, a Alvorada Social, entidade ligada e apoiada pela Igreja Luterana Alvorada, de Marechal Cândido Rondon, promove hoje (1º) [01/04/2010] e sábado (03) [03/04/2010] a Noite Cultural, com apresentações de teatro, música, canto coral e coreografia. [...]

A peça teatral, segundo o pastor, vai ter como tema chave a violência. “Vamos abordar a dor e o sofrimento das pessoas diante da morte e ressurreição de Jesus. Nossa sociedade é muito violenta, a qual semeia a morte em muitas famílias. [...] A peça teatral propõe às famílias e às pessoas atingidas pela violência uma forma de superação da dor. [...]”

De acordo com o pastor Alfredo, a entrada para a Noite Cultural é gratuita. Porém, a capacidade do local é limitada em 500 pessoas. “Convidamos aos rondonenses para que venham prestigiar esta programação”, afirma (ALVORADA..., 2010, p. 16).

A matéria em si faz parte da propaganda do evento e foi encaminhada pelo Pastor com o intuito de divulgá-la no periódico. A Noite Cultural ocorreu no bairro Alvorada, que fica a aproximadamente 3 km do Centro Comercial da cidade. A capacidade de 500 pessoas na atividade permite pensar o porte dessa unidade da Igreja Luterana na cidade, sendo ela a mesma unidade em que Ricardo conquistou o auxílio da instituição religiosa, mencionado no seu cadastro no CRAS. Apresentações, auxílio no pagamento das contas, campanhas de agasalho, dentre outros, constituem parte dos diversos trabalhos sociais produzidos por praticamente todas as entidades religiosas.

O “protestantismo evangélico” é bastante significativo em Marechal Cândido Rondon, sendo possível encontrar colégios privados vinculados a essa vertente religiosa luterana, bem como ações sociais promovidas por essa instituição⁶⁴. As relações construídas pelos trabalhadores com a Igreja Luterana na cidade indicam onde e como esses produzem alternativas para continuar na lida diária. A Igreja pode não auxiliar a todos, mas através dela muitos retomam certo otimismo em relação à vida em momentos de desesperança, um dos fatores que promove a ida de trabalhadores até ela, evidenciando como esses interesses e visões estão imbricados com os modos de viver – a fé pode adquirir maior ou menor intensidade, dependendo, até mesmo, de como pode auxiliar nas questões que não estão sendo garantidas em outros espaços de relação – como endividamentos, problemas de saúde, alimentação, etc.

Acredito que o evento produzido pela Igreja, narrado pelo jornal dois meses antes da ida de Ricardo ao CRAS, provavelmente contaria com sua presença, seja pelo seu interesse na Noite Cultural, seja pela avaliação de que, caso não comparecesse, poderia sinalizar para os membros da Igreja certo afastamento dos compromissos mútuos, que resultavam de forma pragmática no auxílio com suas despesas de aluguel, luz e água.

⁶⁴ No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é possível encontrar o censo referente às religiões em Marechal Cândido Rondon, produzido em 2010. Uma proporção média, que leva em conta apenas a “religião evangélica” (categoria na qual se enquadra a Igreja Luterana) e o catolicismo, resultou nos seguintes dados: aqueles que se consideram católicos representam em torno de 59%, enquanto os evangélicos ficam com os outros 41%. No anseio de compreender melhor esses dados, considere estatísticas relativas ao Brasil como um todo: 74,5% consideram-se católicos e 25,5% evangélicos. Isso indica que, na cidade referida, a diferença de filiação a essas instituições é menor, o que me levou a observar a medida em que se expressam em sua atuação na dinâmica social.

Nesse sentido, grande parte dos elos construídos expõem relações que dialogam com condições desiguais, travestidas muitas vezes de solidariedade e aproximação.

Essa correlação de forças e de posição na relação não se faz de maneira tranquila. Nesse sentido, ao pensar na construção de sociabilidades por parte de trabalhadores, verifiquei que as mesmas compõem e me auxiliam na pesquisa a alcançar certas nuances desses sujeitos. As conversas sobre como está a saúde, o trabalho (ou a ausência desse), os preços no supermercado, conselhos sobre criação de filhos, a qualidade e tema do culto no dia em que se foi à Igreja, dentre outras milhares de possibilidades, são diálogos que estabelecem encontros e desencontros entre esses trabalhadores sobre valores e pressões sociais, assim como podem ser essenciais no que tange a avaliação de caminhos possíveis em suas trajetórias.

Ao propor investigar essas experiências, retomo a provocação de Khoury (2009, p. 124).

Nossos olhares se estenderam, também, aos modos de morar, alimentar-se, divertir, organizar-se; a lugares, momentos e processos, numa perspectiva de compreender as lutas reais no feixe imbricado das relações entre homens e mulheres, nas várias dimensões da vida social.

Pensando nesse procedimento, pergunto: de que modo estamos estendendo esse olhar para os modos de viver dos trabalhadores? Estamos conseguindo projetá-lo em nossas investigações e produções? Ao pensar a realidade dos sujeitos estudados por nós, historiadores, escolhemos as “dimensões da vida social” que queremos abordar sobre eles. Claro que não ao nosso bel prazer, mas envolto em certas indagações produzidas.

A abertura de caminhos proposta por Paoli, Sader e Telles (1983) é retomada nas inquietações de Khoury (2009). Todavia, essas idas e vindas acerca desses debates me fizeram destacar um trecho específico da obra da historiadora. Ela me fez compreender que moradia, alimentação, diversão, etc., fazem-se “no feixe imbricado das relações entre homens e mulheres” e, nesse sentido, essas relações podem ser chaves de acesso para o estudo da realidade desses trabalhadores.

Esse último parágrafo, carregado com teor descritivo acerca do que analisou Khoury, é metaforicamente a ponta de um iceberg. Nele, o simples dizer sobre como as relações sociais perpassam as diferentes dimensões da experiência desses sujeitos não confere, necessariamente, enxergar a profundidade que podem tomar. Nesta Dissertação, enfrento as oscilações entre ver a ponta do iceberg e por vezes conseguir alcançar a

complexidade que o compõe. Esse é o desafio: mergulhar para ver os meandros das redes de sociabilidade, nas quais as aproximações e distanciamentos entre os trabalhadores pode indicar muito sobre a presença deles na produção da dinâmica da cidade.

Envolta nesse desafio, retomei a entrevista que produzi com Guilherme, quando estava na Graduação. Esse trabalhador, já analisado no segundo capítulo desta Dissertação (p. 88), quando pautei sua avaliação de retorno para a Bahia, considerada em virtude de uma hérnia que contraiu na perna ao trabalhar na indústria de laticínio em Marechal Cândido Rondon. Ao conversar com Guilherme (2016) sobre aspectos de sua sociabilidade, ele apresentou a seguinte formulação:

Daniela: Nessa associação você ia mais pra jogar bola ou fazia mais o quê?

Guilherme: Ia lá tomar coca com os meninos.

Daniela: Ia direto lá?

Guilherme: Nós sempre ia lá, pra dar aquela descontração.

Daniela: Vocês iam mais final de semana ou dia de semana?

Guilherme: Dia de semana batia, nós ia, se tava quente ia lá tomar uma coca e jogar uma bola.

Daniela: Depois do trabalho?

Guilherme: Depois do trabalho.

[...]

Daniela: E o que que você faz final de semana aqui? Fora dar entrevista (risos).

Guilherme: Fora a entrevista. De vez em quando a gente queima uma carne ali, outra hora vem uns povo pra cá.

Daniela: Os seus amigos?

Guilherme: Os amigos dele [primo], que ele conseguiu [trabalho] na Copagril, né? Estão geralmente juntos. Nós toma cerveja, toma coca (GUILHERME, 2016).

O trabalhador ponderou sobre ter “aquela descontração” depois de um dia de trabalho na fábrica de laticínios da cidade. Os “meninos” são colegas que Guilherme encontrou no trabalho ou ao residir com outros trabalhadores, muitos desses que também não são de Marechal Cândido Rondon. Ao tomar uma coca, uma cerveja, fazer um churrasco, conversar esporadicamente no meio do trabalho, tudo isso faz com que o trabalhador dialogue sobre suas aspirações e dilemas, questões compartilhadas que encontrei em relatos de outros trabalhadores.

Guilherme é jovem, dividia apartamento com o primo, que tocava violão durante nossa entrevista (o que, no momento, foi encantador, mas depois tornou-se um empecilho durante as longas horas de transcrição). Esses encontros entre trabalhadores ponderados por ele, realizados também nos momentos de lazer, podem auxiliar em momentos fora da

descontração. Ao conversar sobre como foi o contato entre ele e seus patrões acerca do problema de saúde destacou:

Daniela: Você foi conversar lá e eles não...

Guilherme: Me demitiram.

Daniela: E como é que foi esse momento pra você?

Guilherme: Eu já esperava.

Daniela: Mas por que você já esperava?

Guilherme: O pessoal tinha me falado já, o pessoal que tinha trabalhado lá.

Daniela: O pessoal que trabalhava lá...

Guilherme: Tinham me falado já, me orientado.

Daniela: Você conversava bastante com eles?

Guilherme: Conversava bastante. Aí ele chegou lá, porque ele é muito gente boa comigo, sempre me ajudou, a gente conversou, a empresa foi e me demitiu (GUILHERME, 2016).

Guilherme conversava com seus colegas de trabalho e também com aqueles que já não faziam parte do conjunto de trabalhadores da indústria. Durante os diálogos, encontrou afinidades que o auxiliaram nesse momento de embate. O sujeito que era “gente boa” com Guilherme compartilhou não só conquistas e festividades, mas também apreensões ao indicar o que ocorreria com o trabalhador caso apresentasse à empresa sua condição de saúde. A sociabilidade construída entre Guilherme e os demais trabalhadores foi o que permitiu esses últimos indicarem qual era a prática da indústria em situações como aquela, pois Guilherme não podia mais jogar futebol depois do expediente em razão das fortes dores. Desse modo, outros trabalhadores o ajudaram a se precaver em relação a seus próximos passos diante da possível demissão, inclusive, com orientações para processar a empresa.

Foi em razão desses espaços de convivência que Guilherme retomou uma antiga amizade: “**Daniela:** O que você fez, o que você procurou pra entrar na justiça? **Guilherme:** Procurei uma advogada, uma ex-colega de trabalho minha... [ela] me, me orientou. Eu fui lá, perguntei a ela, ela me explicou, eu pensei no caso” (GUILHERME, 2016). Ao explicar para Guilherme sobre como funciona o processo, ou como fez seu outro colega, dizendo-lhe sobre a lógica da gestão da indústria, esses trabalhadores estão produzindo ações na cidade a partir de redes de relacionamento, que ora se fortalecem ora se fragilizam. Assim, trazem indícios sobre como sua presença é avaliada e recolocada, seja por esses sujeitos, seja por aqueles que se relacionam com eles – nas igrejas, associações, campos de futebol, praças, em suas casas, no trabalho...

Durante minha leitura do jornal O Presente, encontrei nos classificados diversos trabalhadores procurando soluções para o alto custo de vida, algo que se expressava, algumas vezes, em relação ao modo como tratavam a questão da moradia.

MOÇAS. Precisa-se, para dividir república. Tr [número de telefone] c/ [nome] (MOÇAS..., 2000, p. 32).

PROCURO, moça p/ dividir casa ou apartamento, em M.C. Rondon. Tr [número de telefone] c/ [nome] (PROCURO..., 2001, p. 23).

RAPAZ PARA DIVIDIR DESPESAS, procuro, para morar em local tranquilo e [ótima localização, em Rondon, baixo custo. Tr. [número de telefone] com [nome] (RAPAZ..., 2004, p. 07).

Através da divisão de despesas esses sujeitos conseguem se manter na cidade e/ou no apartamento/casa que avaliam atender suas necessidades ou condições financeiras. Os classificados aparecem no jornal no decorrer do final do século XX até os dias atuais, indicando a disposição desses sujeitos em produzir uma sociabilidade, ainda que forçada, perante os custos e o modo de viver que pretendem sustentar.

A cidade de Marechal Cândido Rondon, mesmo que relativamente pequena com seus aproximadamente 50 mil habitantes (IBGE, 2018), possui uma universidade estadual, assim como faculdades privadas e polos de educação a distância. Essas diferentes instituições de ensino superior fazem com que muitos venham para cá para estudar. Eu mesma fui uma dessas pessoas: saí de Cascavel-PR após a aprovação no vestibular, assim como algumas daquelas “moças” e “rapazes” buscava outros colegas para dividir as despesas⁶⁵.

Além disso, é possível observar que muitos desses anúncios possuem como identificação inicial elementos que apontam o público que pretendem alcançar. Igualmente, a sugestão em valorar a distinção “moça” com moças, “rapaz” com rapazes, é algo que adjetiva certo julgamento moral nessa formulação. Esse fator é decorrente, muitas vezes, do receio em dividir a casa e/ou apartamento com sujeitos de ambos os sexos. Essa combinação, adicionada ao fator de muitos serem jovens, apontam interpretações variadas diante daquele princípio inicial (divisão de gastos). A

⁶⁵ Em 2004, mesmo ano do último classificado citado, apenas a UNIOESTE possuía 1700 alunos de Graduação em Marechal Cândido Rondon, juntamente com 1 curso de Mestrado (Agronomia). No ano de 2018, eram aproximadamente 1500 alunos na Graduação, 5 cursos de mestrado e 4 de Doutorado. Esses dados dizem respeito apenas aos estudantes, entretanto, é preciso levar em conta a presença de professores e funcionários na instituição (que, muitas vezes, também chegam de outras cidades) (ESTATÍSTICA..., 2004; 2018).

possibilidade de riscos nesse convívio, destacado particularmente em relação às garotas, assim como certa predominância de uma visão de que os cuidados da casa devem ficar com as mulheres acaba, muitas vezes, alimentando essa distinção e visão sexista.

A produção dessa distinção não deve ser abandonada ou rejeitada, pois expressa condições e valores sociais historicamente construídos e o modo como outros crivos, para além, ou juntos às relações classistas, perpassam a experiência desses trabalhadores na cidade. Após morar na cidade por algum tempo, encontrei diversas estudantes que chegavam todos os anos para a universidade e poucas (ou mesmo seus pais) aceitavam que morassem com garotos para dividir despesas. Afinal, a realidade frente a abusos, como o feminicídio, o estupro, a violência, os assédios, dentre outros, ainda é uma pauta de grande importância nessa decisão.

Nesse sentido, a aproximação entre essas “moças” se faz também por esse meandro, ao buscarem prevenir um provável abuso. É evidente que essa “solução” não é sinônimo de que esses problemas não sejam enfrentados, mas é composta frente aos anseios de segurança ou mesmo de certa imagem pública que essas jovens pretendem manter sobre sua conduta. Muitas vezes, nós trabalhadoras, lidamos assim com a saída dessas possíveis armadilhas procurando construir alternativas variadas frente a esse conjunto de pressões e vulnerabilidades.

A fim de aproveitar esse flanco, trago a narrativa de Marcos (2018), trabalhador que aparece no segundo capítulo deste trabalho (p. 58), sobre Carla, sua ex-esposa:

Daniela: E você ficou quanto tempo casado?

Marcos: 7 anos.

Daniela: E por que assim vocês se separaram?

Marcos: Ó, na minha concepção, na minha, não vou dizer que sou perfeito, porque ninguém é perfeito, eu sou chato, se você me conhecer você vai ver que eu sou chato pra caramba, mas assim, na minha concepção, eu separei não foi traição, não foi nada, mas eu chegar em casa e perguntar o porquê não tem uma comida pronta e ela falar: “Tá achando ruim, faz você”, e minha roupa pra lavar: “Eu não vou relar minha mão nessa imundícia”.

Daniela: E ela não trabalhava?

Marcos: Trabalhava, trabalhava também. Nesses assunto eu sou um pouco machista, sabe? (risos) mas não é ser machista, porque, por exemplo, eu tava conversando ali com a senhora, porque os casamento duravam? Teus avós, por exemplo, deve ter 40 ano de casado, 50 ano, no mínimo. Aí, pega assim de tia sua, 5 ano, 2 anos, 1 mês, quando nem casa, né? Só namora. Então, ou seja, antigamente a mulher, ela tinha... não assim, não que mulher não possa trabalhar, mas cuidar de casa, cuidar dos filhos, porque hoje em dia uma mulher que trabalha, por

exemplo, eu caso com você, aí a gente tem um filho, deixar na creche, é você que tá cuidando?

Daniela: Não.

Marcos: O dia inteiro é você que tá cuidando? Aí você vai chegar 6 e meia, 7 hora da noite do serviço, do mestrado, alguma coisa, 2 horas você vai mudar a cabeça do que aprendeu o dia inteiro, você ficar 2 hora junto. Isso quando uma mãe se dedica a ficar as 2 horas “Ai to cansada, trabalhei, vou assistir tv, ó o celular, para de chorar, não me enche o saco”, a gente ouve hoje em dia e aí quando ela tem um tempo livre, hoje em dia, muitas mãe vai pro celular hoje em dia, ao invés de ir pro lado de um filho, uma criança. (MARCOS, 2018)

Marcos tinha, no momento da entrevista, 31 anos e estava separado há 3 anos de Carla. Enquanto conversávamos, essa fala me trouxe certo desconforto, provavelmente percebido pelo trabalhador, que começou a fazer algumas pausas e até mesmo ponderar que é “um pouco machista”. Entretanto, passado o choque inicial, encaro a ponderação de Marcos como repleta de insinuações de seus valores e das restrições do tempo de quem trabalha, muitos aspectos, inclusive, compartilhados com outros sujeitos. Carla, pelo que disse Marcos, acreditava que a dupla jornada de trabalho (a atividade remunerada e as atividades da casa e do cuidado com os filhos) deveria ser dividida de maneira igualitária entre ela e o ex-marido. Os valores em conflito desfizeram o casamento e os filhos do casal foram morar com Carla.

Para além de brigas entre marido e mulher, esses momentos trazem as fragilidades dessa convivência que, mesmo construída frente a problemas compartilhados, enquanto casal de trabalhadores (pagando juntos dívidas, gastos com moradia, alimentação, etc.), expõe também as dissidências de valores dos sujeitos que a compõe. Marcos reivindica o que acredita ser seu direito na relação com a esposa, um princípio que o faz dialogar com uma postura costumeira entre muitos homens, que ele mesmo reconhece que está sendo rompida, pois não conseguiu convencer Carla de que esse era o papel a ser cumprido, daí seu desapontamento.

Frente a diferentes modos de pensar a agir e se posicionar nas relações, decisões são forjadas por esses trabalhadores, inclusive, associando laços afetivos e instabilidade financeira às condições que terão que enfrentar por desfazer certas reciprocidades e apoios estabelecidos para a manutenção da casa, do sustento dos filhos e dos interesses que anunciam como comuns. Marcos iniciou a venda de panos de pratos após a separação, quando Carla ficou com a guarda das crianças.

Não fosse já esse desfecho, era preciso que o trabalhador encontrasse alguma atividade em que pudesse voltar todos os dias para casa como faz a ex-esposa ou

encontrasse alguém que se responsabilizasse pelo cuidado dos filhos durante os dias em que fica fora da cidade. A separação, os aspectos emocionais e laços afetivos rompidos, apontam o aumento das despesas em relação a tudo que vai ser desarticulado: desde a moradia ao conjunto de mobília, gastos com pensão, etc.

Nesse caminho, retomo a divisão de despesas em relação à moradia, pois esses gastos, por mais que possam ter sido forjados em condições como a de Carla e Marcos, com pautas como a de “moças” e “rapazes”, não carregam consigo regras estabelecidas de como irão resolver essa questão. Ao analisar os cadastros do CRAS e até mesmo algumas discussões presentes no primeiro capítulo desta Dissertação, considero que há evidências que permitem tratar um universo de avaliações dos trabalhadores formulado frente à dinâmica dos percursos produzidos por eles, reconhecendo assim os limites de classe em que transitam e a potência de algumas ações que podem promover.

Os critérios são diversos, mas considerei que o cadastro de Roberta permite tratar essa rede de possibilidades. Dele, elegi a imagem referente à “Composição Familiar”, conforme apresentada na Imagem 4 abaixo. Assim, acredito que o leitor pode se aproximar um pouco mais da realidade exposta pela trabalhadora ao órgão e de como os cadastros são produzidos e sugerem um mapa de como se constituem esses espaços de convivência entre os trabalhadores frente às condições de vida, influenciando diretamente nos seus modos de viver.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR					
NOME	D.N.	PARENTESCO	ESCOLARIDADE	ATIVIDADE	RENDA
Sem nome		Esposo de Roberta		Catador de papelão	R\$300,00
Sem nome		Filho de Roberta			
Sem nome		Filho de Roberta			
Camila	38 anos	Colega de Roberta		Do lar	
[Apelido que sugere ascendência alemã]	30 anos	Esposo de Camila		Catador de papelão	R\$300,00
Sem nome	7 anos	Filho de Camila			
Sem nome	16 anos	Filho de Camila			

IMAGEM 04 – Composição Familiar de Roberta

Fonte: CRAS, mar. 2011 – Organização da autora

Roberta, conforme o cadastro, chegou em Marechal Cândido Rondon 5 meses antes do momento em que foi ao CRAS (março de 2011). A cidade anterior em que a trabalhadora morava não se faz presente na ficha, mas é possível visualizar nas anotações das assistentes que a mesma estava grávida de 2 meses e de gêmeos. De acordo com o apresentado pela trabalhadora, a condição encontrada por ela para dividir as despesas foi se incorporar à família de sua “colega”. Desse modo, moravam em 7 pessoas, em uma casa alugada na região central da cidade. A fonte evidencia que o critério para escolher com quem residir e dividir despesas é dinâmico e pode ser construído por diferentes sociabilidades e interesses, inclusive, associado à condição de ambos os maridos (de Roberta e Camila) trabalharem com recolha de recicláveis.

A renda mensal declarada, conforme a fonte, era de R\$600,00 (seiscentos reais), o que, em 2011, somava pouco mais de um salário mínimo (R\$545,00)⁶⁶. Nesse sentido, o convívio entre as famílias auxiliaria na manutenção de uma condição mais “razoável” do que se estivessem arcando separadamente com o custo de vida na cidade. Os custos de alimentação, assim como o aluguel (que foi indicado com o valor de R\$200,00 - duzentos reais) eram divididos igualmente. Afinal, caso as famílias morassem em casas separadas, com um aluguel idêntico ao que era pago, restariam R\$100,00 (cem reais) para as demais despesas (alimentação, água, luz, gás, material escolar para as crianças, farmácia, dentre outros gastos que avaliassem como necessários). Ao pensar em Roberta, as despesas ainda aumentariam, particularmente envolvendo a gestação e a chegada dos gêmeos.

Ao construírem esses elos, esses trabalhadores podem constituir formas mais econômicas, ainda que desgastantes, de permanência na cidade. Pereira (2014), em sua Dissertação, analisou os trabalhadores que chegaram em Marechal Cândido Rondon entre 1960 e 1980 e foram trabalhar em fábricas, mais especificamente, em um frigorífico de suínos na cidade. O historiador investigou e avaliou o mote das relações entre esses trabalhadores em seus capítulos, mas, de forma mais aprofundada, no segundo e terceiro, destacando que:

[...] pode-se dizer que a presença dos trabalhadores migrantes de frigorífico no Oeste do Paraná é formada por vidas que dialogaram entre si em um passado recente, cuja condição antes e durante o trabalho no

66 Nos dados fornecidos pela DIEESE (2019) é possível encontrar ainda o salário necessário, ou seja, aquele estipulado pelo departamento como o valor que atenderia a população de acordo com o preço “calculado com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta”. No ano de 2011, o valor do salário mínimo era de R\$545,00 e o valor necessário calculado no mês da produção do cadastro de Roberta era de R\$ 2.247,94. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário.

frigorífico reúne experiências comuns reconstituindo-as e partilhando-as na vida e no trabalho industrial. É partindo da hipótese, de que as trajetórias individuais foram comumente entrelaçadas nos espaços do cotidiano dos trabalhadores, que desenvolvi o capítulo sobre ocupações e relações de trabalho (PEREIRA, 2014, p.20).

As “vidas que dialogaram” compõem o trabalho do autor não por acaso, mas porque esses laços de convivência aparecem nas fontes e constituem parte fundamental na análise da experiência de trabalhadores. Os “entrelaços” produzidos por Roberta e das “moças” e “rapazes” anunciantes no jornal, expõem traços de como esse convívio, ao mesmo tempo, apresenta tensões e adversidades enfrentadas pelos trabalhadores na cidade e não necessariamente lhes garantem segurança. Evidentemente, as reflexões de Pereira, ao debruçar-se nos espaços de sociabilidade na cidade, não esgotam a questão, assim como aqui elas não serão esgotadas. A “lógica histórica”, em sua diversidade, permite que perguntas distintas sejam lançadas, ainda que para sujeitos, temporalidades e espacialidades comuns.

O estudioso referido ainda investigou os processos de sociabilidade em seu terceiro capítulo, no qual analisa “[...] o modo de viver e os espaços de sociabilidade dos trabalhadores: as festas, os encontros semanais, os bailinhos e o futebol como espaço da ação da classe trabalhadora na região do Oeste paranaense” (PEREIRA, 2014, p. 83). A proposta, escrita antes dos dois pontos, é deveras dialogável com a trabalhada em minha pesquisa, o que sugere caminhos compartilhados na historiografia produzida sobre a presença desses trabalhadores em Marechal Cândido Rondon. Todavia, o entendimento em relação à sociabilidade se faz de maneira distinta entre nós, não por uma ou outra ser mais coerente, mas por apontar as possibilidades que envolvem explorar tais conceitos, pressupostos e sentidos de história quando envolvem a experiência de trabalhadores registradas nas evidências.

Deste modo, Pereira (2014) define essas sociabilidades como sinônimas de lazer, tendo um recorte claro no uso do conceito. Sua análise, faz-se a partir da narrativa produzida sobre os espaços como campo de futebol, lugares das festas, dentre outros. Ao lidar com as fontes selecionadas em minha pesquisa, senti a necessidade de alargar o conceito, pois vi que a sociabilidade se fazia como convívio (de tensão e afirmação de valores), momento em que trabalhadores se relacionam e através dessas relações produzem solidariedade, dissidências e aproximações frente às suas ações e aos modos de viver a cidade, ultrapassando esses espaços de lazer.

Na presente investigação, não encontrei somente no lazer essa possibilidade, mas, nas mais variadas dimensões da experiência social desses sujeitos. Entretanto, acredito que o mencionado texto de Pereira fornece um amplo trabalho com fontes, contextualização da cidade no período trabalhado e se encontra no meandro de pesquisas produzidas que envolvem as indústrias e certas categorias de trabalhadores presentes em Marechal Cândido Rondon. Assim, demonstrando a variedade de preocupações dos historiadores com os trabalhadores e com as condições e relações de trabalho firmadas.

Ao avaliar essas ponderações, retomo os sujeitos que encontrei ao longo da pesquisa e destaco meu diálogo com Nair. A trabalhadora estava em Marechal Cândido Rondon, mas saiu da cidade no mesmo dia, pois estava aqui apenas para trabalhar. Foi andando no Centro Comercial que a encontrei, sentada em um dos bancos presentes nas calçadas. A trabalhadora vendia pares de meia⁶⁷. Durante nossa conversa, perguntei-lhe:

Daniela: E de qual cidade lá do Paraguai você é?

Nair: É, de Ciudad del Este.

Daniela: Ah, então é pertinho.

Nair: É pertinho...

Daniela: Por onde veio, veio de ônibus, como que você faz pra vir?

Nair: Eu vim de carona, com meu vizinho, que vem de carro.

Daniela: Ele vem trabalhar aqui também?

Nair: Ele vem trabalhar aqui, também, é... vem com ele, assim... colaboramo combustível, vem aqui todo mundo.

Daniela: Aí, vocês vêm em quantos no carro?

Nair: Em três, quatro. Aí, já colaboramo tudo pra levar um pouquinho pra sobrar um pouquinho. Porque vim pra pagá taxi, muito caro, não vai compensar (NAIR, 2018).

Quando realizamos a entrevista, Nair estava com 31 anos. Conforme indicou, sua rotina para chegar em Marechal Cândido Rondon se iniciava às 5 horas da manhã, quando fazia seu chimarrão e, junto com seu filho de 17 anos, saía para trabalhar. Para tornar seu trabalho viável, em relação ao valor que retira de cada par de meia vendido, Nair e os demais trabalhadores de rua dividem as despesas da viagem para trabalharem em Marechal Cândido Rondon e em outras cidades do Oeste do Paraná. A trabalhadora vende pares de meias há 14 anos, tendo iniciado essa atividade quando tinha 17 anos de idade

⁶⁷ Santos (2016, p.131) analisa, em seu segundo capítulo, as idas e vindas desses trabalhadores em Marechal Cândido Rondon. O autor, intrigou-se com um de seus entrevistados que trabalhava na cidade, mas que não morava na mesma: “O que [esses trabalhadores] estão colocando em questão ao buscarem outros horizontes de possibilidades?”. Essa pergunta auxiliou-me a compreender a movimentação desses trabalhadores e como suas decisões em relação ao próprio deslocamento vão além da mudança de cidade, evidenciando o modo como lidam com essa experiência na integralidade de sua vida.

(assim como seu filho). Ela precisa sustentar 5 filhos junto com seu marido, o qual é taxista em Ciudad del Este - Paraguai⁶⁸.

A venda dos pares de meias permite à trabalhadora vir para o Brasil, onde não só realiza seu trabalho, mas vai ao supermercado comprar alguns alimentos (ovos, farinha, doces para as crianças, dentre outros), pois, segundo ela, são mais baratos do que no Paraguai (NAIR, 2018)⁶⁹. Por esse enredo de atividades, extremamente desgastantes e com rendas incertas, a “carona” coletiva permite a vinda ao país fronteiro (para trabalhar e economizar na compra de mantimentos), algo que só se fez possível mediante certas relações produzidas, contatos e redes de convívio que trazem a interação desses trabalhadores sobre vagas de trabalho, transporte compartilhado (ainda que explorado pelo fornecedor dos pares de meia): uma alternativa frente às pressões e limites de classe.

Em particular, destaco que, ao morarem no Paraguai e buscarem permanecer naquele país, reconhecem que isso não os impede de construir formas para que essa permanência aconteça, ainda que tenham que viajar às cidades brasileiras para sustentar essa expectativa, reconhecidamente limitada e pressionada frente à condição de vida que experimentam.

Nessas circunstâncias, de remunerações salariais inferiores às despesas mensais, fundamentais para subsistirem, trabalhadores como Nair precisam um do outro. Esses sujeitos, juntos, podem confrontar a falta de garantias aos seus direitos – como moradia, alimentação, tratamento médico e hospitalar – ou mesmo de diminuir relações de trabalho abusivas que aproveitam da vulnerabilidade em que se encontram para intensificar a exploração.

A conversa com Nair foi curta, mas pude perceber que a venda de meias começou em decorrência de sua mãe, que já as vendia no Paraguai e, agora, serve para que Nair possa almejar a conquista de “[...] algum dia... si eu tenho uma coisa, poder negocio também pra minha casa, porque se cansa... quando fica mais velha, já não si pode mais trabalhar” (NAIR, 2018). Essa prospecção pondera ainda uma insegurança,

⁶⁸ A cidade fica cerca de 169 km de Marechal Cândido Rondon, a cerca de 2 horas e meia de carro. Durante nossa conversa, falei sobre a cidade ser “pertinho”, interpretação equivocada, uma vez que pensei que Nair se referia à Salto del Guairá, que fica a 85 km de distância e leva cerca de uma hora de carro.

⁶⁹ R\$1,00 (um real brasileiro) equivale a ₧1666,67 (guaranis) (GUARANI, 2019). Nesse sentido, mesmo recebendo pouco em território brasileiro, a conversão para a moeda paraguaia permite certa recomposição de renda para trabalhadores como Nair, ainda que gaste parte desse recurso comprando produtos no Brasil, tanto pela facilidade de acesso (supermercados próximos às regiões em que vende meias), quanto por ser ainda mais barato do que em sua cidade, o que sugere considerarmos certa dificuldade de trabalhadores paraguaios de baixa renda conseguirem diversificar e expandir sua dieta alimentar e consumo de mercadorias apenas trabalhando e comprando em seu próprio país.

compartilhada com demais trabalhadores (paraguaios ou não), em relação à idade avançada e o modo como irão se manter, ponto de reflexão já discutido nesta Dissertação.

É frente a essas inseguranças que esses trabalhadores estão em constante movimentação. A trabalhadora, ao vir para o Brasil, avalia o que essa mudança de cidades pode proporcionar em relação a novos rumos, mesmo que esses não necessariamente se concretizem a curto, médio ou mesmo a longo prazo. Esse momento da chegada, permanência e saída expõe uma das vertentes de ações e avaliações construídas por trabalhadores que lidam com condições adversas. Assim, permitem pensar os interesses e urgências enfrentados por esses trabalhadores que compõem a Dissertação.

Nair, quando vai para as cidades brasileiras vender suas meias, busca contribuir com a provisão da família, que ela quase não consegue ver, por sair tão cedo e retornar tão tarde. Mesmo Nair perdendo algumas fases de crescimento de seus filhos, ela avaliou que sem suas viagens o marido não daria conta de pagar as despesas mensais, assim como ela não conseguiria o valor necessário para os doces, vestimentas e materiais escolares dos filhos, a não ser que conseguisse uma das vagas de emprego que visualiza como possíveis para si no Paraguai. A sua decisão, carregada das desigualdades desse processo, continua sendo um caminho por ela projetado nas franjas da exploração, uma vez que poderia avaliar outro trabalho em sua cidade que a remunerasse menos. Entretanto, essa decisão não ocorre apenas pelo tipo de trabalho ou local, sendo por isso necessário averiguar como produzem essas ponderações e por quanto tempo as mantêm como alternativa e interesse.

As relações sociais produzidas durante esse processo são fulcrais para que esses trabalhadores consigam abrir esses caminhos planejados. Desde colegas que indicam trabalho, como os amigos de Guilherme (2016), que mencionaram as fábricas da cidade no momento em que chegou em Marechal Cândido Rondon, àqueles que dividem despesas, como a família de Roberta e de Camila (CRAS, mar. 2011), ou ainda, relações que permitem dividir custos com transporte para o trabalho, como nos apresenta Nair (2018).

Nesse sentido, trago a reflexão de Cardoso (2004) ao analisar a trajetória de Queiroz, um trabalhador “candango” que saiu de Pernambuco em direção a Brasília em 1950, para trabalhar na construção da capital. Sua proposição me auxiliou a pensar acerca dessas sociabilidades e da abertura de caminhos. Ela destaca um tempo específico, onde diversos trabalhadores foram para a futura capital brasileira em busca de uma vida melhor, participando da construção de Brasília (CARDOSO, 2004, p. 174). A historiadora

consegue provocar o leitor a olhar para Brasília como um território de que os trabalhadores fazem parte: os sujeitos por ela investigados alteraram os projetos da capital, ergueram suas casas e por lá residiam, não sem tensão e confrontos por essa permanência. Na década de 1990 (período em que Queiroz foi entrevistado pelo “Projeto Memória da Construção de Brasília”), o trabalhador destaca os dilemas dessa experiência de permanecer em Brasília. A autora escreve acerca de como “[...] os candangos remodelam o projeto de cidade, que não é mais o projeto original, e legitimam lugares e cenários que possuem importância nas suas trajetórias” (CARDOSO, 2004, p.175). As cidades de Marechal Cândido Rondon e Brasília são enormemente distintas em sua historicidade, mas ambas possuem trabalhadores que remodelam as cidades com suas presenças.

Trabalhadores como Nair, Roberta e Guilherme encontram formas de trabalhar, morar, constituir família, divertirem-se e repensarem suas decisões. Portanto, trazem a construção da cidade por parte desses sujeitos. Essa dinâmica apresenta a cidade não a partir de prédios ou casas e obras públicas, mas sim pela experiência desses sujeitos que alteram esse processo de constituição do município, tanto nas relações que estabelecem quanto na visibilidade que projetam e contestam sobre si mesmo e daqueles com quem convivem.

A chegada do trabalhador Queiroz em Brasília reflete as andanças desses trabalhadores, ainda que não especificamente para o Oeste paranaense, mas para vários territórios que avaliam como uma possibilidade. Essa condição compartilhada entre alguns dos trabalhadores que lidam com a adversidade e chegam em diferentes cidades, pode ser observada, inclusive, em ações como as realizadas pelos amigos de Guilherme, que estavam aguardando certa estabilidade financeira para trazerem o restante dos familiares que ainda estavam na Bahia⁷⁰.

⁷⁰ Silva (2016) analisou, em sua Tese de Doutorado, os trabalhadores que vendem produtos nas ruas. Seu objeto se pautou nos sujeitos vindos para o Oeste do Paraná, principalmente da Paraíba. O autor escreveu como “os laços de parentesco fazem com que estes trabalhadores constantemente se desloquem de volta à região de origem, levando informações sobre a região, levando as novas gerações, por vezes, optar pela migração e pelo trabalho de ambulante” (SILVA, 2016, p.38). Esse trecho de seu texto trata da condição de trabalhadores como Guilherme, ainda que não necessariamente ele tenha voltado “à região de origem” para chamar seus conterrâneos, essa avaliação foi socializada por outras possibilidades de comunicação, influenciando a vinda de seu primo para Marechal Cândido Rondon. Silva (2016) analisa a chegada dos paraibanos em Cascavel-PR, todavia, na produção de minha monografia pude refletir como essas idas e vindas são frequentes também em Marechal Cândido Rondon (RODRIGUES, 2017). Nesse sentido, mesmo que à distância, a sociabilidade pode ser produzida via redes sociais virtuais, telefone, etc., e, junto a ela, é possível observar influências nos encaminhamentos tomados por esses trabalhadores.

Todavia, outra trabalhadora com quem tive a oportunidade de conversar abriu meu olhar em relação a essa dinâmica, pois ela veio antes de seu marido, mostrando-me, em alguma medida, que é a alteração da condição que se coloca motivadora dessas andanças, definindo quem vai primeiro ou segue junto diante da decisão de partir, ficar ou seguir. Natália (2018) estava com 29 anos quando conversamos⁷¹. Em 2016, 2 anos antes do momento da entrevista, ela havia deixado Salvador-BA para realizar seu Doutorado, no campus da UNIOESTE, em Marechal Cândido Rondon⁷².

A entrevista com a trabalhadora foi possível, pois a encontrei vendendo bolos, salgados e bebidas na Universidade. Assim, ao comprar um café percebi o sotaque diferenciado e a questioneei sobre a possibilidade de entrevistá-la. Natália autorizou, desde que seu nome não fosse revelado. Devido ao fato de Natália estar na cidade em função de seus estudos, assim como eu, perguntei o que pretendia fazer quando terminasse.

Daniela: E você pretende, assim, continuar aqui quando você terminar?
Natália: Ai... não sei. Essa é a pergunta mais difícil de todas. [risos]. Não sei, realmente eu não sei como vai ser, se eu vou ficar, se eu vou embora... Depende do mercado de trabalho, tanto pra mim, quanto pra ele [marido]. Porque assim... ele abriu mão dos sonhos dele pra realizar o meu. Então, a gente, por ser casal, a gente tem que ver o lado dele também. Não adianta eu tá bem, tá satisfeito e ele não. Então, tem que ver como que vai ser, se der pra ele encontrar algo na área dele, e... teja satisfeito, teja feliz, tá bem com o que ele tá fazendo. Porque ele abriu mão, então... ele não reclamou por isso, e eu reconheço que ele, tipo... Ah, se fosse pela vontade dele, ele não taria aqui, entendeu? Então, assim, como que vai ser daqui a três a anos, não sei (NATÁLIA, 2018).

A resposta é claramente difícil para a trabalhadora, principalmente quando fala de seu marido, que veio para a cidade em 2017 e, segundo ela, “abriu mão dos sonhos”. Talvez, o leitor esteja com algumas dúvidas em relação à presença de Natália nessa pesquisa, incômodo que perpassou também meus pensamentos. Afinal, ela está fazendo Doutorado e, a rigor, sujeitos com tal nível de escolarização não deveriam precisar vender bolos e café para se sustentar, ou mesmo se estaria se equiparando às condições adversas daqueles elencados até aqui.

Porém, a considere representativa para a reflexão proposta aqui, pois todos os dias Natália precisa acordar cedo e lidar a falta de garantias em relação ao como manter-

⁷¹ Natália (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação ocorreu na Universidade Estadual do Paraná –UNIOESTE, onde Natália trabalha, no dia 13 de junho de 2018, com duração de 43 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR.

⁷² A distância entre Salvador-BA e a cidade de Marechal Cândido Rondon é de aproximadamente 2450 km.

se na cidade, mesmo que essa permanência seja para um futuro diploma de Doutorado. Conforme destacou, a trabalhadora não conseguiu bolsa de estudos que, ainda que essa seja uma forma possível de sustento, não é sinônimo de garantia.

Diferente de Natália, consegui ter acesso à bolsa no Mestrado, mas durante a Graduação, em muitos momentos precisei encontrar outras formas para complementar minha renda. Nesse sentido, a trajetória da trabalhadora me sensibilizou, juntamente com a de todos os sujeitos que aqui são investigados, pois evidenciam as possíveis condições daqueles que pouco ou nada possuem financeiramente e rearticulam suas ações e “moralidades” perante o que elegem como urgente e necessário.

A chegada de Natália só foi possível graças aos elos que construiu com seu professor orientador no Doutorado, que conheceu em Salvador. Naquele momento, ele também ministrava aulas na Universidade Federal da Bahia, onde a trabalhadora fez sua Graduação e Mestrado. Alguns dos créditos desse último foram realizados em Marechal Cândido Rondon, com o apoio desse professor e de outras estudantes que vieram com a trabalhadora. A sociabilidade construída no meio acadêmico fez com que Natália chegasse à cidade e considerasse sua permanência viável.

Durante nossa conversa, ela indicou o valor dos seus rendimentos: recebia R\$600,00 (seiscentos reais) mensais da senhora responsável pelo local em que vendia os lanches. O local possui móveis próprios para armazenar salgados e é administrado apenas por essa senhora. Isso até o momento em que a trabalhadora conversou com a proprietária do ponto sobre a possibilidade de vender ali também seus bolos de tapioca, que acabaram ficando famosos entre os estudantes. Assim, Natália fez a proposta de trabalhar naquele local e conseguiu garantir sua permanência no trabalho e na cidade.

Leandro, marido de Natália, trabalhava na área de cortes de aves em um frigorífico pertencente a uma cooperativa que fica em Marechal Cândido Rondon e, durante o período vespertino, quando não trabalhava no frigorífico, auxiliava nessa cantina na UNIOESTE. A trabalhadora chegava à universidade às 06h30 da manhã, parando durante o almoço (entre 12h00 e 13h30) e voltando à atividade no período da tarde e da noite. Quando Natália estava em aula no Doutorado, era seu marido que trabalhava e, caso ele não pudesse, encerrava as vendas naquele turno. Após o final do expediente, por volta das 21h40 ou 22h00, Natália precisava chegar em casa e ainda fazer os bolos para vender no dia seguinte (NATÁLIA, 2018).

A trabalhadora, assim como Dona Helena (2018 - que apareceu nos capítulos anteriores), enfrenta problemas relacionados ao pagamento das contas mensais. Junto a

isso, há o sentimento de não recebimento de valores que acreditam corresponder ao que mereceriam, de acordo com o trabalho que realizam. Entretanto, Dona Helena (2018), ao falar sobre seu filho e a recente decisão que ele teve pelo abandono dos estudos, interpreta que ele irá se arrepender no futuro, igual a ela. “**Daniela:** Mas você acha que você se arrependeu por quê? **Helena:** Ah... porque eu me arrependo, eu olho vocês ali passando, entrando, saindo... ai que raiva!!! Queria tá ali...” (HELENA, 2018). Escrevo isso porque Natália possuiu uma possibilidade a mais de trabalho (possivelmente, melhor remunerado em comparação ao de Dona Helena e demais trabalhadores entrevistados nessa pesquisa). Porém, ainda assim, enfrenta esse momento de instabilidade enquanto cursa o seu Doutorado, indo além da crença de Dona Helena de que os estudos são garantia de melhores condições.

Essa ambiguidade está presente nos caminhos desses trabalhadores e a pergunta projetada por Cardoso (2004), mesmo que seja em relação a Queiroz e aos trabalhadores que foram para Brasília, também se apresenta como um incômodo para esta pesquisa. A historiadora em questão, escreve sobre como a trajetória dos trabalhadores “candangos” a fazia

[...] indagar sobre os significados que uma mudança de vida como essa teve para um trabalhador como Queiroz, que abandona a terra e a atividade agrícola para ser servente e cozinheiro em lugar até então desconhecido por ele. As agruras daquele então presente vivido ou a construção imaginária de um futuro diferente? (CARDOSO, 2004, p.167-168).

Essa “construção imaginária” acerca de um futuro diferente foi pauta para Natália? Conforme destacou durante a entrevista, também vendia bolos e produtos de beleza na faculdade em Salvador, pois sua família não podia ajudá-la a se manter na cidade, morando próxima a universidade. A trabalhadora estudou sempre em escola pública e, segundo ela, “chegou uma época da gente não ter energia elétrica e eu ter que tá estudando, [inaudível] com vela” (NATÁLIA, 2018) para poder passar no vestibular. A falta de luz ocorria, pois, seus pais moravam em um sítio e nem sempre possuíam energia.

As “agruras” enfrentadas pela trabalhadora na Bahia a fizeram considerar a vinda para o Oeste paranaense, onde sua pesquisa com suínos seria mais proveitosa, uma vez que, nessa região do país, essa é uma área de pesquisa valorizada, algo que pode ser visto (ou melhor sentido) ao andarmos pelas rodovias ou mesmo quando os vários caminhões

que carregam porcos passam por Marechal Cândido Rondon⁷³. Entretanto, ao chegar aqui, encontrou desafios semelhantes e/ou piores em comparação com sua experiência na Bahia.

A trabalhadora, com uma rotina cansativa, entre estudos e trabalho, recebe menos de um salário mínimo com suas atividades⁷⁴. Daí a necessidade de o marido trabalhar nas vagas disponíveis na cidade (uma vez que no frigorífico quase sempre há possibilidade de imediata contratação, daí esse ser o posto que assumiu), além de auxiliar na venda dos lanches na universidade.

Os espaços de sociabilidade que proporcionam sua presença e de seu marido na cidade também expressam caminhos desiguais entre aqueles colegas de sua classe que não precisam trabalhar para manter seu sustento. Natália e Leandro são jovens e estão sempre sorridentes quando nos atendem na cantina, apesar de muitas vezes ver Leandro cabisbaixo quando não há o que fazer. Ambos são negros e possuem sotaque característico da sua região, o que na cidade de Marechal Cândido Rondon pode configurar um desafio a mais a ser enfrentado. Nesse sentido, além da felicidade em ter conseguido acessar os estudos do Doutorado, o casal lida com os dramas financeiros, raciais e a saudade de Salvador.

Nesse sentido, o limiar entre essas “agruras” e a “construção imaginária de um futuro diferente” (CARDOSO, 2004, p.167-168) se mesclam na experiência desses sujeitos. Uma vez que a chegada não é sinônimo de permanência, e sim um momento em que precisam construir ações e decisões que provejam a possibilidade do ficar. Essas ações muitas vezes fogem da alçada desses trabalhadores, como Dona Helena que não conseguiu completar os estudos, mas não tem como obrigar o filho a estudar, como forma de buscar garantir um “futuro diferente” para ele.

As análises aqui produzidas vão ao encontro das relações sociais forjadas por certos trabalhadores, igualmente destacando como essas experiências apontam especificidades e anseios compartilhados. Nesse sentido, o capítulo que por aqui se encerra guarda consigo uma questão que permanece aberta para esses trabalhadores, qual

⁷³ A lida com suínos de forma industrial na cidade está presente desde a década de 1960, com a instalação do FriRondon, analisado por Pereira (2014), assim como seu crescimento no Paraná como um todo que, conforme o IPARDES (2017), o Estado estava, em 2017, em segundo lugar na produção de carnes suínas.

⁷⁴ De acordo com os dados fornecidos pela DIEESE (2019) (Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário) é possível encontrar o salário necessário, ou seja, aquele estipulado pelo departamento como o valor que atenderia a população de acordo com o preço “calculado com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta”. No ano de 2019, o valor do salário mínimo é de R\$998,00 e o valor necessário calculado no mês de junho/2019 é de R\$ 4.214,62 (DIEESE, 2019) enquanto Natália recebe R\$ 600,00.

seja: “E você pretende, assim, continuar aqui quando você terminar?”. A pergunta que fiz para Natália é um constante desafio e, com ele, ações são ponderadas para construir o futuro.

A força das redes de sociabilidade se apresenta com frequência nas evidências e, junto a elas, a dificuldade em encontrar palavras que abarquem sua dinâmica. Todavia, espero que as análises aqui produzidas tenham promovido caminhos possíveis para se pensar a realidade desses sujeitos, os modos como enfrentam as contas mensais, a moradia, as aproximações e rompimentos de relações, as ponderações para o futuro, etc. Desse modo, refletir acerca dos trabalhadores que perpassam por esses questionamentos, com o adicional das adversidades, é uma tarefa difícil e que não termina com o fim desse capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas considerações finais iniciam de modo semelhante ao sentimento de Coutinho (2005) em seu documentário “O Fim e o Princípio”, o qual não sei ao certo tudo o que procurou abarcar frente à produção, mas segui atenta com o intuito de encontrar melhor meu próprio caminho. O final de um texto me parece sempre um momento reflexivo do que se fez e, por isso, aqui não poderia ser diferente. Ao traçar análises acerca dos trabalhadores que lidam com certas adversidades, vi-me submersa em vários desafios. O principal deles foi o de trazer em palavras, frases e parágrafos a complexidade que permeia os percursos e experiências desses sujeitos.

Nesta pesquisa, as “almas”, sugeridas por Jacobino no conto de Machado de Assis e que mencionei nas considerações iniciais deste trabalho, são assim permeadas da realidade e dos anseios desses trabalhadores, ainda que não alcançadas em sua totalidade, e podem ser investigadas frente às evidências enunciadas nas fontes. Nesse sentido, entendo que o uso das entrevistas, cadastros do CRAS e matérias do jornal foram essenciais para compor as análises realizadas ao longo desta Dissertação.

Além da minha aproximação com colegas e familiares trabalhadores, foram as evidências que permitiram maior acesso às suas “almas”. As imagens que são, então, produzidas sobre esses trabalhadores e por eles mesmos foram parte do caminho para chegar aos modos como moram, buscam se alimentar, procuram a escolarização, atendimento médico hospitalar, etc. Isso porque, ao mesmo em tempo que lidam com as condições adversas, promovem e avaliam valores, tensões sociais, decisões sobre ir ou não ao CRAS após problemas com a renda mensal, que vagas de trabalho ocupar, como enfrentar as imagens produzidas sobre suas ações, etc.

O anseio de refletir sobre esses sujeitos se pautou pelo interesse em verificar o frequente aumento do desemprego, das diferentes alternativas para compor a renda (vender produtos nas ruas, recolher materiais recicláveis, dividir despesas...), ou seja, o modo como esses trabalhadores lidam com a condição de classe, a exploração e defesa de valores nas redes de convivência e relações de poder. No momento em que escrevo e, provavelmente, para aqueles que chegaram até aqui na leitura deste texto, espero ter motivado a reflexão sobre como esses trabalhadores estão construindo seus percursos.

Ao longo da investigação, pude perceber como cada parte da cidade não é um mero cenário onde vivem ou se enquadram esses sujeitos. Pelo contrário, Marechal

Cândido Rondon, ainda que pequena em relação às grandes metrópoles, é feita também por esses trabalhadores. A cada casa construída, passeios pela rua, ao ligar para farmácia e ser atendida por uma mulher que falava em espanhol, as marcas de desenhos das crianças nos asfaltos, etc., a presença desses trabalhadores fica marcada.

Nesse sentido, a pergunta feita para Natália (presente na p.115 desta Dissertação) acerca do que ela faria assim que terminasse o Doutorado é muito significativa e pode ser traduzida em “o que você fará amanhã?”, ou “como, diante de determinadas adversidades, irá continuar?”. Para além de uma simples resposta, traçar o que irá comer no dia seguinte, onde procurar um trabalho, como fazer para conseguir pagar as contas que não param de chegar, criar os filhos e tudo o mais, faz com que esses trabalhadores reconheçam a desigualdade em cada gesto e decisão, inclusive quando buscam seu sustento diário, ou recoloquem a imagem muitas vezes desqualificante que é formulada sobre eles em certos embates.

Essas indagações e provocações, ainda que passíveis de causar desconforto em muitos, conformam particularmente um incômodo inadiável para aqueles que traçam seus percursos frente a tantas incertezas e provisoriedades. Todavia, mesmo sendo por vezes um questionamento perverso, pode estar aí a negativa, o inconformismo que os motiva a acordarem todos os dias, tomarem café ou o costumeiro chimarrão e irem buscar alternativas para uma vida melhor. As ações desses trabalhadores, nesse sentido, foram o crivo para a produção desta Dissertação, a qual me instigava a olhar e analisar o modo de vida desses trabalhadores em suas controvertidas nuances.

Desse modo, uma das provocações realizadas por Freitas (2016), ao analisar trabalhadores em Uberlândia-MG, foi e ainda é deveras importante para pensar esse mote investigativo. A seguinte ponderação da autora, de que “[...] os limites de um texto não permitem, na mesma medida, resolver questões de toda uma vida” (FREITAS, 2016, p. 349), ainda que não seja proveniente da análise de uma determinada fonte, mas sim de suas considerações finais, deixa frestas entreabertas para continuarmos a nos incomodar, assim como traz o reconhecimento do que se promove e se instiga ao final de uma jornada.

Desde a Monografia até o final desta Dissertação, a experiência desses sujeitos ecoou em minha mente, assim como os possíveis modos de tratar e reconhecer suas práticas e valores. O final desse texto carrega a certeza de ter motivado a observação de caminhos percorridos e visões formuladas, mas também apresenta a insegurança frente a tantas possibilidades analíticas que ficaram para outros momentos ou que talvez não cheguem a serem passadas para o papel.

As “as questões de toda uma vida”, podem ser, também, aquelas inconclusas pelos trabalhadores. Os moradores de São João do Rio do Peixe, na Paraíba, entrevistados por Coutinho (2005), também expuseram essa condição. O documentarista, claramente incomodado com uma pergunta que faltava, com o anseio de querer tratar daqueles sujeitos, iniciou sua produção. Essa, bastante atrelada à discussão sobre as questões de toda uma vida desses sujeitos, uma vez que já em idade avançada avaliavam seus percursos, buscavam respostas do que fazer nos dias que seguiriam e, também, questionavam os caminhos até ali produzidos durante a tensa conversa com Coutinho.

O princípio, os valores e as contínuas alternativas produzidas por esses trabalhadores, seja no Oeste paranaense, seja no Oeste paraibano, são traçados todos os dias, ainda que esses estejam quase com 80 anos, como Seu Mário, ou em sua jovialidade, como Guilherme. O documentário me fez pensar nesta pesquisa, primeiramente pelos tantos anseios iniciais, imprevistos e redirecionamentos desse processo, mas também por encontrar sujeitos que continuam a experienciar determinadas condições adversas, sem se abster da busca por superá-las.

Graças a esses sujeitos, ampliei minha visão de mundo. Ou melhor, acionei uma sensibilidade que já estava aqui, pois fui criada pela força de vontade de uma mãe trabalhadora, que sempre tentou passar por cima das adversidades, mesmo quando ganhavam novos rumos ao enxergar uma gama a mais de enfrentamentos pelos modos de viver que traçamos nas cidades em que vivemos. A finalidade de tudo isso está na tentativa de demonstrar a força e potência de sujeitos, muitas vezes apequenados pelos seus gestos e dramas, ainda que eles sejam tão importantes na dinâmica das relações sociais.

A investigação que aqui ganha suas últimas linhas não se pretende como final, mas sim como abertura para mais perguntas e aprofundamentos possíveis. Acredito que essas indagações são incessantes, assim como as possibilidades no que tange a análise desses trabalhadores. Portanto, espero que os pressupostos e reflexões aqui produzidos possam ter instigado os leitores a buscarem cada vez mais ver e avaliar as visões produzidas sobre os trabalhadores e as marcas construídas por eles na produção da cidade.

FONTES

Cadastros do Centro de Referência e Assistência Social-CRAS de Marechal Cândido Rondon. *Foram transcritos 150 cadastros que compreendem 12 bairros da cidade, eles foram selecionados em 2011 e, em sua grande maioria s referem aos anos de 2010-2011:*

- CRAS. **Ficha de cadastro e anotação.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social. Alfonso (pseudônimo), 22 jul. 2010 – Bairro São Lucas.
- CRAS. **Ficha de cadastro e anotação.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social. Amélia (pseudônimo), 28 out. 2010 – Bairro Higienópolis.
- CRAS. **Ficha de cadastro e anotações.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social. Guilhermina (pseudônimo), 19 mar. 2010 – Bairro Centro.
- CRAS. **Ficha de cadastro e anotação.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social. Ricardo (pseudônimo). Marechal Cândido Rondon, 22 jun. 2010 – Bairro Alvorada.
- CRAS. **Ficha de cadastro e anotação.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social. Roberta (pseudônimo). Marechal Cândido Rondon, 31 mar. 2011 – Bairro Centro.

Entrevistas:

- CLARICE (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação foi na casa da entrevistada, no dia 12 de julho de 2018, com a duração de 50 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018.
- GUILHERME (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação foi realizada na residência do entrevistado, no dia 11 de junho de 2016, com a duração de 1 hora e 9 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2016. Agradeço o auxílio de Renata A. Ribeiro, colega do curso, por me apresentar o entrevistado.
- HELENA (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, com participação de Patricia V. Moraes. A gravação ocorreu no Centro Acadêmico de História, localizado na Universidade Estadual do Paraná –UNIOESTE, no dia 27 de abril de 2018, com duração de 1 hora e 17 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018. Agradeço à Patricia por participar comigo nessa conversa, sua presença foi muito valiosa.
- JOSÉ (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, com participação de Ernesto S. Junior. A gravação foi no apartamento do entrevistado, no dia 22 de setembro de 2015, com a duração de 1 hora e 04 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2015. Agradeço o auxílio de Ernesto S. Junior pela mediação para a realização da entrevista.

- MARCOS (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação ocorreu na Rua Santa Catarina, esquina com Rua Tiradentes, em um dos bancos da calçada, perto de onde encontrei Marcos, andando e trabalhando, no dia 03 de maio de 2018, com duração de 35 min e 20 segundos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018.

- MÁRIO (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação ocorreu na Rua Tiradentes, esquina com a Rua Santa Catarina, no dia 28 de junho de 2018, com a duração de 07 min e 14 segundos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018.

- NAIR (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação foi realizada no Centro Comercial da cidade (Rua Santa Catarina), no dia 10 de agosto de 2018, com a duração de 11 minutos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018.

Meios de Comunicação

Acervo Jornal O Presente. Foram selecionadas 443 matérias, que abrangem 20 anos de edições do jornal, correspondendo ao período de 1994 até 2012:

- A CIDADE mais germânica do Paraná. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 08, n 404, 03 de setembro de 1999. p.48.

- AMIGOS do Lampião. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 07, n 340, 12 de junho de 1998, p.10.

- APESAR da fama, Bairro São Lucas não é considerado o mais violento. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 15, n 2076, 11 de abril de 2007. p.12-13.

- ALVORADA Social promove hoje e sábado noite cultural. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, Ano 18, n 2812, 01 de abril de 2010, p.16.

- CASO da privada. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 09, n 426. 04 de fevereiro de 2000. p. 47.

- CIDADE é ornamentada para incentivos de clima festivo. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 14, n 1884, 30 de junho de 2006. p.01.

- FERRO velho contrasta com projeto de embelezamento de Marechal Rondon. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 05, n 276, 21 de março de 1997. p.18.

- FILAS no INSS comprovam dificuldades para tratar da saúde. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 02, n 148, 23 de setembro de 1994. p. 21.

- LIXO nas casas de catadores desagrada e gera impactos ambientais. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 14, n 1940, 20 de setembro de 2006, p.01.

- MOÇAS. Precisa-se, para dividir república. Tr [número de telefone] c/ [nome]. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 09, n 452, 04 de agosto de 2000, p.32. Classificados.

- PERIGO. Tempo seco provoca incêndios em Marechal Rondon. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, Ano 13, n 1528, 31 mar. 2005, p.05.

- PROBLEMA Social. Comerciantes reclamam de mendigos na rodoviária. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, ano 19, n 3189, 01 de outubro de 2011, p.09.

- PROCURO, moça p/ dividir casa ou apartamento, em M.C. Rondon. Tr [número de telefone] c/ [nome]. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 10, n 566, 26 de junho de 2001, p.23. Classificados.

- RAPAZ para dividir despesas, procuro, para morar em local tranquilo e [ótima localização, em Rondon, baixo custo. Tr. [número de telefone] com [nome]. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, Ano 12, n 1244, 04 de abril de 2004, p.07. Classificados.

Matérias jornalísticas on-line

- BENEDICTO, Marcelo. Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018. **Agência IBGE Notícias**, 27 de abril de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>. Acessado em: 04/11/2018.

- EM NOVEMBRO, taxa de desocupação foi de 5,7%. **Agência IBGE Notícias**. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13958-asi-em-novembro-taxa-de-desocupacao-foi-de-57>. Acessado em: 19/01/2020

FERNANDES, Fátima. Preço de TV baixa para até R\$299,00. **Folha de São Paulo**, jun/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/20/dinheiro/21.html>. Acessado em: 22/01/2020

- GORDINHO do Suco comemora conquista dos moradores do Ceval. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 12 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/geral/gordinho-do-suco-comemora-conquista-dos-moradores-do-ceval/>. Acessado em: 06/08/2019.

- HUANG, Juebin. Disfunção cerebral por localização. **Manual MSD**, 2017. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-cerebrais,-da-medula-espinal-e-dos-nervos/disfun%C3%A7%C3%A3o-cerebral/disfun%C3%A7%C3%A3o-cerebral-por-localiza%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: 10/01/2020

- KOCHEPKA, Vanderleia. CRAS atende famílias de dependentes químicos. **Notícias Prefeitura Municipal Marechal Cândido Rondon** [on-line], 27 de agosto de 2010. Disponível em: <http://antigo.mcr.pr.gov.br/noticias/421>. Acessado em: 29 jun. 2019.

- MENDONÇA, Heloísa. Viver com 413 reais ao mês, a realidade de metade do Brasil. El País, São Paulo, novembro de 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/economia/1572454880_959970.html.

Acessado em: 04/11/2019

- MORADORES do Loteamento Ceval movem ações por danos materiais e morais. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 29 de maio de 2019. Disponível em:

<https://www.opresente.com.br/marechal-candido-rondon/moradores-do-loteamento-ceval-movem-acoes-por-danos-materiais-e-morais/>. Acessado em: 06/08/2019.

- MORADORES do Ceval vão ganhar escrituras dos terrenos. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 10 de agosto de 2013. Disponível em:

<https://www.opresente.com.br/geral/moradores-do-ceval-vaio-ganhar-escrituras-dos-terrenos/>. Acessado em: 06/08/2019.

- PAINTER, James. Análise: Lugo enfrenta desafio de reformas no Paraguai. **BBC Brasil**. 15 de agosto de 2008. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080815_paraguaianalis_e.shtml. Acessado em: 9/08/2019.

- POLÍTICA de Valorização do Salário Mínimo: Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC). **Nota Técnica**. São Paulo: DIEESE, n.166, janeiro de 2017. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.pdf>. Acessado em: 28/10/2018.

- VERDÉLIO, Andreia. Idosos adiam cada vez mais saída do mercado de trabalho. **Agência Brasil**. 02 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/02/idosos-estao-adiando-cada-vez-mais-saida-do-mercado-de-trabalho.htm>. Acessado em: 08/08/2019.

Projetos, planos, índices, leis, pesquisas governamentais, etc.:

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 30/12/2019

- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

Acessado em: 09/09/2019.

- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acessado em: 01/07/2019.

- ESTATÍSTICA. **Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**, 2004; 2018. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/proplanejamento/dir-de->

[avaliacao-institucional/divisao-de-informacao/estatisticas-proplan](#). Acessado em: 11/08/2019.

- GUARANI Hoje. **Dólar Hoje**: Valor atualizado da moeda. 11 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.dolarhoje.net.br/guarani.php>. Acessado em: 11/08/2019

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em: 11/04/2019.

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Religião**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/pesquisa/23/22107?detalhes=true&localidade1=0>, Acessado em: 10/08/2019.

- IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Caderno Estatístico Município de Marechal Cândido Rondon. Curitiba: IPARDES**, setembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960>. Acessado em: 16/10/2018.

- IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Com novo frigorífico, Paraná deverá se tornar líder em carne suína**. Outubro de 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=893. Acessado em: 12/08/2019.

- MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Lei n.1179, de 03 de abril de 1976**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-ordinaria/1976/118/1179/lei-ordinaria-n-1179-1976-autoriza-o-poder-executivo-a-contrair-emprestimos-com-o-banco-do-estado-do-parana-s-a-bem-como-a-garantir-as-obrigacoes-que-este-assumir-com-o-bando-nacional-da-habitacao?q=Banco%20Nacional%20de%20Habita%20E7%E3o%20>. Acessado em: 06/08/2019.

- MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Decreto n.25, de 05 de maio de 2000**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/marechal-candido-rondon/decreto/2000/3/25/decreto-n-25-2000-cria-e-da-denominacao-a-bairro-e-vias-publicas-da-sede-municipal-e-da-outras-providencias?q=bairro+s%C3%A3o+francisco+>. Acessado em: 12/02/2020.

- ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acessado em: 08/01/2020

- PEHIS – **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Curitiba: COHAPAR, junho de 2012. Disponível em: http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Banner%20Pehis/Partes_Pehis_fev_2013/PEHIS_PARTE1.pdf. Acessado em: 20/03/2019.

- SECRETARIA Executiva. Caderno de Informações de Saúde. **Ministério da Saúde**, 2009. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/pr.ht>. Acessado em: 08/09/2010.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 01-21, junho de 2008.

ASSIS, Machado de. O Espelho. In: _____. **Contos**: uma antologia – Volume I. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 2004, p. 401-410.

CAMPOS, Gisélia M. “**Vou procurar o melhor lá dentro**”: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2007.

CARDIN, Eric Gustavo. Os trabalhadores paraguaios nas cidades fronteiriças do Brasil. **Tempo da Ciência**, Toledo, v.25. n.49, p.111-120, 2018.

CARDOSO. Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.163-180, 2004.

CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes de. “**Bairros de má fama**”: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975- 2013). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. Inovação Política, Distributivismo e Crise: a política de saúde nos anos 80 e 90. **Dados**, Rio de Janeiro, v.39, n. 3, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300007. Acessado em: 08/09/2019.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abril de 1997.

_____. O FIM e o Princípio. **Direção de Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Videofilmes, 2005 (101 min.).

DURÃES, Ana Cláudia Branchi. **Modos de vida e de lutas dos trabalhadores na Frimesa em Marechal Cândido Rondon-PR (1989-2011)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

FERRARI, Walter Junior. **A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon** – PR: a produção da cidade a partir do campo. Dissertação Mestrado (Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

FREITAS, Alexandre Simão de; VALE NETO, João Pereira. Governamentalização e criminalização da pobreza: constituição do discurso jornalístico sobre um bairro do Recife em três décadas (*Diário de Pernambuco*, 1970-2000). In: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2009. **Anais...:** Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Governamentalizacao%20e%20criminalizacao%20da%20pobreza.pdf>. Acessado em: 02/08/2019.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em Culturas...** Histórias que Marcam a Cidade. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.11, n.27, p.387-428, 2019.

HOGGART, Richard. Nós e Eles. In: _____. **As utilizações da cultura:** Aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editora Presença, 1973 [1957], p.88-122.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In.: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos:** temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: Edunioeste - Série Tempos Históricos, 2009, p.124-140.

LAGOS, Saionara. **Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon – PR (2000-2017)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

LAVERDI, Robson. Memórias dos estranhamentos; Trabalho e inserção social na fronteira. In.:_____. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas:** trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná. Curitiba: 2005, p.153-234; 235-314.

LINHART, Robert. **Greve na fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e Imprensa- 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 14-40.

MARTINS, Mario de S.; MAZUR, Silvane Marcela. O CRAS e as políticas assistenciais. **JOINPP - Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/o-cras-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf. Acessado em: 16/02/2020

MARX, Karl. XIII – A maquinaria e a indústria moderna. In:_____. **O Capital**: crítica de economia política. Livro I. 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1867], p.425-571.

MEDEIROS, E. Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos**: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia (1970/2001). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

NASSER, Sérgio Daniel. **“Eu vou entrar no mundo”**: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto - 1980-2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

NOVAES, Roberta Brandão. **Gente de fora**: vida e trabalho dos assalariados do café em uma região de Minas Gerais. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PEREIRA, Fagner Guglielmi. **Trabalhadores de frigorífico**: trabalho, lazer e moradia (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p.59-72, dez. 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 07-23, fev. 1997.

ROESLER, Patricia Simone. A educação paraguaia: quatro marcos históricos decisivos. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v 9, n.3, 2017, p. 136-150. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/23054/15286>. Acessado em: 20/03/2019.

RODRIGUES, Daniela Melo. **Alternativas em construção**: Trabalhadores em Marechal Cândido Rondon-PR, no limiar do século XXI. Graduação em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2017.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos A. de F. (Org.). *Cidade & História*: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, 1992, p. 28.

ROOS, Djeovani; CARVALHAL, Marcelo D.; RIBEIRO, Solange Q. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. **Revista Pegada**, v.11, n.2, p.114-131, 2010.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em movimento**: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEIBERT, Carlos Alberto. **Os moradores do Loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991–2007)**: um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SILVA, Danusa L. G. **“Um pé aqui outro lá”**: experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR – 1990-2010). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena L. Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v.17, n.34, p.401-417, 2015.

SILVA, Tatiane Karine Matos da. **Trabalhadores e proprietários na “Terra das Águas”**: conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena-PR (1960-2013). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

SOUZA, Rosângela F.; MATIAS, Hernani A.; BRÊTAS, Ana C. Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, 2010, p. 2835-2843.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica, O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62; 180-201.

_____. Exploração. In: _____. **Formação da Classe Operária Inglesa**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 11-38 (V. 2 - A Maldição de Adão).

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

VARUSSA, Rinaldo José. Coleta Seletiva e Reciclagem: algumas reflexões a partir de Marechal Cândido Rondon-PR. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, ano VII, n 15, p.18-20, 2006.

WALLOW, Agnes Vanice. **“Eu não ganhei casa de ninguém!”**. Experiências de moradoras do bairro São Lucas – Marechal Cândido Rondon (1996-2007). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Colegiado Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.